



Vivian Mannheimer

**Novas Mídias e Públicos:
Um estudo sobre o ativismo transnacional**

Dissertação de Mestrado

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da PUC-Rio como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Comunicação

Orientador: Prof. Arthur César de Araujo Ituassu Filho

Rio de Janeiro
Junho de 2017



Vivian Mannheimer

**Novas Mídias e Públicos:
Um estudo sobre o ativismo transnacional**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da PUC-Rio. Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo assinada.

Prof. Arthur César de Araujo Ituassu Filho

Orientador

Departamento de Comunicação Social – PUC-Rio

Prof^a. Tatiana Oliveira Siciliano

Departamento de Comunicação Social – PUC-Rio

Prof. Ricardo Fabrino Mendonça

UFMG

Prof^a. Mônica Herz

Vice-Decana de Pós-Graduação do Centro de
Ciências Sociais – PUC-Rio

Rio de Janeiro, 30 de Junho de 2017

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem autorização da universidade, da autora e do orientador.

Vivian Mannheimer

Graduou-se em Comunicação Social, com ênfase em Relações Internacionais, na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) em 2003. Possui um MSc em Global Politics pela *London School of Economics*, obtido em 2006. Também trabalha como jornalista freelancer e tradutora.

Ficha Catalográfica

Mannheimer, Vivian

Novas mídias e públicos : um estudo sobre o ativismo transnacional / Vivian Mannheimer ; orientador: Arthur César de Araujo Ituassu Filho. – 2017.

99f. : il. color. ; 30 cm

Dissertação (mestrado)—Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Comunicação Social, 2017.

Inclui bibliografia

1. Comunicação Social – Teses. 2. Ativismo transnacional. 3. Esfera pública transnacional. 4. Mídias sociais. I. Filho, Arthur Cezar de Araujo Ituassu. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Comunicação Social. III. Título.

CDD: 302.23

Agradecimentos

Ao professor Arthur Ituassu, que tem me acompanhado desde o início nessa ainda curta trajetória acadêmica. Ao meu pai, Mario, que nos deixou enquanto eu fazia essa pesquisa. Obrigada por ter me passado o valor do conhecimento, sei que você está orgulhoso dessa conquista. À minha mãe Miriam e aos meus irmãos Simone, Marcela e Rafael, por todo o apoio e carinho. Ao Duda e ao Martim, minha nova família, pela alegria de ter vocês ao meu lado e por terem me ajudado a tornar esse caminho mais leve. À PUC-Rio e à equipe do Departamento de Comunicação Social, pelos auxílios concedidos, sem os quais este trabalho não poderia ter sido realizado. A todos os funcionários do Departamento de Comunicação Social da PUC-Rio pela ajuda, especialmente à Marise Lira, pelos inúmeros socorros. Ao CAPES e à PUC-Rio pela bolsa de estudos, uma ajuda muito importante durante essa jornada. Ao COMP, pelas manhãs divertidas e contribuições ao meu trabalho. A todos os familiares que me ajudaram com Martim para que eu pudesse me dedicar aos estudos.

Resumo

Mannheimer, Vivian. Filho, Arthur Cezar de Araujo Ituassu. **Novas mídias e públicos: um estudo sobre o ativismo transnacional**. Rio de Janeiro, 2017. 99p. Dissertação de Mestrado – Departamento de Comunicação Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Esta é uma pesquisa no campo da internet e política nos subcampos da esfera pública e do ativismo transnacional. O objetivo deste trabalho é identificar a constituição de públicos transnacionais, que se expressam por meio do ativismo, utilizando as mídias digitais. A partir de uma revisão de literatura, serão analisados dois casos emblemáticos do ativismo transnacional: os protestos coordenados de 15 fevereiro de 2003, realizados simultaneamente em diversos lugares do mundo contra a iminente Guerra do Iraque, e os protestos de 2011 no Egito até a renúncia do então presidente Hosni Mubarak, localizados no contexto da Primavera Árabe, que incluiu eventos parecidos em outros países da região e forte uso das mídias sociais. Serão trabalhadas as seguintes questões nos casos estudados: 1) quais as características desses públicos?; 2) de que forma as mídias sociais são utilizadas?; 3) o que torna esses movimentos transnacionais? Nossa tentativa é a de contribuir para as pesquisas sobre o ativismo – e sobre a esfera pública – transnacional, utilizando como fonte estudos já realizados na área.

Palavras-chave

Ativismo Transnacional; Esfera Pública Transnacional; Mídias Sociais; Egito; Primavera Árabe; Guerra do Iraque.

Abstract

Mannheimer, Vivian, Filho, Arthur Cezar de Araujo Ituassu. **New media and publics: A study on transnational activism.** Rio de Janeiro, 2017. 99p. Dissertação de Mestrado – Departamento de Comunicação Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

This is a research in the field of Internet and Politics in the subfield of the public sphere and transnational activism. The aim of this work is to identify the constitution of transnational publics, which are expressed through activism, using digital media. Based on a literature review, two emblematic cases of transnational activism will be analyzed: the coordinated protests of 15 February 2003, held simultaneously in many countries against the imminent Iraq War, and the 2011 protests in Egypt that took place until the resignation of the president Hosni Mubarak, and were located in the context of the Arab Spring, which included similar events in other Arab countries and strong use of social media. Both cases will be studied in light of the following questions: 1) which are the characteristics of these publics that may be formed around certain issues?; 2) how was social media used?; 3) what makes these publics transnational? By doing so, we hope to contribute to the research on transnational activism and public sphere.

Keywords

transnational activism; transnational public sphere; social media; Arab Spring; Egypt; War on Iraq.

Sumário

Introdução	9
1 A esfera pública e as mídias sociais	11
1.1 O público e a esfera pública	12
1.2 A esfera pública digital	15
1.3 A esfera pública transnacional	21
2 Globalização e ativismo	36
2.1 A visão cosmopolita da política	36
2.2 Mídias Sociais e Ativismo: dos protestos anti-globalização às “revoluções do Twitter”	43
3 Revisão de casos: o movimento contra a guerra do Iraque e o levante no Egito	48
3.1 “Não em meu nome”: os protestos contra a Guerra do Iraque	50
3.1.1 O contexto	51
3.1.2 Um público	57
3.1.3 As mídias digitais e o caráter transnacional	61
3.2 Os protestos no Egito em 2011	64
3.2.1 Os protestos e as mídias sociais	65
3.2.2 Um público	74
3.2.3 O caráter transnacional	78
4 Considerações finais	84
5 Referências bibliográficas	88

Lista de figuras

Figura 1 - Número Estimado De Manifestantes Por Cidade Em 15 De Fevereiro De 2003.	56
Figura 2: organizadores e quantidade estimada de manifestantes por cidade em 15 de fevereiro de 2003.	57
Figura 3: tráfego de internet no egito antes, durante e depois do “apagão” entre 28 de janeiro e 02 de fevereiro de 2011.	68
Figura 4: crescimento da penetração do facebook nos dez países árabes com mais usuários:	71
Figura 5: correspondência entre os “eventos” criados no facebook para protestos e a sua realização.	72
Figura 6: razões para o uso do facebook durante o movimento civil no egito no início de 2011:	73
Figura 7: tipos de ator (#jan25 e #egypt).	77
Figura 8: tweets por idioma (#25jan)	78
Figura 9: distribuição geográfica dos usuários mais ativos do twitter (#25jan).	79
Figura 10: GEOLOCALIZAÇÃO DE TWEETS (#egypt)	81
Figura 11: TWEETS DENTRO DA REGIÃO COM HASHTAGS SOBRE PAÍSES VIZINHOS	82

Introdução

Em 15 de fevereiro de 2003, manifestantes foram às ruas em várias cidades do mundo para protestar contra George W. Bush e a iminente Guerra do Iraque, em um evento coordenado de forma transnacional entre movimentos sociais. Em 2011, eclodiram protestos em países árabes que terminaram com a queda de ditadores na Tunísia, Egito e Líbia. A Primavera Árabe, como ficou conhecida a cascata de protestos, também parece ter ultrapassado as fronteiras e inspirado outros movimentos, como o Indignados na Espanha, o Occupy, nos Estados Unidos, e até mesmo os protestos de 2013 na Turquia e no Brasil (CASTELLS, 2013; GOKAY; SHAIN, 2005).

O objetivo deste trabalho é analisar a constituição de públicos transnacionais que se formam em determinados momentos, ao redor de questões específicas, e em grande medida por meio das mídias digitais. Para tratar da questão proposta, esta dissertação será dividida em três partes. Na primeira, serão revisados três assuntos ligados ao campo da esfera pública: 1) a formação de um público, e consequentemente de uma opinião pública (DEWEY, 2012 [1927]; HABERMAS, 2001 [1962]); 2) a internet, e desse modo também as redes sociais, como uma esfera pública de conversação e informação (CHADWIK, 2009; DAHLGREEN, 2005; GERHARDS; SHAFER, 2010); e 3) a suposta constituição de um público transnacional pelas mídias digitais, que se forma em alguns momentos e em torno de determinadas questões (HABERMAS, 2006; FRASER, 2007; CASTELLS 2008; CAMMAERTS; AUDENHOVE, 2005).

Na segunda parte será revisada a literatura específica que trata do ativismo transnacional como uma expressão decorrente do processo de globalização. Sendo assim, abordaremos a visão cosmopolita, ou seja, a ideia de uma ordem política independentemente de Estados (KANT 2008 [1795]; HABERMAS, 2006; LINKLATER, 1999). Nesta parte também revisaremos trabalhos que tratam da utilização e efeitos das mídias sociais para o ativismo transnacional (BENNET; SERGERBERG, 2011; FARREL, 2012; CASTELLS, 2013).

Com esse levantamento teórico, na terceira parte do trabalho serão analisados dois casos, a partir de uma revisão de pesquisas que ilustram a existência desses movimentos transnacionais e o uso que fazem das mídias

digitais. Os dois casos, os protestos de 15 de fevereiro e o levante no Egito serão estudados a partir de três questões: 1) quais as características desses públicos?; 2) de que forma as mídias sociais são utilizadas?; 3) o que torna esses movimentos transnacionais? Nossa tentativa é a de contribuir para as pesquisas sobre o ativismo – e sobre a esfera pública – transnacional e o seu uso das mídias sociais utilizando como fonte estudos já realizados na área (BENNET, 2012; DELLA PORTA; TARROW, 2005; GERBAUDO, 2012; CASTELLS, 2013).

Apesar desta pesquisa ter gerado um gama de novas questões que precisarão ser abordadas futuramente, é possível tecer algumas conclusões: As mídias sociais parecem ter possibilitado um ativismo individual, sem necessariamente organizações por trás; percebe-se uma predominância de indivíduos de classe média e alta escolaridade entre os ativistas dos dois casos; nota-se que apesar da dificuldade de se medir os efeitos políticos diretos causados pelas mídias sociais, há impactos indiretos, como a produção de conteúdo próprio e a difusão de informação, o que contribui para configuração do ativismo de agora.

A esfera pública e as mídias sociais

Esta parte se dedica a uma revisão de literatura sobre diferentes aspectos da esfera pública, partindo da ideia de que é nesse espaço comunicativo que surge o ativismo. A intenção é abordar as questões da esfera pública que nos apontam para a possibilidade do ativismo, ou seja, analisar a esfera pública como um espaço de interação e debate capaz de gerar mudanças políticas (HABERMAS, 2001; WHIPPLE, 2005).

A ideia original de Habermas (2001) formula a esfera pública como um espaço para deliberação sobre questões públicas, gerando uma opinião pública capaz de influenciar a tomada de decisões e promover um sistema inclusivo de participação. A popularização das mídias sociais levou muitos a acreditar que a internet poderia se tornar uma esfera pública complementar ou substituta à já existente, oferecendo um ambiente democrático, com amplas possibilidades de participação e debate, além de permitir a criação de conteúdo próprio, gerando uma circulação de notícias fora da grande mídia (GHERADS; SCHAFER, 2015; DAHLGREEN, 2005). As mídias sociais também poderiam favorecer o surgimento de contrapúblicos, minorias interessadas em propor contradiscursos (FRASER, 1992) e permitir a organização de movimentos sociais, apontados como os protagonistas do ativismo (RUCHT; WALGRAVE, 2010).

Essa gama de possibilidades, entretanto, também gera questionamentos e visões menos otimistas. Na contramão do determinismo tecnológico prevendo apenas benefícios, é possível que nem todos tenham acesso a uma conexão, o que pode impedir a verdadeira pluralidade de vozes nas discussões e impor o chamado *digital divide*, ou seja, a divisão entre os que têm condições de dominar as novas tecnologias e participar da política por meio delas e os que não têm (MARQUES, 2014).

Por fim, para traçar esse panorama da esfera pública e das novas possibilidades oferecidas a ela pelas tecnologias digitais, abordaremos a oportunidade de uma comunicação sem fronteiras. A esfera pública transnacional é inclusive apontada como a base para uma ordem mais democrática no mundo globalizado (AVRITZER; COSTA, 2004; FRASER, 1992; HABERMAS, 2006).

Desse modo, é compreensível que um meio digital, como a internet, com uma infra-estrutura que promove discursos ilimitados e não regulados e que opera além das fronteiras geográficas sugira a reencarnação virtual da esfera pública (PAPACHARISSI, 2009 p. 231).

1.1

O público e a esfera pública

Um dos textos fundamentais para a discussão sobre público e opinião pública é a obra de John Dewey *The Public and its Problems*. Escrita em 1927, aborda dois pontos específicos: a democracia participativa como melhor modelo e a formação de um público capaz de interagir, pressionar e gerar consequências políticas (DEWEY, 2012 [1927]). É esse segundo ponto, o da formação do público e seu possível alcance, que mais dialoga com esta pesquisa.

Dewey desenvolve uma noção de público como uma esfera que se constitui em um processo ativo do cidadão de se expressar nas questões políticas que o afeta, ressaltando assim a importância da participação popular – via comunicação – para a democracia. Como, para o autor, a democracia se constitui do processo de dar voz ao cidadão, um déficit deliberativo seria nada menos que um déficit democrático (DEWEY, 2012, p. 19). Um público, segundo o autor, consistiria em todos os afetados pelas consequências indiretas de transações políticas que desejam cuidar sistematicamente de suas consequências. Dentro dessa perspectiva, os governantes seriam necessários para assegurar os direitos desse público. Uma vez que aqueles que são afetados indiretamente não são participantes diretos da transação em questão, torna-se necessário que certas pessoas as represente de forma a garantir a proteção de seus interesses (DEWEY, 2012 p.48).

Na obra, o autor explica algumas características necessárias para que um público seja definido como tal, como se formar em momentos específicos em torno de questões pontuais, ser um produto da comunicação, dar voz ao cidadão e priorizar a “publicidade” do debate. O público sempre se forma em torno de questões específicas. Desse modo, não é uma associação que existe independentemente do espaço e do tempo, e sim uma união de indivíduos em questões pontuais sobre as quais querem ter voz. Outro ponto importante

destacado pelo autor para caracterizar as condições básicas para a manifestação do público é a importância da "publicidade". Não há um público sem a completa publicidade de todas as consequências que possam estar relacionadas. De acordo com o autor, tudo o que obstrui a publicidade do debate, incluindo restrições à liberdade de expressão, distorce o pensamento e limita a participação popular (DEWEY, 2012 p. 132).

Somente compartilhando ideias é que o público ganha força e torna-se visível. Desse modo, Dewey apresenta uma concepção normativa de democracia deliberativa (POGREBINSCHI, 2004), que criaria melhores condições de realização tanto para o indivíduo quanto para a coletividade. Influenciado por Kant, Dewey (2012) ressalta o uso público da razão, que pode ser estimulado através do debate (WHIPPLE, 2005).

Um público também não se constitui sem a associação de indivíduos. As consequências de uma ação conjunta tomariam uma dimensão diferente, tornariam a ação um objeto de atenção e interesse. No entanto, não é qualquer associação da vida comunitária que forma automaticamente um público. É preciso haver uma questão que os una. O autor acrescenta que mesmo as formas não políticas de associação, ou as que ocorrem em torno de interesses como religião ou esporte, naturalmente, já gerariam consequências que se diferem em tipo e forma daquelas produzidas por indivíduos isoladamente (DEWEY, 2012, p. 52-54). Públicos, para Habermas e Dewey, existem como um processo discursivo interacional (DAHLGREEN, 2005. p. 149).

A formação de um público é um processo que passa pela comunicação. É apenas por meio da comunicação que o público se torna um grupo coeso (DEWEY, 2012, p. 136). O autor enfatiza a importância do “falar” e “ser ouvido”. É apenas “falando” que o cidadão passa de espectador a participante. Para Dewey, a linguagem por si só não representaria a verdade, mas, pragmaticamente, a função da comunicação seria possibilitar a construção da verdade (WHIPPLE 2005, p. 161).

Mesmo tendo sido escrito em 1927, *The Public and its Problems* prevê que a tecnologia possibilitaria novas formas de associação, que, por sua vez, alterariam as características do público (DEWEY, 2012, p. 115-117). O autor cita, por exemplo, a eletricidade, a conquista de mercados remotos, a estrada de ferro e o telefone como mudanças tecnológicas que impactaram o campo das

comunicações e, por sua vez, modificaram a natureza do público. Como mostra a história, toda vez que uma tecnologia nova é introduzida na sociedade, há mudanças nos mais variados aspectos. Em seu estudo famoso sobre o telégrafo, James Carey (1992) argumenta que essa tecnologia modificou as dimensões do tempo e do espaço das interações humanas, instituindo novas formas de linguagem e novas estruturas de relações sociais, como a emergência de uma classe média comercial.

No primeiro capítulo de *The Public and its Problems*, Dewey (2012) aborda a sua visão da relação entre o Estado e o Público. De acordo com o autor, o Estado é apenas mais uma das muitas instituições sociais, como as igrejas, sindicatos ou empresas. Sua função seria limitada, mas importante, a de árbitro no conflito entre as outras unidades. Dentro dessa visão, o Estado têm um sentido formal, como o de um maestro de orquestra que não toca um instrumento, mas serve para reger os outros músicos (DEWEY 2012, p.42). Dentro dessa perspectiva, uma das principais funções do público é regular o poder político e estabelecer uma relação de responsividade para com seus governantes.

A ideia de esfera pública como um espaço de interação e debate capaz de gerar mudanças políticas já é bastante consagrada nos estudos de comunicação. Como a abordagem mais utilizada, a esfera pública de Habermas prevê as condições necessárias para a formação desse espaço de comunicação pública. Em *Mudança Estrutural da Esfera Pública* 2001 [1962]), o autor argumenta que o desenvolvimento do capitalismo no fim do século XVIII criou uma nova era para a comunicação com base numa cultura de debate público esclarecido e racional, no qual cafés e clubes eram alguns dos espaços que abrigavam discussões abertas. Desse modo, Habermas formula um conceito de esfera pública como um espaço inclusivo para deliberação sobre questões públicas, gerando uma opinião pública capaz de influenciar a tomada de decisões e promover um sistema inclusivo de participação. Habermas (2001 p. 36-37) também enfatiza o caráter autônomo dessa esfera pública, que se constitui, então, como um mecanismo de defesa em relação ao governo aristocrático. Desse modo, a esfera pública seria um ambiente sem coerções ou interferências dos poderes político e econômico.

Assim como Dewey, Habermas também é influenciado pelo ideal de esclarecimento de Kant enfatizando o processo moral de argumentação pública (KELLNER, 2000, p. 13). Quanto mais compartilhamento de informações, debate

e deliberação, mais chances da moral prevalecer na política. Para Habermas, o conceito de publicidade garante a mediação entre política e moral, já que, segundo o autor, a soberania das leis é conseguida por meio da publicidade, ou seja, através de uma esfera pública cuja capacidade funcional é imposta sobretudo com a base natural do Estado de direito (HABERMAS 1992, p. 140).

Na visão de Calhoun (1992, p. 6), a importância da esfera pública está no seu potencial como forma de integração da sociedade. O discurso público, ou o que, segundo o autor, Habermas chamaria mais tarde de ação comunicativa, é um modo de coordenação da vida humana, assim como o poder do Estado e as economias de mercado. Mas o que interessa a Habermas é a forma discursiva de coordenação, o processo comunicativo - a identificação da razão e da voz. Sendo assim, o debate racional parece ser um requisito básico para a formação da esfera pública, que nesse contexto pode ser definida como um domínio da vida social na qual a opinião pública é expressada. Dentro dessa perspectiva, o objetivo final da esfera pública é o acordo público e a tomada de decisões, apesar desses objetivos nem sempre serem alcançados (PAPACHARISSI, 2009, p. 232).

É importante ressaltar que Habermas formulou a sua ideia de esfera pública em uma época e um ambiente específicos, na Europa do século XVII, marcada pela erosão do poder absolutista. Nesse contexto, a ideia de uma esfera pública é a de um espaço compartilhado por “cidadãos privados” para a discussão de questões de “interesse público” que se forma para contrabalançar o poder absoluto e operar como uma força mediadora entre a sociedade e o Estado, tornando-o responsivo para com o cidadão (FRASER 1992; 2007). Desse modo, apesar da esfera pública de Habermas continuar sendo referência para muitos dos autores que pensam a esfera pública dos dias atuais, alguns propõem complementações para utilizarem o modelo fora do contexto europeu original, criando conceitos como os de contrapúblicos subalternos, que tentam conferir um caráter ainda mais inclusivo para essa esfera (AVRITZER; COSTA, 2004; FRASER 2007), como será analisado com mais profundidade mais adiante na discussão sobre esfera pública transnacional.

1.2

A esfera pública digital

Tendo abordado as ideias de público e esfera pública, é necessário analisar os elementos que relacionam as ideias clássicas de Habermas e Dewey à globalização e à tecnologia. E, num segundo momento, serão tratadas as potencialidades e fraquezas de uma esfera pública pelas mídias sociais.

Schäfer (2015) argumenta que o potencial surgimento de uma esfera pública digital tem recebido muita atenção do meio acadêmico nos últimos anos por estar sendo considerada complementar, ou mesmo substituta, à antiga esfera pública, que, por sua vez é vista como um elemento crucial das democracias modernas. Considerando a importância da “publicidade”, o autor chega a uma definição de esfera pública digital. Esta seria uma esfera comunicativa gerada ou apoiada pelas mídias digitais, totalmente aberta, onde questões de interesse comum podem ser discutidas e cujos processos são visíveis a todos (SCHÄFER, 2015, p. 2).

Há uma gama de argumentos que ressaltam as expectativas positivas trazidas pela internet para a sociedade e a política. Um desses impactos seria a capacidade de oferecer um fórum aberto e de amplo alcance, capaz de atingir uma grande audiência e ajudar na auto-observação da sociedade e na formação de opinião (FERREE 2002, p.10). Dahlgren (2005, p. 151), por sua vez, localiza a internet como o ambiente em que se encontra a vanguarda da esfera pública, onde intensos desenvolvimentos e cyber transformações estão acontecendo. No entanto, o autor relativiza o lugar que a web ocupa nos processos de conscientização e participação política, afirmando que o uso da internet para fins políticos ainda é pequeno, especialmente se for comparado com o espaço dedicado ao consumo e ao entretenimento. Ou seja, a esfera pública digital e os processos deliberativos ainda estão longe do que se considera ideal para a formação da voz política do cidadão.

Para Castells (1996, p. 135), a internet teria o potencial de transformar a dimensão política, tornando-se um espaço propício para que os cidadãos expressem seus direitos e se comuniquem com outros, compartilhando valores e questões. Maia (2008, p. 277-283) acredita que a internet oferece um potencial de interação inédito, se comparado com os veículos de comunicação tradicionais, por reduzir os custos da participação política e permitir a inclusão de diferentes parceiros de interlocução. Gomes (2008, p. 304) aponta para a relação entre esfera pública e meios de comunicação de massa. Com a internet, a esfera política pode

enfim comunicar-se diretamente com a esfera civil, dispensando a mediação representada pelo jornalismo. De acordo com essa perspectiva, destaca-se a capacidade da internet de superar o déficit democrático dos meios de comunicação de massa.

Farrell (2012) chama atenção para a generalização do termo internet, para a utilização do termo como nome próprio (em inglês, escreve-se com maiúscula). Para o autor, é preciso desmembrar a ideia, fazer perguntas distintas. Tecnologias diferentes têm arquiteturas diferentes estimulando ou desestimulando tipos diferentes de comportamento. Desse modo, é preciso estudar a prática específica em blogs, no Twitter ou no Facebook, explorando como sua variação em termos de arquitetura e outros fatores levam a efeitos diferentes (FARRELL 2012, p. 36). Desse modo, ao falarmos de uma esfera pública virtual, é preciso levar em conta a tecnologia e as funcionalidades que a molda.

Talvez uma das características da internet mais associadas ao seu potencial democrático seja a possibilidade de permitir acesso à produção de conteúdo (COLEMAN 2005). O relativo baixo custo de utilização da web também foi apontado por muitos como uma característica inclusiva. Pequenas organizações ou indivíduos conseguem produzir conteúdo online com poucos recursos: um computador e uma conexão de internet. Desse modo, a estrutura da rede possibilita a criação de mídias alternativas às já tradicionais, que por muito tempo tiveram a função quase exclusiva de informar as discussões públicas. Assim, as mídias sociais e blogs podem ter um potencial democrático por oferecer aos consumidores de mídia a oportunidade de se tornarem produtores (GERHARDS; SCHÄFER, 2010). No entanto, apenas a possibilidade de se tornar produtor não quer dizer necessariamente que esse conteúdo será visto.

Outro ponto importante do debate sobre o potencial democrático da web diz respeito ao agendamento de notícias, ou seja, à capacidade de colocar questões para o debate público. Diferentemente de Newman, que confere às mídias tradicionais uma maior influência de agendamento, Bode (2010 p. 24) encontraram evidências de que as mídias digitais são capazes de propor debates. Essa constatação é feita a partir de um estudo sobre o caso da lei que proibia o casamento homossexual na Califórnia. Os autores concluíram que os vídeos do youtube protestando contra a lei pautaram notícias dos grandes veículos.

É importante falarmos em “potencial”, “possibilidade”, pois como mostram diversos trabalhos sobre o tema, a tecnologia por si só não necessariamente promove uma arena de discussão mais inclusiva ou plural, pois é preciso levar em conta fatores como o acesso à tecnologia ou o conhecimento para usar (CHADWICK 2009; GERHARDS; SHAFER, 2010), uma vez que não é a natureza das tecnologias por si só, mas sim o discurso que as cercam, que ditam como tais tecnologias são apropriadas pela sociedade (PAPACHARISSI, 2009, p. 230).

Desse modo, longe de apontar apenas os benefícios da web, há também a ideia de que a conectividade não significa necessariamente uma esfera pública mais inclusiva. Essa perspectiva remete a um determinismo tecnológico. Analisando as mudanças trazidas pela tecnologia para a comunicação, Carey (1992) faz uma crítica severa ao determinismo tecnológico, que confere à técnica, a primazia sobre o homem. Ou seja, o que Carey critica é a visão de que a tecnologia seria o grande benfeitor da humanidade. Para Carey (1992), a tecnologia não pode ser vista nem como a chegada do apocalipse, nem como o fim de todos os problemas. A tecnologia seria apenas tecnologia, que traria novas possibilidades de comunicação e transporte, e nada mais (CAREY 1992 p. 107).

No livro *The Net Delusion* (2011), Morozov ataca a ideia de que a difusão da tecnologia da comunicação nos Estados Unidos iria automaticamente levar a democracia para todos os cantos do mundo. Ele critica ainda a visão de que a tecnologia empodera os povos oprimidos, que inevitavelmente conseguiriam se mobilizar por meio de mensagens ou posts nas redes sociais. Para o autor, as mídias sociais foram desenvolvidas para o entretenimento, para compartilharmos nosso dia a dia, e não servem para fins políticos.

Um dos questionamentos possíveis sobre as mídias sociais como uma esfera pública democrática diz respeito à pluralidade de vozes envolvidas no processo deliberativo. Schäfer e Gehrards (2010), por exemplo, ao analisarem a presença da sociedade civil no debate sobre o projeto genoma humano, tanto na mídia impressa quanto na internet, chegaram à conclusão que a discussão foi dominado por poucas vozes, com o predomínio de cientistas. Capone (2016) chegou a uma conclusão semelhante ao estudar a pluralidade de vozes na discussão sobre o Marco Civil da Internet no Twitter, de que o debate foi domindado por poucas vozes especializadas no tema. No entanto seriam

necessárias novas pesquisas para avaliar se a participação de poucas vozes se dá por características não inclusivas da web, ou simplesmente por que nem todos se sentem afetados por determinadas questões.

O chamado “digital divide” é apontado como uma das principais barreiras à inclusão digital (NORRIS, 2001; GOMES, 2008; MAIA, 2008; MARQUES, 2014). Ou seja, ocorreria uma divisão entre os que têm condições de dominar as novas tecnologias e participar da política por meio delas e os que não têm. De acordo com essa visão, pode formar-se uma “elite” que tem acesso à tecnologia, o que não contribuiria para um ambiente mais democrático (CHADWICK, 2009; FARRELL, 2013). Papacharissi (2009, p. 234) também compartilha da ideia de que as vantagens da internet como espaço público podem ser desfrutadas apenas pelos poucos que têm acesso a ela, criando desse modo a ilusão de que há uma esfera pública aberta. No entanto, prosegue a autora, seguindo na mesma linha de que a tecnologia apenas não significa um ambiente mais inclusivo, as mídias online podem reproduzir as mesmas desigualdades em termos de classe, raça e gênero que a esfera pública *offline* possa vir a ter. Marques (2014 p. 97), referindo-se às implicações da exclusão digital, argumenta que o problema não está ligado apenas à condição individual de acesso, mas à falta de oportunidades básicas para que seja possível desfrutar de serviços ou consultas oferecidas em diferentes âmbitos de governo.

A internet como esfera pública também esbarra na questão da reciprocidade. Referindo-se especificamente ao campo das eleições, Papacharissi (2009 p. 239) acredita que o uso das mídias digitais por políticos, por exemplo, tende a ser unidirecional. Ou, seja, os políticos expõem seus planos de governo ou ideias em geral, mas o público tem poucas chances de interagir com eles, pois não há canais de *feedback* que permitam um envolvimento efetivo. Portanto, a tecnologia sozinha não quer dizer muito, o que importa é como a sociedade se apropria dessas tecnologias. Entre os fatores que limitam o impacto democratizante da internet a autora cita: 1) a natureza da expressão online concede um elemento narcisista à conversação política, o que pode gerar ruídos; 2) padrões de engajamento cívico online sugerem formas de participação, como a mobilização de movimentos subversivos; e 3) os espaços públicos online são em parte também comerciais, sugerindo um modelo novo híbrido, onde consumismo e retórica civil co-existem (PAPACHARISSI, 2009 p. 232 - 235). Segundo a

autora, para que a discussão online seja democratizante, é importante apresentar uma comunicação de duas vias, cobrir tópicos de interesse mútuo e ser motivada por um comprometimento compartilhado. Desse modo, o potencial da web é conectar cidadãos que compartilham de motivações semelhantes.

Dentro desse modelo traçado por Papacharissi, a questão do narcisismo está ligada à linha cada vez mais tênue entre o público e o privado e pode ter efeitos positivos para a política. Essa dose de narcisismo, segundo a autora, tem um efeito democratizante, pois a existência de blogs e fóruns podem estimular a pluralidade de vozes, embora como mostram os exemplos citados isso nem sempre ocorra.

Quanto ao caráter comercial da esfera pública apontada por Papacharissi (2009), é importante notar que o trabalho da autora, assim como o de Habermas (2001), é influenciado pela Teoria Crítica da Comunicação, o que a leva a afirmações como a que a esfera pública torna-se um veículo para a hegemonia capitalista e a reprodução ideológica. De acordo com essa visão, o espaço online poderia ser comercializado, o que influenciaria na orientação da discussão política digital. Sendo um meio construído no contexto capitalista, a internet está suscetível às buscas por ganhos do mercado, o que não costuma priorizar participação civil ou a democratização (PAPACHARISSI, 2009 p. 231- 236; SASSI 2001).

Seguindo nessa linha dos que consideram a esfera pública um espaço com influência comercial, é preciso reconhecer a natureza dessas empresas que dominam o cyberspaço, como o Facebook, Google e Twitter. A utilização de algoritmos ou de interesses próprios que acabam esbarrando em interesses políticos certamente têm algum efeito sobre os desdobramentos dessa esfera pública. Como define Valtysson (2012), esse caráter comercial do Facebook, por exemplo, oferece tanto oportunidades de “emancipação” quanto de “colonização” (VALTYSSON, 2012, p. 77).

Uma contribuição bastante citada das mídias sociais para a esfera pública é a possibilidade de organização de grupos em posição de desvantagem em termos de poder, os chamados contrapúblicos (FRASER, 1992; HABERMAS 1992; AVRITZER; COSTA 2004). Dentro dessa perspectiva, as mídias sociais seriam capazes de unir vozes excluídas para formar “um contradiscurso” e contestar os padrões discursivos da esfera pública *mainstream* (DAHLBERG, 2011, p. 861). Como aborda o autor, tais contrapúblicos digitais aparentemente estariam sendo

formados pelas práticas dos sites alternativos, páginas de movimentos sociais e vídeos, observados, por exemplo, no movimento anti-globalização, em redes como o Indymedia, ou organizações como Associação Revolucionária das Mulheres do Afeganistão e os zapatistas.

Uma esfera pública mediada pelas mídias digitais sugere a possibilidade de uma comunicação ultrapassando fronteiras nacionais. Brian Loader (2014) analisa as ações políticas mediadas digitalmente em diferentes partes do mundo, o que segundo ele seriam indicadores do surgimento de uma esfera pública transnacional. De acordo com o autor, surge uma geração jovem comprometida com ações políticas, que muitas vezes se espalham rapidamente de um país para outro por meio de mídias sociais como o Facebook, o Twitter e o Youtube. Na perspectiva de Loader (2014), o foco do descontentamento tem sido questões de natureza transnacional. Sendo assim, o autor acredita que são os mais jovens, a geração que já cresceu no ambiente da “ecologia digital” que deve ser vista como o público ideal para moldar a esfera pública transnacional por meio de uma rede de comunicação desenvolvida fora do controle direto do Estado-Nação e dos conglomerados de mídia tradicionais.

1.3

A esfera pública transnacional

Um outro campo de estudo da área de comunicação e internet se abre com a expansão geográfica das arenas de discussão, o que foi alcançado com a tecnologia e o processo de globalização. A comunicação além das fronteiras nacionais possibilitada pelas mídias sociais dá forma à discussão sobre a constituição de uma esfera pública transnacional (FRASER, 2007; CALHOUN, 1992; DAHLGREEN, 2005; FARREL, 2013; CASTELLS, 2008; VOLKMER, 2014). Da Batalha de Seattle” contra a Organização Mundial do Comércio à campanha contra minas terrestres no final dos anos 1990, passando pela rede de oposição à Augusto Pinochet e ao movimento contra o aquecimento global, vemos a política contenciosa¹ escapando das fronteiras do Estado Nacional e apontando

¹ Sobre a ideia de política de contenção ver TARROW, S. **Power in Movement: Social Movements and Contentious Politics**. Cambridge University Press, 2011. No contexto dos

na direção de novas formas de contenção transnacional (KAHN; KELLNER, 2004).

Como já mencionado, a ideia de esfera pública proposta por Habermas tem o Estado como elemento fundamental. Portanto, para passar a discussão para o plano transnacional é preciso um certo grau de relativização, principalmente, se levarmos em conta argumentos como o de Calhoun (1992, p.7), de que a esfera pública burguesa como a concebida por Habermas é uma categoria típica de uma época, difícil de ser aplicada a outras situações históricas.

Nancy Fraser (2007, p. 7) faz uma análise detalhada da aplicação do conceito de esfera pública ao plano transnacional, que será utilizada como base para a revisão do tema. A autora aponta para a dificuldade normativa do termo. Isso ocorre, principalmente, porque na sua visão a esfera pública é concebida como um espaço para a formação da opinião pública como força política e para garantir a responsividade dos governantes para com seus cidadãos. Portanto, sem as estruturas do Estado, a opinião pública que se formaria nessa esfera transnacional perderia tanto a legitimidade como a eficácia política. Sendo assim, uma base fundamental da organização da esfera pública ficaria comprometida em arenas comunicativas em que os interlocutores não fazem parte de uma comunidade política com direitos iguais de participação na vida pública.

Para resolver o impasse, Fraser ressalta que nesse contexto é necessário rever tanto o papel da opinião pública transnacional como os conceitos de legitimidade, eficácia política e responsividade. Quanto à legitimidade, a opinião pública nesse contexto é legítima se, e apenas se, resultar de um processo comunicativo no qual todos os potencialmente afetados possam participar como iguais, independentemente de nacionalidade. Do ponto de vista da eficácia política, a opinião pública, a força que monitora o poder, é uma ideia complicada para se pensar no plano transnacional, já que em última instância todas as decisões acabam passando por Estados. No entanto, diz a autora, a opinião pública tem algum grau de influência para regular os poderes privados que moldam a vida do cidadão e que no processo acabarão pressionados a prestar contas. Por esse motivo, é preciso construir novos destinatários para a opinião pública (FRASER, 2007, p. 17-23).

movimentos sociais, o autor refere-se à política de contenção como formas de pressão da sociedade civil, seja manifestações, protestos ou desobediência.

Apesar das amarras normativas, Fraser (2007, p. 8-14) reconhece que a existência de uma esfera pública no plano transnacional é “intuitivamente” plausível e parece adquirida da realidade social, já que questões que ultrapassam as fronteiras do Estado, sejam elas o aquecimento global, direitos das mulheres ou a guerra contra o terrorismo, provocam mobilizações tipicamente transnacionais. Como as ideias de eficácia política e legitimidade, tão importantes para a real existência de uma esfera pública, estariam ligadas ao Estado, a alternativa, para a autora, é tentar localizar possibilidades emancipatórias dentro da realidade globalizada. Desse modo, a questão desta pesquisa não trata da existência ou não de uma esfera pública ou de um público transnacionais, mas sim como e quando ambos se tornam possíveis, que efeitos são decorrentes do fenômeno e o quanto de legitimidade podem ter como ação política.

Como argumenta Fraser (2007; 2014) um público é formado quando indivíduos “privados” se juntam para discutir questões publicamente. Para analisar a possibilidade de uma esfera pública transnacional, a autora discute as mudanças em cinco elementos considerados por ela como constitutivos da opinião pública: “o quem”, “o quê”, “o onde”, o “como” e “o para quem” da comunicação (FRASER, 2007, p.26):

- O “quem” da comunicação, antes referido aos cidadãos de um Estado nacional westfaliano, passa a ser um conjunto de interlocutores dispersos que não constituem um demos.
- O “o quê” da comunicação, teorizado inicialmente como o interesse do Estado westfaliano agora se estica atingindo várias partes do globo.
- O “onde” da comunicação, uma vez definido como o território do Estado westfaliano é agora no ciberespaço desterritorializado.
- O “como” da comunicação, uma vez definido como a mídia impressa do estado nacional agora abrange uma série de outros meios visuais e tecnológicos.
- O “para quem” da comunicação, uma vez teorizado como um Estado territorial soberano, que seria responsivo à opinião pública, é agora uma mistura amorfa de públicos e forças privadas transnacionais que não é fácil de identificar e nem de cobrar respostas.

Como já explicado acima, a autora se propõe a redefinir o conceito de legitimidade e eficácia da esfera pública em um contexto transnacional. A ideia de

Fraser (2007) é desvincular legitimidade e eficácia da premissa do estado westfaliano. Portanto, é preciso reconstruí-las. Dialogando claramente com Dewey (2012[1927] p.48), Fraser (2007 p. 28) afirma que uma opinião pública só é considerada legítima se todos os potencialmente afetados puderem participar como iguais nas deliberações sobre suas questões comuns. Portanto, segundo a autora, isso significa que o debate precisa ser aberto a todos os interessados nos resultados que podem surgir de tal conversação. A “paridade”, também utilizada por ela como critério de legitimidade quer dizer que todos os envolvidos precisam ter chances iguais de mostrar suas visões, propor pautas, questionar proposições e também ouvir. Enquanto a questão inclusiva se refere a “quem” é autorizado a participar nas discussões públicas, a questão da paridade refere-se ao “como” os participantes se conectam uns com os outros. Assim, se no mundo westfaliano, as concepções de inclusão e paridade referem-se ao cidadão de um estado territorial, a questão passa a ser como promover a “inclusão” se o Estado deixa de ser um requisito para demarcar os membros de um público.

Cammaerts e Audenhove (2005) defendem que a internet pode ser vista como uma ferramenta inclusiva por expandir a dimensão das esferas públicas para além do nacional e facilitar a organização de atores na sociedade civil. No entanto, a distribuição não igualitária das capacidades da internet gera uma acessibilidade concentrada nos países mais desenvolvidos, com melhores níveis de comunicação e renda. Apesar de nos países mais ricos a porcentagem dos que não tem acesso à web estar diminuindo, o mesmo não ocorre em outras partes do globo (DAHLGREEN, 2005).

Na perspectiva de Dahlgreen (2005, p. 147), ao nos referirmos a um espaço comunicativo no plano transnacional, é preciso considerar que tal esfera seria composta por cidadãos em unidades nacionais. Diferenças entre países – em termos de sistemas políticos, cultura e ritmo do avanço tecnológico – devem ser consideradas e tornam essa arena mais complexa. Além disso, prossegue o autor, é importante considerar o impacto na esfera pública das mudanças que ocorreram nas últimas décadas, como a maior porosidade das fronteiras nacionais e a cacofonia que surge com a abundância de mídias e atores. É preciso ainda ter em mente que nos países menos democráticos pode haver controle de acesso, censura de sites e conteúdos.

Um elemento importante para a esfera pública como concebida

originalmente seria a transparência dos processos, tanto da comunicação que se dá nesse espaço, quanto a de prestação de contas dos representantes do poder (HABERMAS, 2001; DEWEY, 2012). Considerando a importância da transparência, Gerhards e Shafer (2010, p.2) imaginam uma esfera pública digital como uma esfera comunicativa gerada ou apoiada pela mídia online ou social – de sites, redes sociais e blogs – onde a participação é aberta e disponível para todos os interessados, onde questões de interesse comum podem ser discutidas, e onde os processos são visíveis a todos.

Na perspectiva de Crack (2008), a transparência nas informações e processos dessa esfera pública é uma das três pré-condições para que ela exista tanto no nível nacional quanto no transnacional. As outras duas características apontadas pela autora são a capacidade de comunicação e sua separação da autoridade. No entanto, a autora conclui que a norma da publicidade tem pouca aplicação no ambiente internacional. Como ainda prevalece a ideia de que o doméstico e o internacional são domínios completamente separados, a transparência acaba sendo atribuída somente ao contexto interno. Entretanto, Crack (2008) argumenta que tal dicotomia torna-se algo problemático no mundo cada vez mais interligado em uma rede de conexões políticas e sociais (CRACK, 2008, p. 185).

O caráter da comunicação globalizada hoje não é definido pelas estruturas das organizações de mídia por si só, mas também pela maneira como indivíduos e organizações se comunicam através de diversas plataformas. Além disso, é na transformação da comunicação – editar, mixar, filtrar, modificar conteúdo – que localizamos a nova esfera pública global. Volkmer (2014) usa o conceito de ‘microrredes’ para capturar as conexões interdependentes entre os atores nestes espaços comunicativos dinâmicos e autogerados. Esta esfera é moldada individualmente por todos nós, “situados dentro de um universo de estruturas de redes pessoais e subjetivas, que conectam indivíduos além de fronteiras nacionais” (VOLKMER, 2014, p. 1). Podemos ver como uma influência de Dewey essa ênfase nas dinâmicas subjetivas, não apenas em termos de processos comunicativos, mas no próprio caráter de vivência do espaço público – ou na formação do público.

É preciso levar em conta os aspectos culturais implicados na ideia de uma esfera pública transnacional. Uma dificuldade apontada por Fraser (2007, p. 18)

para a formação de um público transnacional é a barreira da língua. Apesar do inglês ser considerado a língua oficial dos negócios globais, do entretenimento de massa e da academia, tal barreira também pode se somar aos argumentos que consideram a internet um ambiente desigual, favorecendo elites globais.

Avritzer e Costa (2004, p.714), também chamam atenção para os elementos culturais da esfera pública, tradicionalmente formada por um público que fala o mesmo idioma e que compartilha, em alguma medida, de uma cultura política construída coletivamente. Nesse sentido, com base nos estudos de Habermas (2001; 2004) sobre a esfera pública europeia ou de Avritzer e Costa (2004) sobre a latino-americana, talvez seja mais plausível a formação de esferas públicas nos níveis locais e regionais do que no nível transnacional mais amplo, principalmente, por esses países já compartilharem de certos aspectos culturais e relações econômicas.

No caso latino-americano, Avritzer e Costa (2004) afirmam que a formação da esfera pública e seu fortalecimento está intimamente ligado ao estágio em que se encontram as democracias dos Estados envolvidos. Desse modo, talvez as democracias jovens da América Latina, consideradas por muitos como democracias ainda em estágio de transição consigam se unir formando uma esfera pública, por serem Estados mais homogêneos. Essa abordagem trata a esfera pública como mais uma instituição que emerge do relacionamento entre as instituições políticas, o Estado e a sociedade, no movimento de construção da democracia (2004, p. 704).

Já no contexto europeu, Habermas (2001) acredita que não há outra solução para o déficit de legitimação da Europa sob a integração sem uma esfera pública europeia – uma rede que ofereça aos cidadãos de todos os estados membros a oportunidade de participar no processo da comunicação política. De acordo com o autor, a legitimação democrática exige um contato mútuo entre uma deliberação institucionalizada e os tomadores de decisões, e ao mesmo tempo, um processo inclusivo de comunicação em massa informal. Ainda referindo-se especificamente à Europa – numa perspectiva eurocêntrica pela qual às vezes é criticado (FRASER, 1992), o autor cita exemplos de iniciativas para atenuar a barreira da língua nessa esfera pública entre os Estados europeus, como por exemplo, o canal de televisão bilingue *franco-alemão ARTE*, o multilinguismo das instituições que compõem o bloco ou o uso do inglês como um idioma universal,

inclusive tratado como segunda língua nas escolas de países europeus, como Holanda, Dinamarca e Suécia.

Nick Couldry (2014) aponta para as mudanças da esfera pública da seguinte forma: Não mais cara a cara, mas mediada. Não mais singular e sim inevitavelmente plural. Não mais em apenas um nível, mas em vários níveis e conectada em redes. O autor também acredita que o ponto central da discussão da esfera pública no plano transnacional é gerar princípios para que as formas atuais de consulta pública e deliberação possam ser julgadas em relação aos processos de tomadas de decisão. Desse modo, ele argumenta que em vez de falarmos em uma única esfera, talvez as pressões transacionais sejam direcionadas a esferas públicas em cada nível, incluindo o local e o nacional. Sendo assim, a esfera pública seria melhor entendida não como uma coisa única, mas como a resultante interconectada de transformações em múltiplos níveis. (COULDRY, 2014, p. 45).

Utilizando uma outra perspectiva para além da formação de uma esfera pública no nível transnacional ou no regional, Loader (2014) indica a possibilidade da formação simultânea de uma multiplicidade de esferas públicas de jovens permeada por questões sociais, econômicas e culturais, contribuindo para a “exportação” de protestos e disseminação dos discursos políticos. Referindo-se aos jovens de países desenvolvidos, Loader argumenta que esse público que forma nas redes sociais cresceram em economias globais neoliberais, com suas questões de desemprego, austeridade e cortes de gastos públicos, e desenvolveram uma consciência em relação aos desafios transnacionais, como as mudanças climáticas. Loader (2014) acredita que as mídias locais e nacionais não conseguem abordar as questões que afetam esse público, que, por sua vez, busca canais alternativos, como as mídias sociais, para mostrar sua indignação. Ao mesmo tempo, o autor também chama a atenção para o descontentamento expressado pelos jovens nesse cenário em relação à política tradicional e seus desdobramentos, como o voto, os partidos políticos, o que faz com que muitos prefiram se engajar em organizações mais fluidas, com pouca ou até sem liderança, facilitadas pelas novas mídias.

A questão do relativo anonimato permitido pelas mídias online podem ajudar na atividade dessa esfera pública transnacional que se forma. A possibilidade de se expressar sem ser identificado, assim como a de se criar um perfil *fake*, são possibilidades das mídias sociais que podem contribuir para

opinião pública. Desse modo, o anonimato tem seu peso, por favorecer a ação em locais pouco democráticos como os países árabes, conferindo certa proteção ao usuário (FARRELL, 2012; PAPACHARISSI, 2009). As possibilidades de uma comunicação anônima, que caracteriza o discurso da internet, pode ocupar um lugar de oposição à deliberação estruturada normativamente (CALHOUN 2003).

Ao pensarmos quais os tipos de questão que poderiam gerar a constituição de públicos transnacionais, alguns autores indicam que a formação dessas redes geralmente se dá ao redor de questões de direitos humanos. Em um texto mais recente, Habermas (2006) se dedica a discutir uma ordem política que confere um peso maior aos cidadãos independentemente de Estados, contando com uma esfera pública para criar um modelo democrático capaz de dar conta do que ele chama de “constelação pós-nacional” (p.43). O autor utiliza casos concretos que, segundo ele, indicam a organização transnacional da esfera pública. Ele cita como exemplo as manifestações simultâneas que ocorreram em 15 de fevereiro de 2003 contra a intenção norte-americana de atacar o Iraque, o que seriam, segundo o texto, as maiores manifestações na Europa depois da II Guerra Mundial. O autor argumenta ainda que um público global intermitente se forma em algumas ocasiões desde a Guerra do Vietnã – como por exemplo devido ao 11 de setembro. Desse modo, Habermas (2006) ressalta que grandes violações de direitos humanos, guerras e massacres tendem a mobilizar mais as pessoas, mas é preciso notar que nem todo conflito gera a mesma atenção, visto os do Congo ou Ruanda (HABERMAS, 2006, p.40-56).

Segundo Habermas (2006 p. 80), surgiriam “laços de solidariedade” principalmente de violações de direitos humanos. A formação dessa rede de solidariedade dependeria, obviamente, do processo comunicativo realizado na esfera pública transnacional. Esse processo, no entanto, ainda não é suficiente para estabelecer mecanismos mais democráticos, por exemplo, para a União Européia. Mas com o tempo, talvez tais movimentos consigam alcançar uma forma institucional mais concreta, graças às mídias eletrônicas e organizações globais não governamentais, como a Anistia Internacional e o Human Rights Watch (HABERMAS 2006 p. 109). No entanto, o autor argumenta que a legitimação democrática além do nível nacional seria o produto indireto da pluralidade de discursos descentralizados que ocorrem em diversas esferas públicas nacionais e regionais. A soma delas geraria uma opinião pública global

efetiva informada pela mídia transnacional e mobilizada por organizações internacionais não governamentais.

Públicos fortes e públicos fracos

Para dar conta de uma esfera pública fora dos limites do Estado a distinção entre públicos fortes e fracos pode ser uma possibilidade (FRASER, 1992; 2002 p. 132-137; BRUNKHORST, 2002), embora não seja a única. Utilizando essa categorização, os públicos transnacionais poderiam ser entendidos como públicos fracos, cujo papel seria mais o de exercer influência, sem uma participação tão direta nas mudanças políticas propriamente ditas, que continuariam a cargo dos Estados nacionais. O que Fraser (1992) chama de públicos fracos seriam aqueles cujas práticas comunicativas consistem exclusivamente na formação de opinião, não tendo como função obrigatória causar efeitos políticos ou se refletir na tomada de decisões, o que seria uma característica dos públicos fortes (FRASER, 1992; 2002 p. 132-137).

Brunkhorst (2002), também utiliza a ideia de público de Dewey recorrendo à distinção entre públicos fracos e fortes. Para distingui-los, o autor baseia-se na diferença entre poder e influência. Os públicos fortes teriam a capacidade de exercer uma pressão efetiva nos governantes e gerar consequências políticas diretas. Por outro lado, dentro dessa perspectiva, os públicos fracos limitariam-se a exercer influência. Em um público forte, discussões e decisões vinculativas estão amparadas por procedimentos legais. Já um público fraco, segundo o autor, teria um papel importante na difusão de ideias. Ou seja, um público forte seria um público fraco com algum poder político e administrativo previsto por uma constituição. Ou ainda, como define o autor, o público fraco global pode ser considerado um público forte em desenvolvimento, “*a strong public in the making*” (BRUNKHORST 2002, p. 677). Com essa visão otimista, mesmo um público fraco sem poder político direto pode ser visto como um grande avanço: é o primeiro passo do longo caminho na direção de um público global forte.

Continuando com as ideias propostas por Brunkhorst (2002), o autor argumenta que historicamente os públicos fortes só se formaram dentro das fronteiras dos Estados nacionais, mas acredita que desde a criação de instituições internacionais, como a Liga das Nações e depois a ONU, assiste-se à constituição

desses públicos dotados de influência moral e poder comunicativo. Seriam necessárias mais pesquisas para contra argumentar que muitas vezes os públicos transnacionais também poderiam alcançar mudanças, pois ainda parece difícil comprovar a relação entre a mobilização de um público e seus efeitos políticos. Brunkhorst, entretanto, acredita que o poder de comunicação de um público além do Estado pode ser uma força muito potente, capaz de gerar revoltas e até revoluções, como o movimento internacional contra o apartheid na África do Sul ou a Revolução Francesa, que resultou no fim da monarquia absolutista (BRUNKHORST, 2002 p.677- 678). Para o autor, não há liberdade ou democracia sem a *performance* dos públicos, inclusive os denominados fracos, na comunicação.

Brunkhost (2002) diz ainda que a influência possivelmente exercida pelos públicos fracos dependeria diretamente do desenvolvimento da comunicação pública. O autor reconhece que por não conseguir implementar decisões por procedimentos legais (como voto, ações jurídicas), tais públicos podem encontrar um elo fraco entre discussão e decisão política. No entanto, o autor também admite que ter elos fortes entre o produto da deliberação e a tomada de decisões é a realidade de poucos países (BRUNKHOST, 2002, p. 679).

Defendendo o poder de influência dos públicos fracos, o autor argumenta que a deliberação e a tomada de decisões precisam ser completamente distinguíveis, pois estão ligadas por uma tensão dialética importante e às vezes localizam-se até mesmo em extremos irreconciliáveis. Assim, a ideia de um público deliberativo buscando expandir sua influência moral se encaixa bem no contexto transnacional.

Tanto Brunkhorst (2002) quanto Habermas (2006) compartilham da ideia de um cosmopolitismo kantiano, acreditando que a constituição de públicos fora dos limites dos Estados acabariam universalizando valores como os direitos humanos. Na medida em que não há procedimentos legais suficientes que transformem discussão em decisões – e isso pode ser que nunca ocorra no nível global – esses públicos podem exercer pressão para que a linguagem dos direitos humanos acabem tendo que ser incorporadas nas políticas pelos formuladores das leis (BRUNKHORST, 2002 p. 690). Nesse sentido é a linguagem dos direitos humanos que deverá unir os públicos transnacionais (HABERMAS, 2006).

Contrapúblicos

Além da divisão de públicos fortes e fracos, outra contribuição da literatura sobre uma esfera pública transnacional mediada pelas mídias digitais diz respeito à organização dos chamados contrapúblicos (FRASER, 1992; AVRITZER; COSTA, 2004; PAPACHARISSI, 2009; DAHLBERG, 2011).

Para analisar uma esfera pública no contexto latino-americano, por exemplo, Cohen e Arato (1992, p. 460) estabelecem o conceito de *new publics*. De acordo com os autores, verifica-se um processo que culmina com a criação e expansão de novos públicos, como minorias e movimentos sociais. Esses novos públicos seriam capazes de exercer pressão por mudanças políticas. Desse modo, segundo os autores, uma pluralidade de públicos fortaleceriam os processos e a qualidade da comunicação pública, e com a emergência de novos tipos de organização política até mesmo a discussão pública nos parlamentos e nas convenções partidárias tende a ser afetada. Ainda no contexto da América Latina, Avritzer e Costa (2004) destacam a emergência de uma multiplicidade de novos atores urbanos e novas subculturas. Cabe destacar o papel daqueles atores sociais que representam grupos tradicionalmente excluídos do espaço público, mas que, ao mesmo tempo, reivindicam seu direito de participar nele. As Madres de la Plaza de Mayo na Argentina, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no Brasil ou o Ejército Zapatista de Libertación Nacional no México seriam exemplos de tais contrapúblicos.

A ideia de contrapúblicos trata de públicos marginalizados geralmente localizados nos espaços comunicativos das mídias digitais, fora dos meios de comunicação *mainstream*. Nesse sentido, tais espaços comunicativos ditos alternativos têm um papel importante para dar voz aos grupos marginalizados. Seria no ativismo e na possibilidade de contestação que reside o caráter “democrático” dessa esfera pública que se reconfigura (DAHLBERG, 2011, p.860). Para o autor, os contrapúblicos são formados por outras identidades desenvolvendo contradiscursos que contestam os discursos dominantes e encontram na web a possibilidade de alcançar “publicidade”. Podemos notar que a ideia de contrapúblico está ligada à teoria crítica. Desse modo, o autor utiliza-se dessa corrente de pensamento ao afirmar que os contrapúblicos seriam formados por indivíduos lutando para suavizar as assimetrias (DAHLBERG, 2011, p. 861).

A base de grande parte da literatura sobre contrapúblicos originou-se da ideia de Fraser em *Rethinking the Public Sphere* (1992), que define os “contrapúblicos subalternos” como arenas discursivas nas quais membros de grupos sociais subordinados inventam e circulam contradiscursos. De acordo com Fraser, a função dos contrapúblicos na ordem social democrática é expandir o espaço discursivo e em parte tentar compensar os privilégios participativos injustos. Criticando o modelo habermasiano, principalmente pelo caráter elitista e excludente de sua esfera pública burguesa, Fraser (1992, p. 112-123) argumenta que a ideia de uma esfera pública nacional única não considera as relações assimétricas de poder que marcam os processos de constituição das esferas públicas contemporâneas. Ou seja, em sua própria formação, a esfera pública apresenta mecanismos de seleção que implicam na definição de quais os atores que serão ouvidos e quais os temas que serão tratados. Dentro dessa visão, os chamados contrapúblicos subalternos, como minorias étnicas, ou mesmo mulheres, seriam excluídos a priori da esfera pública ou ocupariam nela um lugar subordinado. Pensando no contrapúblico feminista, por exemplo, a autora argumenta que sua função é tentar transformar a estrutura hegemônica da esfera pública para incorporar as reivindicações feministas. (FRASER, 1992 p. 124)

Assim como Dahlberg (2011), Toefl e Piwoni (2015) também localizam os contrapúblicos em espaços comunicativos fora das grandes mídias. Eles acreditam que a esfera pública é formada por uma multiplicidade de (sub)esferas públicas desiguais. Sustentam, entretanto, que cada uma dessas esferas “subpúblicas” podem ser entendidas e delimitadas como um conjunto de participantes em um espaço comunicativo específico de acordo com padrões discursivos determinados. Tais contrapúblicos seriam caracterizados por elementos discursivos com a intenção de desconstruir as relações de poder da esfera pública “superior” (TOEFL; PIWONI, 2005, p.284).

Os movimentos sociais como protagonistas da esfera pública transnacional

É interessante analisar os tipos de atores que participam do universo deliberativo dentro do cenário transnacional, como, por exemplo, as instituições financeiras internacionais, que não propriamente superaram o poder do Estado

mas poderiam ter participação nas decisões políticas (FRASER, 2007). Castells (2008) também acredita que a globalização trouxe novos atores para o debate político, enfatizando a presença de instituições governamentais e não governamentais. Para o autor, a questão da legitimidade da esfera pública transnacional passa pelo apoio popular a atores não estatais, como ONGs internacionais, além do uso de fontes alternativas de informação. De acordo com Castells, o processo de globalização ampliou as possibilidades de debate, formando uma sociedade civil global, capaz de constituir uma opinião pública global. Entretanto, para aumentar o poder de pressão dessa opinião pública, seria recomendável que houvesse mecanismos de governança global respondendo diretamente a esse público.

A ideia de uma sociedade civil global (KALDOR, 2003; CASTELLS, 2008) prevê um público de indivíduos um pouco mais organizados do que na abordagem de Dewey. Segundo Castells (2008), a perda da capacidade dos sistemas políticos nacionais de administrar problemas em escala mundial levou ao surgimento de uma sociedade civil global formada por diferentes tipos de organização, principalmente ONGs, consideradas por Kaldor as protagonistas dessa sociedade civil. A opinião pública, por sua vez, seria uma das expressões dessa sociedade. Essa nova força surge no turbulento espaço de informação de mídias diversificadas e é capaz de promover mobilizações utilizando redes de comunicação horizontais e autônomas. Castells (2008) também apresenta alguns exemplos sobre como esse fenômeno se forma e gera impacto na sociedade, como a organização de atos simultâneos contra a iminente guerra do Iraque em fevereiro de 2003 ou a mobilização contra a junta militar em Myanmar em outubro de 2007, em que estudantes do país filmaram as manifestações e a repressão, colocaram no Youtube e o material foi utilizado pela grande mídia do país. No entanto, a capacidade dos movimentos sociais de mudar o pensamento público ainda depende em grande parte de sua habilidade de moldar o debate na esfera pública (CASTELLS, 2008, p. 83-88).

Cammaerts e Audenhover (2005) também apontam para a ideia de uma sociedade civil transnacional organizada, marcada pela participação dos movimentos sociais. Essa esfera se organizaria além dos Estados-nação de forma a questionar criticamente a legitimidade dos atores da economia internacional. Sendo assim, argumentam os autores, os movimentos sociais têm o papel de

equilibrar o processo de globalização, oferecendo um contraponto para contrabalançar a globalização econômica, política e cultural. Os autores reconhecem o papel da mídia e da comunicação, principalmente da internet, nesses processos, mas em relação à perspectiva participativa, compartilham da mesma ideia de que a web por si só não promoverá uma participação maior ou melhor. Em vez disso, eles acreditam que a internet oferece potencialidades e oportunidades no campo dos processos políticos informais (CAMMAERTS; AUDENHOVER, p. 183-188).

Sassi (2001) também vê na internet uma oportunidade para os movimentos sociais participarem mais ativamente da política. No entanto, se na teoria a web permite uma arena nova para a política popular, a questão é se na prática isso realmente funciona. De acordo com a autora, a natureza pública e aberta é a característica mais promissora para uma renovação democrática a partir da esfera pública. A autora argumenta também que os conceitos de esfera pública e sociedade civil são intimamente ligados, ao ponto que se um deles é objeto de crítica, o outro também será desafiado. De acordo com essa visão, é na sociedade civil, em grande parte mediada pelos movimentos sociais, que as preocupações comuns podem ser identificadas e alcançar relevância política. Para ela, uma sociedade civil forte é um componente crucial da democracia. Mesmo com todas as suas ambiguidades e contradições, tal sociedade civil pode ser vista como a única forma de se aproximar os cidadãos das tomadas de decisões. Sassi (2001) argumenta que com o tempo a sociedade civil passará a ter poder comunicativo e será capaz de exercer influência, por exemplo, nas políticas de uma multinacional ou nas práticas administrativas de alguma municipalidade. Seria o próprio desenvolvimento da democracia que acabaria fortalecendo o elo entre as discussões na web e procedimentos políticos formais (SASSI, 2001, p. 106-107).

Nessa mesma linha argumentativa, que coloca os movimentos sociais como os grandes protagonistas de uma esfera pública transnacional, Crack (2008) diz que tais movimentos conseguem, no âmbito internacional, trocar informações, debater questões, desenvolver estratégias e pedir apoio, formando uma rede transnacional permeada por algum tipo de afinidade. Embora a organização da sociedade civil de forma transnacional não seja algo novo, é bem possível que as mídias sociais tenham adquirido um papel central depois que passaram a ser usadas. A maioria dos movimentos transnacionais da sociedade civil tem algum

tipo de presença na internet, o que torna possível essa ligação com pessoas que pensam semelhante em outros lugares do mundo (Castells, 1996).

Avritzer e Costa (2004) também acreditam que a comunicação estabelecida pelos movimentos sociais de países diferentes parece ser a forma mais visíveis de comunicação transnacional. O argumento parte da ideia de que há uma circulação de temas e reivindicações – como a equidade de gênero, os direitos humanos ou a proteção do meio ambiente – em contextos nacionais diversos. No entanto, afirmam não se tratar da formação de uma esfera pública transnacional que coloca em contato os diferentes públicos nacionais. Em vez disso, os autores acreditam que o que se tem, na verdade, são fóruns transnacionais diversos, segmentados e desarticulados entre si (AVRITZER; COSTA, 716-717).

2

Globalização e ativismo

O objetivo desta parte é localizar o ativismo transnacional e sua utilização das mídias sociais dentro do contexto da globalização. Desse modo, será abordada também a visão cosmopolita da política, corrente que considera a humanidade toda como parte de uma comunidade, descartando a barreira do Estado (KANT [1795], 2008). Completando o panorama sobre globalização, será revisada a literatura específica sobre ativismo e mídias sociais.

A internet como esfera pública situa-se no contexto da globalização. Sendo assim, a internet como meio de comunicação global, e consequentemente as mídias sociais, também impõe desafios ao Estado. Como argumentam Waisboard e Morris (2001) exercer autoridade sobre um espaço territorial torna-se cada vez mais difícil, se não impossível, independentemente de qual dimensão da globalização estejamos falando, fluxos migratórios e financeiros ou comunicação.

O cosmopolitismo também se insere nessa discussão devido à sua perspectiva moral. Ou seja há um compromisso de todos com todos, com a crença que desse modo a moral poderia prevalecer e os Estados se tornariam, inclusive, mais pacíficos. Assim, a ideia propõe a base para a discussão sobre democracia no plano transnacional, o que em grande medida também está relacionado ao fortalecimento de uma esfera pública nesse âmbito. É também nesse contexto global que o ativismo se apropria das possibilidades oferecidas pela web, como o anonimato, um espaço para propor causas, uma ferramenta de logística e as vantagens de permitir uma estrutura mais difusa.

2.1

A visão cosmopolita da política

A ideia de uma esfera pública capaz de conectar indivíduos independentemente de países pode ser interpretada à luz da ideia de cosmopolitismo de Kant, ou à sua “condição cosmopolita”. Kant vislumbrava a criação de uma ordem política cosmopolita que uniria todos os seres humanos em um estado republicano de cidadãos do mundo (HABERMAS, 2006). Desse

modo, uma das definições de cosmopolitismo utilizada na literatura seria a de um pensamento filosófico que despreza as fronteiras geográficas, vendo o mundo como uma só pátria. Sendo assim, a unidade moral essencial não seria mais o Estado, mas os indivíduos. (SOUZA, 2013).

Em seu livro seminal *A Paz Perpétua*, de 1795, Immanuel Kant faz um tratado das condições necessárias para a manutenção da paz entre os Estados. De acordo com o texto, a “condição cosmopolita”, se respeitada, tornaria os Estados mais pacíficos. O “Terceiro artigo definitivo” para a Paz Perpétua expõe que para que haja um mundo pacífico, “o direito cosmopolita deve limitar-se às condições da hospitalidade universal” (p. 21). Ou seja, a hospitalidade passa a ser um direito dos estrangeiros. Tal princípio baseia-se na ideia de que há um direito da propriedade comum da superfície da Terra, de acordo com o qual ninguém tem mais direito do que outro a estar num determinado lugar.

Ora, como se avançou tanto no estabelecimento de uma comunidade (mais ou menos estreita) entre os povos da Terra que a violação do direito num lugar da Terra se sente em todos os outros, a ideia de um direito cosmopolita não é nenhuma representação fantástica e extravagante do direito, mas um complemento necessário de código não escrito, tanto do direito político como do direito das gentes, num direito público da humanidade em geral e, assim, um complemento da paz perpétua, em cuja contínua aproximação é possível encontrar-se só sob esta condição (KANT [1795], 2008, p. 22).

A ideia de cosmopolitismo de Kant está ligada a um mundo formado por Estados nacionais repletos de estrangeiros, em que os indivíduos devem tolerar a presença do outro, visto que o direito de pertencer ao lugar que não o de origem se estende a toda espécie humana. Dessa forma, então, todos compartilham do direito à posse comunitária da superfície terrestre e, existindo uma tolerância de todos será possível alcançar uma convivência tranquila.

Por outro lado, as perspectivas tradicionais sustentam que as concepções modernas de cidadania estão ligadas a uma comunidade delimitada. Desse modo, cidadania não pode ser dissociada de elementos como territorialidade, soberania e uma nacionalidade compartilhada, e, portanto, é uma ideia impossível de ser entendida no âmbito transnacional. Seguindo essa linha de pensamento, ser um cidadão implica em ter direitos concretos e deveres para com um estado soberano e não para com o resto da humanidade (LINKLATER, 1999 p. 35).

Retomando a concepção de cidadania cosmopolita de Kant, o propósito seria dar responsabilidade a todos os cidadãos do mundo pelos eventos que os afetam. Essa visão enfatiza a virtude de ações que beneficiem toda a comunidade internacional, com finalidade de que nacionais e estrangeiros consigam atuar juntos como co-legisladores, uma vez que faltam mecanismos legais desvinculados de um Estado. Para Harberma (1992), mesmo que ainda tenhamos um longo caminho a percorrer antes de alcançá-la completamente, a condição cosmopolita não é mais uma mera miragem. A cidadania estatal e a cidadania mundial formariam um continuum, cujos contornos já estariam no mínimo se tornando visíveis. (HABERMAS, 1992, p. 450)

Importante ressaltar o papel de destaque que teria uma esfera pública dentro dessa concepção de cosmopolitismo político, pois como já foi apontado neste trabalho, um dos principais entraves para aqueles que defendem a cidadania mundial é a falta de ferramentas como voz e voto em relação a questões públicas. Linklater (1999) argumenta que a ideia de uma cidadania mundial está ligada à comunicação na medida em que se propõe a tentar reduzir as formas de exclusão injustas entre os diferentes discursos e garantir que mudanças sejam impulsionadas pelo diálogo e pelo consentimento, e não por poder ou força. Desse modo, Linklater (1999) conclui que a função principal da cidadania cosmopolita é institucionalizar o comprometimento com a “comunicação ilimitada” por meio da participação em diversas comunidades globais de discurso que reflitam a heterogeneidade da sociedade internacional. Sendo assim, essa abordagem de cidadania mundial considera que muitas sociedades estariam dispostas a abrir mão de algum grau de sua soberania por estruturas democráticas transnacionais, e a criar comunidades diversas de discurso para reduzir as formas injustas de exclusão que prejudicam o funcionamento da sua democracia (LINKLATER, 1999, p. 53-55).

Também analisando Kant, Habermas (2006) diz que a condição cosmopolita seria alcançada com os seguintes requisitos: a) o caráter pacífico das democracias republicanas; b) o efeito pacificador do livre comércio, que torna os indivíduos dependentes do crescimento da economia mundial e, portanto, dispostos a cooperar; c) a função crítica de uma esfera pública global emergente que mobiliza a participação dos cidadãos no mundo todo, porque “violações da lei

em um lugar da Terra são sentidas em todos os lugares”² (KANT 2008 [1795] apud HABERMAS, 2006, p.126).

Para Habermas (2006), o ponto que preocupa nessa nova ideia de esfera pública é se a comunicação global com um público informal, sem mecanismos institucionalizados que transformem influência comunicativa em poder político, consegue conferir integração na sociedade civil e legitimidade para as decisões políticas. No entanto, o autor sugere que não é algo tão difícil alcançar esse objetivo. Segundo ele, a comunidade internacional tende a se sensibilizar com questões de direitos humanos e paz. Tal concordância em resposta a atos percebidos de crimes em massa seria suficiente para agregar uma comunidade de cidadãos do mundo (HABERMAS, 2006, p. 143-173).

Habermas (2006) assume que há uma moralidade universal quanto a justiça – como não se envolver em guerras ou não cometer crimes contra a humanidade –, que em última instância continuam a ser os vereditos das cortes internacionais. Para o autor, essa base para o julgamento – fora de um Estado – de questões políticas fornecida por disposições culturais comuns seria suficiente para a agregar as reações do mundo todo em uma agenda para a comunidade internacional e conferir uma força legitimadora para as vozes de um público global (HABERMAS 2006 p 143).

Utilizando o argumento de que a defesa dos direitos humanos seria um ponto comum, Habermas, (2006) acredita que apenas por funcionar como um elo já possibilita a organização de públicos fora do Estado. Desse modo, satisfazer condições para a formação de esferas públicas transnacionais não é algo inatingível. Se a comunidade internacional se limitar apenas a garantir a paz e a proteger os direitos humanos, o requisito solidariedade entre os cidadãos do mundo já teria uma função. Uma reação conjunta a violações aos direitos humanos ou a atos de agressão já seriam suficientes para integrar uma comunidade abstrata de cidadãos do mundo. Tal argumento faz sentido pensando que a ideias de uma moral universal – o dever de não se envolver em guerras de agressão, de não cometer crimes contra a humanidade – em última constitui o padrão para o veredito de cortes internacionais (HABERMAS 2006, p. 143).

² Tradução livre.

Segundo Brunkhorst (2001, p. 864), já há uma densa ordem legal autônoma apoiando a sociedade civil: a consideração dos direitos humanos, as leis europeias, a Carta da ONU, movimentos sociais, ONGs e etc. Alguns exemplos, como Milosevic e Pinochet ou caso de desaparecidos da ditadura argentina³ podem indicar alguma ação na direção do direito internacional. Nessa mesma direção, é possível citar também o apoio de organizações internacionais a casos como o das mães da Praça de Maio ou da Chacina da Candelária, que recebem o apoio da Anistia Internacional (p. 862), o que ilustra a ideia do autor de que há uma relação entre organizações de direitos humanos de países diferentes. O autor refere-se a uma “rede legal global” (p. 685), que vai crescendo à medida que as instituições se fortalecem. Essa rede seria autônoma, mas como é possível ver pelos exemplos mencionados acima, não existiriam sem o apoio dos Estados. Desse modo, os casos citados acima, de Milosevic e Pinochet indicam que o Direito Internacional é centrado no Estado e o que Kant propõe seria um Direito Cosmopolita (HABERMAS, 2006 p, 126).

A teoria cosmopolita de Kant é fortemente influenciada pelo conceito de moral que permeia toda a obra do autor. Enfatiza a ideia de que a cidadania mundial leva os indivíduos a ter uma maior preocupação moral para com os seres humanos de outros países. Expressa a crença moral de que *outsiders* não podem ficar a mercê dos poderes político, econômico e militar de uma sociedade ou região. Implica no compromisso de tratar o vulnerável com compaixão considerando o outro como igual dentro de comunidades mais amplas de discurso. Portanto, essa ideia de cidadania mundial, exige esforços de criar comunidades comunicativas mais amplas para reduzir as assimetrias de poder e vulnerabilidade (LINKLATER, 1999, p. 51).

O cosmopolitismo de Kant, portanto, é uma perspectiva moral. A ideia fundamental é que cada pessoa afetada por um arranjo institucional deve receber um tratamento igualitário e imparcial. Os indivíduos seriam as unidades básicas

³ Milosevic enfrentou um julgamento no Tribunal Penal Internacional, em Haia, pelos crimes de guerra na ex-Iugoslávia, mas morreu na prisão em 2006 antes da sentença final; Pinochet, embora não tenha sido condenado, passou por uma batalha judicial em Londres a pedido da justiça espanhola pelo assassinato de estrangeiros durante o seu regime; no caso dos desaparecidos, além de julgamentos na Argentina, houve uma espécie de rede, respaldada por organismos de direitos humanos internacionais que culminou em julgamentos também na Espanha, França Alemanha e Itália sobre os crimes cometidos pelo governo argentino contra cidadãos desses países. Ver o Especial do **The Guardian** sobre o julgamento de Milosevic, março de 2016. Disponível em <https://www.theguardian.com/world/milosevictrial>.

da análise moral e seus interesses devem ser levados em conta. Isso representa a percepção kantiana da moralidade segundo a qual todos os seres humanos fazem parte de um universo moral único e são capazes de agir e pensar racionalmente (GUIMARÃES, 2008). Isso também abre espaço para o julgamento intercultural, ou seja, indivíduos de determinada comunidade podem julgar, a partir de princípios universais, as ações de indivíduos ou instituições de outras sociedades. O paradigma central da ética cosmopolita é o imperativo categórico de Kant (1998, p. 70), que pressupõe um dever moral. Isto é, não depende de nosso arbítrio ter ou não obrigações morais (ALMEIDA, 1997 p, 176).

Burkhorst (2001 p. 683), aponta para um outro aspecto da teoria sobre compolitismo, a ideia de uma constituição que alcance vários Estados. Nessa visão, se as sociedades podem não ser formadas apenas dentro de Estados, a constituição também precisaria seguir na mesma direção. Dentro dessa perspectiva cosmopolita, além dos conceitos de cidadania, o de democracia também precisa ser revisto. Se democracia literalmente significa um governo popular governado pelo povo, ou *demos*, Bohman propõe que para dar conta do mundo globalizado, e com autoridades delegadas fora do Estado-nação, a democracia precisa ser repensada no plural *dêmoi* (BOHMAN, 2007, p.5). Pensando em uma ordem cosmopolita, o autor diz que a democracia seria um conjunto de instituições pelas quais os indivíduos são empoderados como cidadãos livres e iguais para formar e mudar os termos de sua vida comum juntos, incluindo a própria democracia (BOHMAN 2007 p. 2).

Segundo o autor, pensar além da forma estatal de democracia não é promover a mesma democracia já existente, mas sim estabelecer um outro tipo de democracia, do sujeito singular para o plural. Mas o que poderia ser um mundo global mais democrático? A resposta para Bohman está na comunicação. O processo na direção de uma ordem transnacional mais democrática toma como partida a emergência de tipos novos de públicos e formas de interação em rede e portanto, o surgimento de um poder comunicativo (BOHMAN, 2007 p.57). Castells (2013) também defende um sistema mais democrático para a ordem transnacional com um sistema deliberativo, ou de conversação política.⁴ O autor

⁴ Utilizamos o termo conversação política na proposta de entender deliberação de uma forma mais ampla, como um sistema deliberativo, sem todos os requisitos da corrente tradicional. Ver DALGREEN, 2005.

reconhece que por enquanto a efetivação dessa comunicação em ação ainda pode parecer uma utopia, mas argumenta que a maioria das ideologias políticas modernas originou-se em utopias.

Como já visto anteriormente, uma das contribuições mais diretas da esfera pública para a democracia é a pressão exercida pela opinião pública nos governos, que acabam por gerar efeitos políticos. Sendo assim, ganha cada vez mais espaço na literatura a discussão sobre mecanismos de governança global fora do escopo direto dos Estados, como instituições, por exemplo, que poderiam gerar uma relação de *accountability* para com a esfera pública, os públicos e a opinião pública (HELD, 1995; HABERMAS, 2006; BRUNKHORST, 2002).

O papel democrático e democratizante assumido pela esfera pública nacional na política contemporânea tem levado alguns autores a acreditar que apenas a constituição de uma esfera pública mundial poderia construir as bases de uma ordem democrática no mundo globalizado, ou pós-vestfaliano (ALBERT; KOPP-MALEK, 2002; AVRITZER; COSTA, 2004; FRASER, 1992; NASH 2004). Desse modo, o fortalecimento da esfera pública e sua efetividade só se daria diante de instituições ou organizações supra-nacionais (NASH 2004).

Uma linha dentro dessa visão defende que as instituições internacionais, como a ONU, a OMC, a União Europeia acabariam absorvendo a função de regular o ambiente globalizado, já que tratados que estabelecem os fundamentos para essas instituições podem exercer um efeito em leis internacionais semelhantes aos que as constituições têm na política doméstica. Entretanto, para que as instituições atuem como agentes efetivos do Direito internacional, precisariam satisfazer algumas condições, como implementar processos eficazes de formação de opinião e voz numa escala global. Desse modo, faltam mecanismos para a formação de uma opinião pública em relação a instituições como a ONU, bem como para a participação dos cidadãos (HABERMAS, 2006 p. 141). Outra linha de pensamento em termos de governança global seria a que apenas níveis supranacionais de governança são capazes de lidar com determinadas ações coletivas, do aquecimento global ao crescimento sustentável passando pela redução de genocídios (BOOHMAN, 2007 p.1).

2.2

Mídias Sociais e Ativismo: dos protestos anti-globalização às “revoluções do Twitter”

Nas últimas décadas testemunhamos o fortalecimento de movimentos antiglobalização, a maior propagação do terrorismo, o empoderamento de organizações civis e a ocorrência de grandes protestos coordenados em rede. Um impacto das mídias sociais na política é o uso do espaço online para o ativismo político. No entanto, a expressão “revoluções do Twitter”, termo cunhado para as manifestações no mundo árabe no final da última década, indica que a internet passa a ser considerada, inclusive, uma ferramenta com a capacidade de potencializar revoltas e pressionar governos (FARRELL, 2012).

Pipa Norris (2001) lembra que movimentos globais de protesto existem muito antes da internet, como o movimento anti-nuclear na década de 1950 e os protestos contra a Guerra do Vietnã na década de 1960, ou até mesmo os movimentos anti-escravagistas e pró-sufrágio no século XIX. A relevância da discussão sobre internet e ativismo pode ter surgido mesmo antes das mídias sociais como o Facebook ou o Twitter, na década de 1990, o auge dos movimentos anti-globalização (PAPACHARISSI, 2009; BENNET 2005).

Sendo assim, em se tratando de mídias sociais, GERBAUDO (2012 p. 2) divide o ativismo transnacional em dois momentos: os movimentos anti-globalização dos anos 1990 em que as mídias sociais estavam apenas no começo, e os protestos a partir de 2011, considerado pela Revista Time como o “Ano do Manifestante”.⁵ Se no final dos anos 1990, o ativismo internacional se centrava muito em listas de e-mail e uns poucos sites, como o Indymedia, o ativismo contemporâneo parece estar ligado a mídias sociais como o Facebook e o Twitter (GERBAUDO, 2012). Quanto a outras diferenças entre esses dois momentos do ativismo transnacional, o autor acredita que houve uma mudança em termos de direcionamento. Enquanto que os movimentos anti-globalização eram marcados pela ideia de uma minoria oprimida, expressa, por exemplo, nos discursos zapatistas, os movimentos ditos contemporâneos como os que ocorreram nos países árabes, se detêm na ideia de que se trata de uma maioria pedindo

⁵ **Time Magazine** 26 de dezembro de 2011. Disponível em <http://content.time.com/time/covers/0,16641,20111226,00.html>

mudanças, como se pode ver em um slogan do movimento egípcio “*we are one hand*” ou no do Occupy, “*somos os 99%*” (GERBAUDO, 2012, p. 10).

Papacharissi (2009, p. 241) destaca a capacidade das mídias digitais de conectar e sustentar movimentos subversivos, como por exemplo os de causas anti-globalização. Ela afirma que, em geral, os sites ou redes têm os seguintes objetivos: estabelecer a formação de um movimento, de uma identidade coletiva para esse movimento e mobilizar seus participantes e organizações ligadas à causa. Essa aptidão das mídias sociais para manifestações, segundo a autora, se encaixa perfeitamente no modelo de contrapúblicos, em que os públicos menos favorecidos competem para articular uma voz dentro da esfera pública. (FRASER, 2007. p, 116; PAPACHARISSI, 2009, p. 240; AVRITZER; COSTA, 2004, p. 710).

Levando em conta as ideias de DEWEY (2012) é importante analisar o ativismo que surge nas redes como uma reivindicação de voz. Em um outro trabalho, Couldry (2010) dedica-se especificamente a essa característica fundamental que define o ser humano: ter voz sobre algo. Oferecer voz a uma pluralidade de públicos também seria crucial para a legitimidade das decisões de consequências internacionais. O autor argumenta que a oportunidade de falar e ser ouvido seria a única forma de barrar os efeitos negativos da globalização (p. 12). Mas apenas ter voz pode não ser o suficiente, é preciso saber que a voz importa. Couldry (2010) alega que a política contemporânea precisa ser pensada em termos da voz que teremos no espaço público e acrescenta que um dos problemas principais é a desigualdade das possibilidades de fala, de expressão daquilo que pensam, querem, precisam. Segundo ele, a desigualdade na voz, condena grupos, pessoas e até mesmo países à inexistência. O objetivo principal de se ter voz não seria entendimento ou o consenso, mas o direito de se tornar alguém no mundo contemporâneo.⁶

Couldry (2010) propõe um novo neoliberalismo, com espaços abertos para o exercício da fala e a inclusão de “novas vozes” (p.139), como trabalhadores imigrantes, que não são cidadãos nacionais, mas contribuem muito para a vida daqueles que decidem a seu respeito.

⁶ Ver a entrevista de Luís Mauro Sá Martinho concedida para a Casa do Saber sobre o livro de Couldry (2010). Disponível em http://www.dailymotion.com/video/x2pt1td_cinco-pensadores-para-entender-o-mundo-contemporaneo-couldry-luis-mauro-sa-martino_school

Em uma pesquisa recente, Manuel Castells (2013), estuda uma série de movimentos, entre eles os protestos no Egito em 2011; as manifestações na Islândia no auge da crise econômica de 2008; os Indignados na Espanha; e o movimento Occupy Wall Street. O autor conclui que apesar de terem motivações muito diferentes, esses movimentos apresentam algumas características comuns, como a rejeição a partidos políticos e à mídia tradicional, a falta de uma liderança única e bem definida, além de forte uso das mídias sociais (CASTELLS, 2013, Kindle location, 173).

Bennett (2005), também chama atenção para a questão de uma coordenação mais difusa nos movimentos contemporâneos da era digital, uma característica que segundo ele é reflexo da própria tecnologia. Além disso, o autor argumenta que esses movimentos têm uma tendência a unir grupos distintos com ideias diferentes, o que pode causar alguma confusão quanto ao objetivo do protesto. Para ele, as “tecnologias sociais” facilitam a descentralização da liderança e ajudam a explicar as mudanças na escala do ativismo transnacional coordenado. Dentro dessa perspectiva, a coordenação difusa seria fruto direto de uma época em que a diversidade e a subjetividade se sobrepõem à ideologia e à conformidade (BENNETT 2005, p. 204).

Quanto à diversidade de pautas, BENNETT (2005) acredita que essa tem sido uma fonte de tensão para os próprios movimentos sociais, já que de certa forma muitos acabam se enfraquecendo por não terem uma unidade e sim várias pautas difusas. Dentro dessa visão, o ativismo em nome dos direitos humanos acaba se baseando em ideias de diversidade e justiça social, gerando um ambiente “mais relaxado”, que o autor chama de “*relaxed framing*”. Ou, seja, pode permitir que um protesto tenha múltiplas questões, com frequência, colocando em cheque sua capacidade organizacional (BENNETT, 2005, p. 205).

Com uma abordagem mais sociológica, Castells (2013) estabelece alguns efeitos do uso das ferramentas da web nos movimentos sociais surgidos nas últimas décadas. Segundo o autor, o uso dessas mídias pode qualificar cidadãos ao reforçar sentimentos de segurança, liberdade e influência. A horizontalidade das redes, como explica o autor, favorece a cooperação e a solidariedade ao mesmo tempo que reduz a necessidade de liderança formal. O autor descreve o novo ambiente midiático como uma “*self mass-communication*”, na qual

indivíduos teriam a possibilidade de transmitir imagens e mensagens para um público amplo (CASTELLS, 2008, p. 82).

Quanto ao impacto da comunicação digital sobre o ativismo transnacional, uma pesquisa (PERON, 2016, p. 175-177) aponta para a ocorrência de cinco categorias de efeitos: 1) o estímulo à configuração da causa. Ou seja, o uso das mídias digitais para a formulação da questão e sua divulgação. 2) multiplicação do engajamento. Isto compreende a colaboração dos ativistas via mídias digitais para conseguir mais adeptos. 3) flexibilização da estrutura. Os movimentos passam a ser virtuais, sem a necessidade, por exemplo, de uma sede física, o que leva a uma descentralização da estrutura, conferindo aos movimentos a possibilidade de se transnacionalizar; 4) instrumentalização do planejamento. Isso quer dizer que as ferramentas digitais podem ser usadas para que os ativistas tracem planos ou estratégias. Essa categoria também prevê a possibilidade de coletar dados e a ajuda no processo de orientação e capacitação dos ativistas; 5) diversificação da ação (cibereventos e ciberataque). Esse efeito das mídias sociais seria a utilização para organizar eventos, “ataques” ou protestos online.

Analisando as chamadas “revoluções do Twitter”, Sergerberg e Bennett (2011 p. 198) também chegam a uma conclusão semelhante quanto à utilização das mídias online para mobilizações políticas. Eles destacam o uso, especificamente, do Twitter para tornar públicas causas locais, a importância das redes para a comunicação entre os ativistas e para a logística das manifestações *offline*. Desse modo, pode ser que as redes sociais sejam mais efetivas em termos de formação de um público, articulação e organização de protestos do que em mudanças políticas. De acordo com os autores, não é a tecnologia sozinha que cria as redes de ação que se expandem rapidamente, seria a capacidade de transitar com facilidade entre as relações *online* e *offline* que torna possível a mudança de escala para o ativismo transnacional (BENNET, 2005 p. 205).

As mídias sociais, portanto, podem ser muito úteis para divulgar protestos, coordenar ações locais e fazer uma cobertura ao vivo. Sendo assim, oferecem para o ativismo as ferramentas para a prática de um “jornalismo cidadão”, além de um meio de ação coletiva com o objetivo de “manter as pessoas na rua” (GERBAUDO, 2012, p. 3). É importante notar que Gerbaudo refere-se à Primavera Árabe e ao *Occupy*, dois movimentos que tinham entre os seus

objetivos a preocupação de ocupar as ruas, as praças e os espaços públicos em geral.

Com uma visão otimista da internet para o ativismo, Shirky (2008), considera as mídias sociais como ferramentas que permitem novas maneiras de formações de grupos. À medida que a comunicação se torna mais rápida, a tendência é que mais grupos se formem e a quantidade de ações em grupo também passe a ser maior. Comentando sobre os acontecimentos na Tunísia e no Egito, o autor enfatiza o poder das mídias sociais como formas de ação coletiva. Shirky (2008) acredita que conforme o cenário da comunicação se torna mais denso, mais complexo e participativo, a população conectada tem mais acesso à informação, mais oportunidades de se engajar no discurso público e uma maior habilidade de se lançar em ações coletivas (SHIRKY, 2008, p. 161). Importante notar que na visão do autor a tecnologia traz automaticamente mais informação e permite portanto mais possibilidades de ação coletiva. Essa visão sobre o ativismo contemporâneo também é expressada por Paul Mason (2012 p. 147). Ele sugere que hoje em dia sabemos mais do que costumávamos saber e temos cada vez mais acesso a formas confiáveis de conter a “desinformação” (MASON, 2012 p. 147).

No entanto, nem todos concordam com essa visão otimista da tecnologia e da influência das mídias digitais nos movimentos sociais contemporâneos. Morozov (2011) apresenta uma visão mais pessimista, alertando para o risco do que ele chama de *slacktivism* [em tradução livre, algo como ativismo preguiçoso]. Para ele, trata-se de um ativismo que traz bem-estar, mas nenhum impacto político ou social, ao mesmo tempo em que cria a ilusão de se estar fazendo algo significativo apenas por participar de um grupo do Facebook ou dar um *like* em alguma postagem.

Revisão de casos: o movimento contra a guerra do Iraque e o levante no Egito

Como fonte de observação do que foi proposto na parte teórica foram escolhidos dois casos bastante citados na literatura sobre ativismo transnacional: os protestos simultâneos de 15 de fevereiro contra a iminente Guerra ao Iraque (DELLA PORTA; TARROW, 2005; RUCHT; WALGRAVE, 2010; HABERMAS, 2006); e o levante no Egito culminando com a renúncia de Mubarak, em 11 de fevereiro de 2011 (CASTELLS, 2013; GERBAUDO, 2012; HOWARD; HUSSEIN, 2013). O intuito desta revisão de literatura não é comparar os casos, e sim oferecer um panorama sobre dois episódios do ativismo transnacional em momentos distintos da internet e com contextos internos muito diversos.

Esses dois momentos, final dos anos 1990 e vinte anos depois, são apontados pela literatura especializada como marcos do ativismo na era digital. O primeiro com uso intenso de sites e blogs e o segundo com o apoio de mídias como o Facebook, Twiter e Youtube. Os dois casos parecem ter chamado a atenção da mídia internacional, visto a quantidade de notícias encontradas, e mostram claros sinais de um movimento transnacional. Ambos os casos, revisados a partir de trabalhos já realizados na área, foram analisados levando-se em conta os seguintes aspectos: 1) a natureza do público que se forma, ou seja, os principais atores por trás das mobilizações; 2) a utilização das mídias digitais, seja para organizar protestos, difundir notícias ou criar conteúdo próprio, e; 3) as características transnacionais que apresentam.

A pesquisa foi toda feita online, utilizando o Google Schollar, Google Acadêmico, Wickipedia (pela quantidade de referências bibliográficas sugeridas), livros digitais comprados, artigos em acesso livre, notícias de jornais, relatórios de institutos e artigos encontrados no serviço de bibliotecas da PUC, que inclui revistas acadêmicas internacionais. Nos dois casos, os termos foram buscados primeiro em inglês, supondo-se que a ocorrência seria muito maior, e depois em português.

Para o caso da Guerra ao Iraque, pesquisamos “15 February 2003” no Google Schollar, que gerou 7.300 resultados. Mas como muitos deles não tinham

a ver com o tema, adicionou-se à data, sem aspas, termos como *anti-war protests*, com 461 resultados e *protests against Iraq War*, com 1010. O estudo mais completo que há sobre esse dia é uma compilação de pesquisas feitas simultaneamente por pesquisadores nos Estados Unidos e em países da Europa, organizado por Walgrave e Rucht (2010). Mas os autores que participam deste estudo também publicaram outros trabalhos sobre os eventos, que foram utilizados nesta pesquisa (BENNET, 2005; DIANI 2009; TARROW, 2005; DELLA PORTA, 2005). Também foram encontradas inúmeras notícias de jornal, relatórios de ONGS (SIMONSON, 2013), um artigo de Habermas (2006) sobre os protestos dentro do contexto de uma opinião pública transnacional, além do documentário *We are Many* (2014).

No caso do levante do Egito, o processo foi semelhante, embora tenha sido encontrada uma quantidade maior de material e pesquisas empíricas. Para reduzir o escopo do tema, bastante estudado também do ponto de vista das Relações Internacionais, foram utilizados os termos *Egypt*, *Arab Spring* e *Social media* no Google Scholar, que gerou 99.500 casos. O mesmo foi feito posteriormente em português no Google Acadêmico, com 1.960 ocorrências. Assim como aconteceu na pesquisa do primeiro caso, encontramos uma edição especial bastante completa do *Journal of Communication* (WILSON; DUNN, 2011; COTTLE, 2011; LOTAN, 2011). Também foram identificados dois livros muito utilizados sobre o tema, escritos com base em trabalhos de campo realizados em alguns protestos na mesma época (GERBAUDO, 2012; CASTELLS, 2013), além da auto-biografia do executivo do Google apontado como uma figura influente na organização dos protestos na Praça Tharir (GHONIM, 2012). Além disso, encontrou-se uma infinidade de editoriais, matérias e especiais de jornais. Também foi indentificado um projeto da Universidade de Washington, nos EUA, com a publicação de dois relatórios extensos sobre os acontecimentos (HOWARD; HOUSSEIN, 2013; HOWARD, 2011). Após levantar a bibliografia sobre os dois casos, foram selecionados os trabalhos que tratam dos três aspectos propostos: a natureza do público, sua transnacionalidade e utilização das mídias digitais.

3.1

“Não em meu nome”: os protestos contra a Guerra do Iraque

Em 15 de fevereiro de 2003, milhões de pessoas em centenas de cidades ao redor do mundo foram para as ruas com cartazes de “*Not in my name*”, “*No blood for oil*” “*The world says no to war*” em uma ação coletiva e organizada contra a Guerra do Iraque. Desse modo, o que anteriormente havia surgido como protestos localizados em determinadas cidades, aparece pela primeira vez como uma força política de caráter global (SIMONSON, 2003; RUCHT; WALGRAVE, 2010).

Foi reportado algum tipo de protesto em 600 cidades. Alguns, em pequena escala, com marchas locais de vizinhos, outros de maior dimensão, como os protestos de Roma, apontados por algumas fontes como o maior de todos (WALGRAVE; RUCHT, 2010, p. xiii). Tanto em notícias de jornais quanto na literatura acadêmica encontramos alguns superlativos associados aos eventos, como o maior protesto da história da humanidade (WALGRAVE & RUCHT, 2010 p. vii), a maior manifestação desde a II Guerra Mundial (HABERMAS; DERRIDA, 2006 p. 40), o maior e mais transnacional protesto anti-guerra (EPSTEIN, 2003) ou ainda os maiores protestos nos Estados Unidos desde a Guerra do Vietnã (VERHLUST, 2010 p. 1).

Como visto, essa não se trata de uma primeira ação transnacional coletiva, já que há outros exemplos anteriores, como os protestos anti-globalização em Seattle, em 1999, Praga em 2000 e Gênova, em 2001. Fazendo uma comparação entre tais acontecimentos e os protestos simultâneos contra a guerra do Iraque, Tarrow (2010) aponta para algumas características que diferenciam este último das campanhas anteriores: o vasto alcance geográfico, a grande quantidade de participantes que o movimento conseguiu reunir – dos quais muitos não eram ativistas de longa data –, e sua natureza transnacional coordenada. De acordo com o autor, essa foi uma campanha transnacional orquestrada unindo as possibilidades da Internet às formas mais convencionais de mobilização, embora, por se tratar de um ano em que as mídias sociais como Facebook, Twitter ainda não existiam. Desse modo, a utilização da internet na organização e difusão desse dia de protestos focou-se mais no e-mail entre os organizadores e listas de e-mail para difusão.

Os protestos de 2003 não foram demonstrações isoladas. Trata-se do dia que contou com o maior número de participantes de uma série de manifestações iniciadas no final de 2002 que perduraram por vários meses. Naquele momento, em fevereiro de 2003, os Estados Unidos e o Reino Unido preparavam-se para o ataque ao Iraque, mas ainda havia alguma esperança de se conseguir reverter a situação, pois o Conselho de Segurança debatia uma possível solução (WALGRAVE; RUCHT 2010 p. xiii).

3.1.1

O contexto

A região do Golfo tem uma longa história de turbulência e as raízes da Guerra do Iraque de 2003 remetem a acontecimentos passados. Dois anos após o conflito Irã-Iraque, que foi de 1973 a 1988, o regime iraquiano invadiu o Kuwait com a intenção de anexá-lo, alegando que a região, rica em petróleo, pertencia ao país. Os Estados Unidos de George W. Bush, no início do seu primeiro mandato, lançaram a operação “Tempestade no deserto” para libertar o Kuwait. Com o apoio da ONU, a ofensiva durou cerca de 40 dias. Os EUA impuseram um embargo severo às exportações de petróleo do Iraque e impuseram também a presença de inspetores no país a procura de armas de destruição em massa. Pelos 10 anos que se seguiram, uma base norte-americana foi montada na região para controle, e os bombardeios passaram a ser constantes (VELHURST, 2010, p. 3- 5).

Os ataques de 11 de setembro de 2001 tornaram a intenção da ofensiva mais urgente. No final de janeiro de 2003, líderes de oito países europeus⁷ assinaram uma declaração em conjunto defendendo a guerra que foi publicada na íntegra em diversos jornais europeus:

O regime iraquiano e suas armas de destruição em massa representam uma ameaça clara à segurança mundial. Tal perigo foi explicitamente reconhecido pela ONU. Todos nós estamos unidos pela Resolução 1441 expedida pelo Conselho de Segurança, que foi adotada por unanimidade.... Desse modo, mandamos uma mensagem clara, firme e inequívoca de que iríamos livrar o mundo do perigo imposto pelas armas de destruição em massa de Saddam

⁷ Os oito líderes signatários da declaração foram: José María Aznar (Espanha), José Manuel Durão Barroso (Portugal), Silvio Berlusconi (Itália), Tony Blair (Reino Unido), Vaclav Havel (República Checa), Peter Medgyessy (Hungria), Leszek Miller (Polónia) e Anders Fogh Rasmussen (Dinamarca).

Hussein. Precisamos nos manter unidos e insistindo no desarmamento desse regime.... A combinação de armas de destruição em massa e terrorismo é uma ameaça de consequências incalculáveis. Todos nós deveríamos nos preocupar. A Resolução 1441 é a última chance de Saddam Hussein se desarmar por meios pacíficos.⁸

A resolução 1441 das Nações Unidas, aprovada por unanimidade pelo Conselho de Segurança da ONU em 08 de novembro de 2002, exigia do Iraque acesso total aos inspetores da organização em missão para verificar as armas de destruição em massa do país. O documento estipulava um prazo de 30 dias para o país apresentar um relatório de suas armas e previa uma nova reunião do Conselho de Segurança caso o Iraque apresentasse dados falsos sobre seu arsenal.⁹

Os oito países signatários da declaração, Espanha, Portugal, Itália, Reino Unido, República Checa, Hungria, Polônia e Dinamarca convocaram as outras nações a se unirem a eles na luta contra as armas no Iraque, e referindo-se aos ataques de 11 de setembro, argumentaram a existência de valores comuns próprios de todo o mundo ocidental (VELHURST 2010).

Seis dias depois, em 5 de fevereiro de, 2003, o então secretário de Estado norte-americano, Colin Powell teria apresentado supostas evidências ao Conselho de Segurança da ONU que comprovariam a presença de armamentos de destruição em massa no Iraque assim como uma ligação entre a Al Qaeda e o regime iraquiano (BUSH, 2002). Por outro lado, alguns dias depois, a França e a Bélgica, com o apoio da Alemanha, ratificaram sua posição contrária à Guerra.

Em 17 de março de 2003, os Estados Unidos a Espanha e o Reino Unido alegaram que a resolução 1441 não fora cumprida e que havia justificativas suficientes para uma intervenção armada. Três dias depois, em 20 de março, os Estados Unidos com o apoio de uma coalizão internacional deu início aos ataques ao Iraque.

Os esforços para a organização conjunta de um protesto contra a guerra começaram alguns meses antes. Depois de uma primeira reunião em Barcelona, a ideia ganhou força no primeiro Fórum Social Europeu realizado em novembro de 2002 em Florença, na Itália (VERHLUST, 2003 p. 9). Como se tratava de uma

⁸ Tradução livre. O documento foi publicado na íntegra pela BBC <http://news.bbc.co.uk/2/hi/europe/2708877.stm>

⁹ O documento está disponível na íntegra em <http://www.un.org/Depts/unmovic/documents/1441.pdf>

reunião europeia, a ideia origininal era realizar protestos apenas na Europa. No fórum de Florença, estiveram presentes organizações da sociedade civil, entre sindicatos, organizações de direitos humanos e de meio-ambiente. Essa edição do Fórum tinha como proposta, especificamente, reunir movimentos sociais europeus para a formulação de propostas e de um posicionamento em relação à Guerra do Iraque.

O Fórum publicou um chamado convocando “todos os cidadãos da Europa” a organizar uma grande manifestação contra a guerra em todas as capitais do continente no dia 15 de fevereiro de 2003:

Um chamado contra a guerra

A todos os cidadãos da Europa,
Juntos podemos impedir essa guerra! Nós, os movimentos sociais europeus estamos lutando pelos direitos e pela justiça social, pela democracia e contra todas a formas de opressão. Defendemos um mundo com diversidade, liberdade e respeito mútuo. Acreditamos que essa guerra, mesmo que tenha o apoio da ONU, será uma catástrofe para o povo iraquiano – que já sofre com o embargo econômico e com o regime de Saddam Hussein –, e também para as populações do Oriente Médio. Todos aqueles que acreditam em soluções políticas e democráticas para a resolução de conflitos devem se opor, pois essa guerra poderá significar um desastre global. Há uma oposição maciça à guerra em todos os países da Europa. Centenas de milhares de pessoas já estão se mobilizando pela paz. Convocamos os movimentos e os cidadãos da Europa a começar uma resistência à guerra dentro do continente e a 1) organizar uma oposição massiva ao ataque ao Iraque a partir de agora; 2) caso a guerra se confirme, a protestar, organizar imediatamente ações e a convocar protestos de alcance nacional no próximo sábado; 3) começar a organizar protestos gigantescos contra a Guerra em todas as capitais no dia 15 de fevereiro. (EUROPEAN SOCIAL FORUM 2002).¹⁰

A organização transnacional dos protestos foi sendo feita aos poucos. Desde os ataques de 11 de setembro de 2001, movimentos contra a Guerra do Iraque vinham se intensificando, seja na forma de vigílias pela paz, petições pela internet, propagandas anti-guerra, palestras, teatro de rua ou outras manifestações culturais (SIMONSON, 2003). Em outubro de 2002, um mês antes do Fórum de Florença, ocorreram os primeiros protestos simultâneos. Nesse dia, foram

¹⁰ Tradução livre. O original está disponível em <https://iahponline.wordpress.com/2002/11/12/anti-war-call-to-all-citizens-of-europe/>

estimados cerca de 200 mil manifestantes nos Estados Unidos e manifestações mais modestas na Europa (VERHLUST 2010).

Na Europa, um mês após o Fórum Social de Florença, uma reunião preparatória foi realizada em Copenhague, em dezembro de 2002, com a presença de representantes de movimentos pela paz mundial de toda a Europa. No evento, a convocação contra a guerra já divulgada em Florença foi aprofundada, criando-se uma plataforma contra a Guerra no Iraque e reforçando o chamado para protestos simultâneos de 15 de fevereiro (VRIES, 2007). Em 18 de janeiro de 2003, ocorreu uma segunda leva de protestos transnacionais, cuja organização e origem novamente partiram dos EUA, da ANSWER Coalition. Coincidindo com as comemorações pelo aniversário de Martin Luther King Jr, estima-se que em Washington, D.C. 500 mil manifestantes foram para as ruas, em São Francisco há o registro de 150 mil e protestos menores também foram organizados em capitais europeias. Entre 23 e 27 de janeiro de 2003, o chamado para um protesto internacional contra a guerra foi reforçado mais uma vez, no Fórum Social Mundial de Porto Alegre, onde foi realizado, inclusive, um *workshop* dedicado exclusivamente ao planejamento dos protestos de 15 de fevereiro, com a presença da ANSWER, a mesma rede supostamente responsável pela organização dos protestos nos EUA (VERHLUST, 2010 p. 12).

O documentário *We are Many* (2014) apresenta um panorama geral dos protestos no sábado, 15 de fevereiro, com imagens das ruas e entrevistas com organizadores e manifestantes que foram protestar sem afiliação política. Os depoimentos abaixo foram retirados do documentário:¹¹

“Naquele dia nas ruas de Londres havia gente de todas as idades, todas as etnias, pessoas de todo o país que vieram para estar ali,” Brian Eno, músico e produtor cultural britânico”.

“Nunca tinha havido um evento na história dos últimos dois séculos com tantas pessoas juntas para impedir uma guerra de acontecer,” Tarik Ali, escritor e ativista paquistanês.

“Geralmente os protestos da esquerda conseguem reunir apenas uma meia dúzia de pessoas, mas esse foi extraordinário, foi só aumentando,” Ken Loach, cineasta britânico.

¹¹ Os depoimentos, em tradução livre, foram retirados do documentário *We are Many*, Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=2_IH5cJZ-Mw

Em relação à quantidade de participantes nos protestos simultâneos, os números apresentados tanto nos meios de comunicação quanto na literatura acadêmica divergem, já que as informações não são precisas e há discordâncias entre o número estimado pela polícia e pela organização (ENGELHARDT 2003). A Indy Bay¹² divulgou números de cinquenta cidades. De acordo com essa fonte, estima-se que os protestos de Roma e Londres teriam sido os maiores, com 1,5 milhão de manifestantes nas ruas em cada cidade, seguidos de Madri, com 1 milhão, Paris, 800 mil, Nova York e Berlim com 500 mil. A organização também indica que houve protestos em Buenos Aires e Rio de Janeiro, com 15 mil, totalizando sete milhões de pessoas envolvidas pelo mundo. Outras fontes apresentam números maiores, como o documentário *We are Many* (2014), já citado acima. De acordo com o filme, os protestos alcançaram dimensões maiores, com 15 milhões de pessoas marchando pelo mundo nesse dia em 800 cidades diferentes.

A Revista Time¹³ reconheceu que as estimativas variaram muito e apontam para algo em torno de 10 e 15 milhões de pessoas ao todo nas ruas em mais de 600 cidades, sendo que o maior teria sido o de Roma, três milhões de manifestantes, seguido pelo de Londres, com pouco mais de um milhão e protestos menores nos Estados Unidos, com 200 mil marchando em São Francisco e Nova York. Já a BBC¹⁴ aponta para um número total que vai de 6 a 10 milhões, com os maiores protestos em países cujos governos ofereceram apoio ao presidente George W. Bush, como Reino Unido, Espanha e Itália. Além disso, a BBC também reporta os protestos fora da Europa e dos Estados Unidos, indicando, como se pode ver por exemplo, na FIGURA 1, 10 mil manifestantes em Calcutá e 3 mil em Islamabad. No mundo árabe, a matéria diz que a maior manifestação foi na própria cidade de Bagdá, seguida por Damasco, capital da Síria.

¹² Disponível em <https://www.indybay.org/newsitems/2003/02/15/11432.php>

¹³ Why Was the Biggest Protest in World History Ignored? **Time Magazine**. 15 de fevereiro de 2003. Disponível em <http://world.time.com/2013/02/15/viewpoint-why-was-the-biggest-protest-in-world-history-ignored/>

¹⁴ BBC: <http://news.bbc.co.uk/2/hi/europe/2765215.stm>

Figura 1 - Número Estimado De Manifestantes Por Cidade Em 15 De Fevereiro De 2003.



Fonte: BBC, 2003¹⁵

Verhlust (2010 p, 16), obtém dados de várias cidades em oito países de acordo com os próprios organizadores. Como mostra a FIGURA 2, segundo essa estimativa, o maior protesto desse dia foi o de Roma, com cerca de 3 milhões de participantes, seguido pelo de Barcelona. Os governantes desses dois países, José Maria Aznar e Silvio Berlusconi constavam entre os os governos da Europa mais favoráveis à guerra. Os protestos de Roma, inclusive, estão registrados no *Guinness Book* de 2004 como os maiores desde os protestos pacíficos contra a guerra do Vietnã. No registro consta que em 15 de fevereiro de 2003 o maior protesto ocorreu em Roma, na Itália, onde reuniu-se uma multidão de 3 milhões de pessoas.

¹⁵ Disponível em <http://news.bbc.co.uk/2/hi/europe/2765215.stm>.

Figura 2: organizadores e quantidade estimada de manifestantes por cidade em 15 de fevereiro de 2003.

PAÍS	CIDADE	ORGANIZADORES	NÚMERO DE PARTICIPANTES
ALEMANHA	BERLIM	Netzwerk Friedenskooperation	500.000
	STUTTGART		50.000
AUSTRÁLIA	SIDNEY		200.000
	CINCO CAPITAIS		300.000
ÁUSTRIA	VIENA	Anti Oorlogsplasform Irak and Stop USA	25.000
BÉLGICA	BRUXELAS		75.000
CANADÁ	TORONTO		50.000
	MONTREAL		100.000
DINAMARCA	COPENHAGEN	No a la Guerra	45.000
ESPANHA	MADRI		800.000
	BARCELONA		1.300.000
	SEVILHA		200.000
ESTADOS UNIDOS	SEATTLE	United for Peace and Justice	50.000
	NOVA YORK	United for Peace and Justice	500.000
	LOS ANGELES	United for Peace and Justice	200.000
	SÃO FRANCISCO	United for Peace and Justice	250.000
	RESTANTE DOS EUA		1.500.000
FINLÂNDIA	HELSINQUE	Platform tegen de Nieuwe Oorlog	15.000
FRANÇA	PARIS		350.000
GRÉCIA	ATENAS		200.000
HOLANDA	AMSTERDÃ		70.000
HUNGRIA	BUDAPESTE	Fermiamo La Guerra all' Iraq	20.000
IRLÂNDIA	DUBLIN		100.000
ITÁLIA	ROMA		3.000.000
JAPÃO	TÓQUIO		25.000
NORUEGA	OSLO	Stop the War Coalition	60.000
POLÔNIA	VARSÓVIA		10.000
PORTUGAL	LISBOA		100.000
REINO UNIDO	LONDRES		1.000.000
	GLASGOW	Scottish Coalition for justice not War	50.000
	ESTOCOLMO		40.000
SUÉCIA	GOTEMBURGO		25.000
SUIÇA	BERNA	Pas en Notre Nom	45.000

Fonte: VERHLUST, 2010 p. 16.

3.1.2

Um público

Esta pesquisa parte da premissa de que o público em questão é aquele que se manifesta de alguma forma, seja indo aos protestos ou em outras ações mesmo que apenas online, como assinando petições ou compartilhando notícias nas mídias sociais. Para entender o público que se formou ao redor dessa questão, seja em termos de organizadores ou manifestantes sem necessariamente uma filiação política, ou com várias delas, é preciso levar em conta dois pontos: os

movimentos sociais por trás da organização e o contexto de alguns países ou as motivações dos que fizeram parte das manifestações.

Os ataques de 11 de setembro e as retaliações de George W. Bush contra a Al Qaeda teriam contribuído para impulsionar o ativismo nos Estados Unidos em relação à região. No final de 2002 e início de 2003, os movimentos anti-guerra começaram a emergir nos EUA como um certo desafio à administração Bush (KAHN; KELLNER, 2004). Como fica claro no caso dos protestos de 15 de fevereiro de 2003, grande parte da literatura aponta para a importância dos movimentos sociais norte-americanos para a organização transnacional (SIMONSON, 2003 VERHLUST, 2010 WAALGRAVE; RUCHT, 2010). Percebe-se que não se trata de organizações transnacionais, mas sim de movimentos sociais de países diferentes que dialogam entre si.

Em um estudo sobre os principais atores por trás dos eventos de 15 de fevereiro, Simonson (2003) argumenta que em meio a inúmeros manifestantes não filiados, algumas coalizões de movimentos sociais anti-guerra, muitas formadas nessa época, tiveram um papel central. A autora cita, nos Estados Unidos, a coalizão *Win Without War* (WWW)¹⁶, a *United for Peace and Justice Coalition*¹⁷; no Reino Unido, a *Stop the War*¹⁸; e no âmbito internacional, a *Act Now to Stop War* (ANSWER)¹⁹

A *Win Without War coalition* (WWW), formada em 2002 pelo ex-parlamentar norte-americano Tom Andrews, diante das ameaças contra o Iraque, existe até hoje, opondo-se a qualquer interferência dos EUA no Oriente Medio, Afeganistão ou Iraque. De acordo com Simonson (2003, p.5), a organização é a mais *mainstream* das alianças norte-americanas anti-guerra dos EUA, tem o apoio de uma série de organizações e de celebridades de Hollywood. Outra coalizão norte-americana apontada como um dos pilares dos protestos é a *United for Peace and Justice Coalition*, que também reúne diversas organizações ao redor dos Estados Unidos para coordenar ações contra a guerra e a presença norte-americana em outros países. A *United for Peace and Justice Coalition* também realiza campanhas de ajuda humanitária para a população do Iraque e Afeganistão, além ações pela libertação da Palestina, o desarmamento nuclear e

¹⁶ <http://winwithoutwar.org/>

¹⁷ <http://www.unitedforpeace.org/>

¹⁸ <http://www.stopwar.org.uk/>

¹⁹ http://www.answercoalition.org/who_we_are

foi responsável por uma série de protestos locais contra a guerra do Iraque. No Reino Unido, a *Stop the War Coalition* (STWC) seria a mais conhecida e teve uma participação importante na organização dos protestos tanto na Inglaterra quanto em outros países da Europa (SIMONSON, 2003, p. 6). A coalizão Answer (Act Now to Stop War and End Racism), foi organizada durante a guerra do Golfo de 1991 contra as sanções dos EUA. A coalizão teria sido responsável pelo primeiro protesto anti-guerra organizado depois do 11 de setembro que levou 25 mil pessoas para as ruas de Washington D.C contra a retaliação de George W. Bush pelos atentados terroristas (SIMONSON, 2007). Desse modo, as coalizões norte-americanas que ajudaram na organização e na difusão do ato de 15 de fevereiro de 2003 já vinham há algum tempo atuando na causa.

Um amplo estudo de Walgrave e Rucht (2010) aplicou o mesmo questionário em oito países da Europa para comparar a ação de manifestantes no Reino Unido, Espanha, Itália, Holanda, Alemanha, Suíça e Bélgica. Quanto ao perfil do manifestante “médio”, nos oito países estudados, a pesquisa indica que “lembrava o típico ativista dos movimentos sociais”, com um nível alto de escolaridade, e uma participação bastante expressiva de mulheres e jovens, que em sua maioria trabalhavam na área de humanas (WALGRAVE; RUCHT, 2010 p. 265). Já Simonson (2003) aponta para a pluralidade de interesses daqueles que na ocasião se disseram “manifestantes anti-guerra” ou “ativistas pela paz” (SIMONSON 2003, p.8). De acordo com a autora, os manifestantes variavam de ambientalistas a empresários, estudantes a ex-combatentes da Guerra do Vietnã, ativistas dos direitos humanos, anti-globalização, grupos religiosos, feministas e milhares de cidadãos não filiados a causa nenhuma (SIMONSON, 2003, p.4).

Em uma crítica ao movimento anti-guerra nos Estados Unidos, Epstein (2003) chama a atenção para uma vasta maioria de brancos nos protestos de 15 de fevereiro. De acordo com uma pesquisa apresentada pela autora, as porcentagens de brancos e afro-americanos que se opunham à guerra era semelhante, com 2/3 dos entrevistados das duas categorias contrários à ofensiva. Uma das explicações, entretanto, para o fato de que nas manifestações “os rostos eram todos brancos” (EPSTEIN, 2003, p.3) seria o histórico de repressão policial que a comunidade negra norte-americana sofreu nos últimos 30 anos.

Em uma análise sobre os participantes dos protestos de 15 de fevereiro, Benett (2010) acredita que organização do protesto transnacional não foi

possibilitada apenas pelas mídias digitais, mas também pelo fato dos manifestantes terem o que ele chama de “identidades políticas complexas”, ou seja, não pertenciam a apenas uma única organização ou se dedicavam a uma única causa (BENNET, 2010, p. 215). Dentro da perspectiva do autor, surge uma forma nova de difusão transnacional dos protestos em indivíduos que mostram-se identificados com mais de uma questão. Por exemplo, identificam-se com a questão do desarmamento, mas também apoiam as minorias. Para o autor, por terem vários interesses ao mesmo tempo e por fazerem parte de redes de diferentes reivindicações, esses indivíduos de identidades complexas podiam fazer a causa circular em comunidades diversas, diferentemente do que ocorria algumas décadas antes, em que os manifestantes eram mais concentrados em uma pauta específica e ligados a organizações exclusivas do tema. O estudo sugere, portanto, que essas atividades mais complexas dos ativistas expandem os canais de difusão da informação e assim conseguem atingir um número maior de pessoas. Uma outra característica dos manifestantes de 15 de fevereiro apontada por alguns autores seria a grande quantidade de participantes sem experiência prévia em protestos, nem um envolvimento prévio com os movimentos sociais por trás da organização (TARROW; McADAM, 2005; BARKHAM, 2013).

Uma das principais conclusões de Walgrave e Rucht (2010) foi que embora os protestos em todos os países estudados tivessem sido semelhantes quanto à ação, slogans, cartazes e atmosfera pacífica, eles apresentaram especificidades próprias de cada lugar. Dessa forma, o contexto político importa e influenciaria diretamente na constituição de uma opinião pública e um público. A opinião pública, desse modo, pode ser enxergada como uma variável que alterou a composição dos manifestantes nos países que se posicionaram a favor da guerra, como Estados Unidos, Inglaterra, Itália e Espanha, onde teriam ocorrido as maiores manifestações. (WALGRAVE; RUCHT, p.42),

Diani (2010) chegou a uma conclusão semelhante. A configuração do público nos protestos onde os respectivos governos apoiavam a guerra era substancialmente diferente do público nos países que se opunham à ofensiva. Também estudando os oito países já mencionados, ele concluiu que onde os governos se posicionavam a favor de George W. Bush e sua ofensiva, como obviamente os Estados Unidos, além de Inglaterra, Itália e Espanha, a grande maioria era de pessoas que já vinham participando de protestos de esquerda, pela

paz e minorias étnicas. O autor argumenta que de modo geral, nos países que apoiavam a guerra houve mais manifestantes ligados a organizações anti-guerra, assim como uma presença maior de partidos políticos e sindicatos. Seguindo esse raciocínio, nos países em que os governos apoiaram os ataque ao Iraque teria sido mais difícil para outras organizações, que não às dedicadas especificamente à questão da paz, se engajarem explicitamente na promoção dos protestos, mesmo que muitos de seus membros tenham se envolvido nas marchas de forma individual. Por fim, onde não houve uma necessidade particular de pressionar governos nacionais que já eram hostis à guerra, as coalizões eram mais gerais, representativas do espectro mais amplo de inclinação à esquerda (Diani 2003 p. 110).

3.1.3

As mídias digitais e o caráter transnacional

De acordo com Vehrlust (2003 p. 13), as mobilizações para o 15 de fevereiro de 2003 se beneficiaram de dois mecanismos interligados: a dinâmica face a face dos fóruns sociais, que na época eram anuais, e a comunicação eletrônica. Quanto aos fóruns, o autor acredita que serviram de base operacional para o dia de protestos. No que diz respeito à tecnologia, percebe-se que nesse caso são citados praticamente apenas listas de e-mail e sites. Desse modo, a lista de e-mail das organizações possibilitavam a comunicação entre os encontros presenciais nos fóruns sociais, como o de Florença em 2002 e o de Porto Alegre, em 2003 (VERHLUST 2010, p.13). Por mais que hoje em dia e-mail possa parecer algo sem importância, na época tal ferramenta parece ter sido o que possibilitou a combinação de um dia internacional de protestos com os mesmos slogans e cartazes (TARROW; McADAM, 2005).

Em um estudo específico sobre o uso das mídias digitais e a comunicação transnacional, Benett (2010 p. 215) também identificou o uso do que chamou de formas mais convencionais de mídias digitais, como listas de e-mails e sites (segundo ele acessados por computadores, não celular), lembrando que na época as mídias sociais, aplicativos e celulares não tinham o uso tão difundido como se vê nos dias de hoje. O argumento é que a possibilidade de uma comunicação digital contribui para uma flexibilização das estruturas organizacionais.

Importante destacar que o autor tem uma visão de certo modo utilitária da internet para protestos, ou seja, ele considera a internet como uma ferramenta de comunicação, não tanto como mais um meio de comunicação que assim como os outros atua na construção social da realidade. Dentro dessa ideia da internet como ferramenta, o autor também cita a conveniência da disponibilização online de calendários de protestos, a possibilidade de conversas e planejamentos via sites ou e-mails e a publicação de textos por parte de jornalistas e ativistas ligados aos movimentos e foruns sociais (BENNETT 2005; 2010). Kahn e Kellner (2004) também ressaltam o papel da web como uma ferramenta amplamente utilizada durante esse período pelas principais coalizões anti-guerra, para circular informações e organizar protestos. Para eles, as novas mídias que surgiram foram uma ferramenta importante para a democracia global, na construção de um bloco virtual que monitora, critica e luta contra as agressões, principalmente, do Ocidente (KAHN; KELLNER, 2004 p.88).

Retomando o estudo que aponta para a característica de que a maioria dos ativistas que participaram dos protestos de 15 de fevereiro tinham “identidades políticas complexas” ou seja, circulavam por organizações diferentes apoiando causas distintas, Bennet (2010 p. 215) observa que ativistas com essas características seriam capazes de se comunicar de forma mais ampla pelas redes que aqueles concentrados em uma única questão. Há nesse argumento a ideia de que a utilização das tecnologias digitais criam estruturas de rede atraentes para os ativistas de ideias “complexas” ou “tolerantes”. Desse modo, para o autor, ao mesmo tempo em que as mídias digitais contribuem para ativistas e ideias com pautas diversas, seria justamente essa diversidade que favorece a mobilização transnacional. O mesmo estudo indica que esses ativistas mais abertos para outras causas utilizam mais a comunicação digital para se informar (BENNET, 2010, p. 231).

Simonson (2003) destaca o papel do site *MoveOn*²⁰ nos protestos de 15 de fevereiro de 2003. A plataforma, que permite a assinatura de petições, doações e o lançamento de campanhas de *crowdfunding*, contava na época dos protestos com mais de 750 mil membros só nos Estados Unidos. O site teria se tornado uma das organizações mais conhecidas do movimento anti-guerra. Para Wes Boyd, o fundador da plataforma, a *MoveOn* teria sido pensada para conectar

²⁰ <https://front.moveon.org/>

aqueles que não apoiam a guerra, mas que nem sempre sentiam-se confortáveis de mostrar sua posição indo para a ruas (SIMONSON, 2003 p. 12). Ainda de acordo com a autora, a plataforma teve um papel importante em todo o movimento contra a guerra, sendo capaz de recolher milhares de dólares em doações e movimentar ações pelo mundo numa questão de horas. Um exemplo citado pela autora foi a arrecadação de mais de US\$ 400 mil para financiar anúncios contra a guerra na TV pouco antes dos protestos. John Rees, um dos principais coordenadores da *Stop the war coalition*, teria dito que grande parte da organização do 15 de fevereiro teria sido feita por email, mensagens de texto por celular e um material gráfico feito por designers profissionais (SIMONSON, 2003 p.7). Em um outro texto, Bennet (2005) define as seguintes características para o movimento que levou aos protestos de fevereiro de 2003: modelos de organização inclusivos que favorecem a diversidade e a relação entre redes de temas diversos; tecnologias sociais que possibilitam a relativamente descentralizada “liderança” transmitir suas informações (BENNET 2005, p. 203).

Quanto ao caráter transnacional, diferentemente do outro caso estudado, os protestos de 15 de fevereiro foram concebidos já com a ideia de ser um evento transnacional. Desse modo, pode ser justamente a coordenação internacional que o distingue de outras formas de ação simultânea (VERHLUST 2010 p. 15). Para Epstein (2003), esse movimento simultâneo foi o mais internacional até aquele momento. Sobre as motivações que levaram os manifestantes para as ruas naquele dia, um dos organizadores dos protestos na área de São Francisco, Jackie Cabasso, da *People's Non-Violent Response Network* teria dito que aqueles que se envolveram com o movimento contra a guerra nos Estados Unidos o fizeram devido à convicção de que as ambições internacionais da administração Bush ameaçavam a paz, os direitos democráticos e a prosperidade nos Estados Unidos (EPSTEIN, 2003)

Trabalhos sobre o período ressaltam que os protestos de 15 de fevereiro, e todo o movimento maior contra a guerra, significaram o surgimento de uma sociedade civil mundial e uma opinião pública mundial (PEREIRA, 2003; TYLER, 2003; WALGRAVE, 2010). Alguns dias depois das manifestações, o

colunista do *The New York Times*, Patrick Tyler (2003),²¹ referiu-se ao ato simultâneo como a expressão de uma nova potência. De acordo com ele, desde 15 de fevereiro de 2003 há “duas potências no planeta: os Estados Unidos e uma opinião pública mundial”.

Defendendo a ideia de que os protestos de 15 de fevereiro na Europa significaram o nascimento de uma opinião pública europeia, Derrida e Habermas (2003) dizem em uma entrevista que o sentimento de pertencimento é necessário para ações desse tipo. Segundo os entrevistados, é necessário que haja laços de solidariedade (HABERMAS, 2006, p. 40). O entrevistador, Albrecht von Lucke²² faz a seguinte pergunta a Habermas²³:

Quando você se refere às manifestações de 15 de fevereiro como o nascimento de uma nova esfera pública europeia, você está falando de Londres, Roma, Madri, Barcelona, Berlim e Paris. No entanto, os protestos, que se estenderam também de Jacarta a Washington seriam algo maior? Não teriam sido um manifesto de um novo público global?²⁴ (HABERMAS 2006 p. 55-56).

Habermas responde:

Suspeito que as razões e os motivos para os protestos, de um lado no Ocidente e de outro no Oriente (islâmico), não eram os mesmos. Além disso, um público global intermitente – um que ocasionalmente centra-se em temas específicos – tem emergido repetidas vezes desde a Guerra do Vietnã, principalmente, o que é interessante, em resposta a massacres e guerras. As pessoas através das fronteiras culturais parecem concordar mais facilmente em sua raiva espontânea diante de grandes violações aos direitos humanos. No entanto, nem todos os horrores geram uma mesma atenção, o que se pode perceber com Ruanda ou o Congo. (HABERMAS, 2006 p. 55-56).

3.2

Os protestos no Egito em 2011

Exatos oito anos após 15 fevereiro de 2003, os protestos de 2011 no Egito localizam-se em uma outra realidade digital. Com a então recém-implantada Web 2.0, alguns autores apontam para um novo marco da tecnologia nos protestos,

²¹ TYLER, P. Threats and Responses: News Analysis: *A New Power In the Streets*. The New York Times 17 de fevereiro de 2003. Disponível em <http://www.nytimes.com/2003/02/17/world/threats-and-responses-news-analysis-a-new-power-in-the-streets.html>

²² A entrevista conduzida por Albrecht von Lucke com Habermas e Derrida, foi publicada no *Journal Blätter für deutsche und internationale Politik*, em 2003 e em HABERMAS, 2006.

²³ Tradução livre tanto para a pergunta quanto para a resposta.

principalmente mídias sociais como o Facebook, Twitter e Youtube (ANTOUN 2008; FARREL 2012; BENNETT 2011). No final de 2010, eclodiram protestos em diversos países árabes que terminaram com a queda de Zine El Abidine Ben Ali na Tunísia, Hosni Mubarak no Egito e Muamar Kadafi na Líbia. E além desses três acontecimentos, que ficaram mais conhecidos, as manifestações também chegaram à Síria, Argélia, Iraque, Jordânia, Omã e Iemen. A Primavera Árabe, como chamada essa série de acontecimentos políticos, foi celebrada na imprensa e no mundo acadêmica como as revoluções das mídias sociais, revoluções do Facebook, revoluções do Twitter, ou ainda revoluções *wiki* (GERBAUDO, 2012; FARRELL, 2013; HOWARD, 2011; 2013; COTTLE, 2011). As reivindicações variavam, pediam o fim da corrupção, melhorias na qualidade de vida, mais emprego, liberdade política, democracia e direitos humanos. (COTTLE, 2011; BEISSINGER, 2012).

A “revolução” ou “levante” egípcio começou alguns dias depois da derrubada do presidente tunisiano Ben Ali. Em 25 de janeiro de 2011 – data que se tornaria uma das hashtags mais usadas no Twitter –, quando milhares de egípcios foram para as ruas protestar contra a ditadura de Hosni Mubarak, no poder há 30 anos. Após 18 dias de protestos, que tiveram como base a praça Tahrir no centro do Cairo, Mubarak renunciou ao cargo e um conselho militar tomou o poder.

Dada a baixa penetração da internet e, consequentemente, das mídias sociais no país, assim como a ausência de pesquisas empíricas que estabeleçam uma relação causal, muitos argumentam que o papel das mídias sociais pode não ter sido central (GERBAUDO, 2011; HOWARD; HOUSSEIN, 2013; BEISSINGER, 2012), embora admitam que causaram efeitos, como uma mudança no tipo de utilização das mídias sociais, de puro entretenimento para o uso político (DUBAI SCHOOL OF GOVERNMENT, maio de 2011).

3.2.1

Os protestos e as mídias sociais

O exemplo mais emblemático da articulação online durante a revolução no Egito talvez tenha sido a página no Facebook “Somos Todos Khaled Said”, criada pelo executivo da Google, Wael Ghonim, em 2010. Feita primeiro em árabe e

depois em inglês, tratava-se de uma página de protesto pelo assassinato de um jovem egípcio que teria sido retirado de um cibercafé em Alexandria e espancado pela polícia (HOWARD; HUSSAIN, 2013; PAVLIK, 2011). Há indícios de que ele tenha postado um vídeo que mostrava um caso de corrupção policial.²⁵ O assassinato do jovem e a criação da página foram apontados não só como o estopim para o início dos protestos no país, mas também como um marco para o uso das mídias sociais na configuração dessa causa. De acordo com alguns autores, o papel de páginas como essa foram elementos que ajudaram na articulação e fomento dos protestos nos países árabes (CASTELLS, 2013; PAVLIK, 2011, GHONIM, 2012, PERON, 2016).

GERBAUDO (2012 p. 74), por exemplo, defende que as mídias sociais foram cruciais, por exemplo, para estabelecer um núcleo revolucionário inicial que viria a atrair ativistas individuais e algumas organizações. Nessa visão, as mídias sociais, e principalmente o Facebook, teriam permitido a reunião de ativistas em um espaço, mas a pressão política exercida precisa ser atribuída também às manifestações na Praça Tahrir ou nas ruas de um modo geral (GERBAUDO, 2012 p. 74).

Howard e Houssein (2013) acreditam que há uma tendência dos cidadãos e da própria imprensa em defender a ideia de que foram as redes sociais que “causaram” a Primavera Árabe, mesmo com a dificuldade de se identificar essa relação. A importância, entretanto, dada às mídias sociais por acadêmicos ou jornalistas nesse contexto, ou até mesmo os apagões da rede que ocorreram no Egito, Tunísia e Síria indicam que se por um lado o uso dessas mídias foi superestimado, há no mínimo um objeto a ser estudado.

Um caminho possível para se localizar as mídias sociais dentro do movimento no Egito seria uma abordagem mais instrumental da web, ou seja, as mídias sociais como ferramenta. O jornalista da BBC, Paul Mason (2012), listou as funcionalidades do que chamou de conjunto completo das ferramentas de informação utilizadas pelos ativistas. O Facebook seria usado para formar grupos e estabelecer conexões fortes, porém flexíveis; o Twitter teria tido a função principal de difundir notícias em tempo real, assim como informações específicas

²⁵ “Movement Began With Outrage and a Facebook Page That Gave It an Outlet,” Jennifer Preston, *The New York Times*, 05 de fevereiro de 2011. <https://goo.gl/ogx00Q>; “Executivo do Google diz estar ‘pronto para morrer’ pelo Egito, Folha de São Paulo, 09 de dezembro de 2011. <https://goo.gl/fdmEMN>

sobre a logística dos protestos de rua; e o YouTube e sites voltados para fotografia, como o Instagram, Flickr ou Twitpic teriam tido a função de mostrar os protestos em curso, assim como a de denunciar a repressão. Gerbaudo (2012 p.3) aponta para o intenso uso do Twitter de forma “interna” ou “local”, ou seja, como meio de organização da ação coletiva e mais especificamente como um meio de mobilização para levar as pessoas para as ruas, uma vez que os protestos no Egito tinham como característica a ocupação física do espaço público. Em um longo e amplo estudo sobre o papel das mídias sociais durante o movimento nos países árabes, Howard e Houssein (2013) oferecem um resumo sobre o papel central desempenhado pelas mídias sociais nos protestos do Egito. Primeiro, teriam sido fundamentais para a construção do debate político sobre a situação do país. Segundo, os picos de conversação online geralmente antecederiam grandes eventos nas ruas. Terceiro, as mídias sociais ajudaram a espalhar ideias democráticas pelas fronteiras internacionais (HOWARD; HOUSSEIN, 2013, p.23).

Uma outra linha de raciocínio argumenta que a repressão dos regimes leva naturalmente às mídias sociais, por se tratar de um espaço de expressão e pouco controle. Dentro dessa perspectiva, tanto a popularidade de tais mídias quanto seu crescimento no Egito teriam sido impulsionados pela falta de liberdade e repressão nos outros meios de comunicação (HOWARD; HOUSSEIN, 2013; PAPACHARISSI, 2009; COTTLE, 2011). Dessa forma, o controle rígido do regime de Mubarak no espaço público teria obrigado os ativistas a recorrerem à internet para mostrar seu descontentamento. Seriam necessárias outras pesquisas, no entanto, para esclarecer como se estabelece essa relação entre mídias sociais e repressão, e também como funcionam os mecanismos de censura que podem vir a ser aplicados por governos. Importante notar que movimentos subsequentes, como o Indignados na Espanha, o Movimento Occupy, nos EUA, ou até mesmo os protestos de 2013 no Brasil, ocorreram em países onde não se alcança os mesmos níveis de repressão, mas ao que tudo indica também contaram com um forte apoio nas mídias sociais (MORAES; SANTOS, 2013).

O governo do Egito reagiu com medidas autoritárias, monitorando as telecomunicações, interrogando e intimidando jornalistas estrangeiros, prendendo blogueiros, recusando vistos e retirando a internet do ar por quarto dias, de 28 de janeiro a 2 de fevereiro. A FIGURA 3 ilustra a queda do tráfego de Internet no Egito durante o “apagão”. Morozov (2011) argumenta que a internet também pode

ser útil para governos autoritários, pois alguns regimes agora dispõem de mecanismos sofisticados de censura digital e monitoramento, e estão fazendo uso disso (MOZOROV, 2011, p. 69).

Figura 3: tráfego de internet no Egito antes, durante e depois do “apagão” entre 28 de janeiro e 02 de fevereiro de 2011.



Fonte: Arab Social Media Report 2011 p. 3.

Uma pesquisa do Pew Research Center (2012) concluiu que um papel importante das mídias sociais no início de 2011 no Egito foi o de informar sobre a situação do país. A pesquisa também compatilha da ideia de que a maioria da população, cerca de 2/3, segundo o relatório, não usava a internet na época. No entanto, considerando especificamente aqueles com diploma universitário, o uso das mídias sociais para informações sobre política seria maior do que em outros segmentos da população. Desse modo, embora a maior parte do país fosse desconectada, 84% dos que tinham acesso teriam dito que usavam as mídias sociais para ver notícias sobre a situação política do Egito (PEW RESEARCH, 2012, p. 18).

Um outro papel atribuído às mídias sociais diz respeito à produção de conteúdo próprio. Segundo Castells (2013), vídeos das forças de segurança tratando brutalmente os manifestantes foram compartilhados pela internet, expondo a violência do regime de uma forma inédita. A natureza viral desses vídeos e o volume e velocidade com que as notícias sobre os eventos no Egito se tornaram disponíveis no país e no mundo teriam sido a chave do processo de mobilização contra Mubarak (CASTELLS, 2013 Kindle Locations 842-845). Em um estudo, especificamente, sobre o papel do Youtube nos protestos do Egito, Wall e Zahed (2012) sugerem que a comunicação política por meio de mídias

participativas foi amplificada com uma nova intensidade, lançando vozes individuais para redes maiores. Embora não tenhamos como saber a contribuição exata dos ativistas que postaram vídeos, o estudo acredita que o Youtube e outros tipos de mídias sociais foram usadas como ferramentas políticas para criar uma dissidência egípcia personalizada, como Asmaa Mafouz, uma universitária de 26 anos que postava vídeos em seu canal de Youtube – com uma média de 70 mil visualizações cada um - convocando para protestos nas ruas (WALL; ZAHED, 2012, p. 9). Howard e Houssein (2003) identificaram quatro tipos principais de conteúdo presentes na maioria dos vídeos postados: imagens brutas dos protestos e mobilizações; comentários de cidadãos, especialistas em política e vídeos com trilha sonora e imagens nas ruas.

Wilson e Dunn (2011) atribuem às mídias sociais o poder de conferir um lado humano para o conteúdo. Os autores argumentam, por exemplo, que a auto-imolação de Mohamed Bouazizi na Tunísia, considerado um dos marcos iniciais da Primavera Árabe foi uma das muitas histórias compartilhadas nas mídias sociais, assim como as fotos do corpo machucado de Kahled Said. Ou seja, as mídias sociais teriam um potencial maior de despertar sentimento, ou comoção, que as mídias tradicionais, mais comprometidas com a imparcialidade. Nesse sentido, as histórias mais pessoais seriam um bom combustível para sensibilizar simpatizantes. Os autores concluem que foi esse caráter mais pessoal das mídias sociais que as transformou em uma infraestrutura da informação que permite aos cidadãos se organizar politicamente de forma independente de governos ou partidos políticos (WILSON; DUNN, 2011).

Nessa mesma linha das mídias sociais como uma tecnologia de apelo sentimental, Papacharissi e Oliveira (2012) propõem o conceito de “notícias afetivas”, nas quais opiniões, testemunhos e fotos acabariam criando uma narrativa própria. Desse modo, as autoras destacam as possibilidades das mídias sociais para a produção de conteúdo, afirmando que o *feed* de notícias produzido pelos cidadãos, misturando fato e opinião, objetividade e subjetividade, complementam ou até substituem as informações da mídia de massa (PAPCHARISSI; OLIVEIRA, 2012, p. 648).

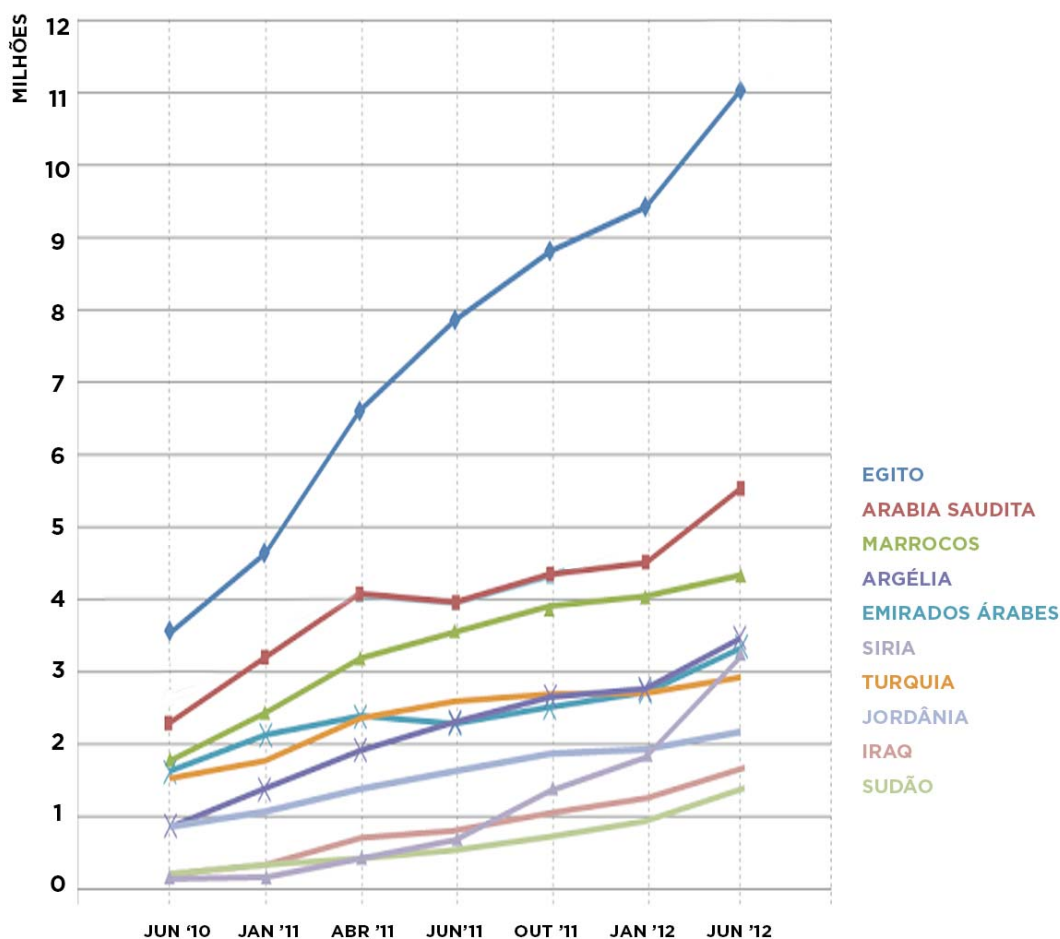
Um fator que precisa ser levando em conta na análise do papel das mídias sociais nos protestos do Egito é a questão do acesso à internet e a real penetração dessas mídias no país. Em 2011, somente 25% das casas egípcias tinham internet,

apenas 4% dos egípcios adultos tinham uma conta no Facebook e meros 0,15% eram membros do Twitter (Dubai School of Government, 2011). Howard (2011) indica, no entanto, que nessa época 80% dos egípcios tinham um telefone celular, embora o autor não tenha especificado a porcentagem deles com acesso à internet.

Uma edição do relatório *Arab Social Media Report* (DUBAI SCHOOL OF GOVERNMENT, maio de 2011), especificamente, sobre a utilização das mídias sociais nos protestos do Egito indicou que o Facebook era na época a rede mais popular no Egito. Ao comparar o primeiro trimestre de 2010 com o mesmo período em 2011, o estudo conclui que a porcentagem de usuários de Facebook no Egito, em relação à população passou de 12% para 29% em um ano. Mas mesmo com o crescimento, a penetração do Facebook no país ainda era baixa, cerca de 5,5% (DUBAI SCHOOL OF GOVERNMENT, maio de 2011, p.11). Ao mesmo tempo, é preciso levar em conta que dado o tamanho da população do país na época, cerca de 84 milhões (BANCO MUNDIAL)²⁶, isso significa cerca 4,5 milhões de usuários do Facebook. Além disso, uma outra edição do mesmo relatório (DUBAI SCHOOL OF GOVERNMENT, julho de 2012) indicou que o Egito é o país da região que apresentou a maior taxa de penetração do Facebook entre 2010 e 2012, como se pode ver na FIGURA 4.

²⁶ <http://data.worldbank.org/country/egypt-arab-rep>

Figura 4: crescimento da penetração do facebook nos dez países árabes com mais usuários:

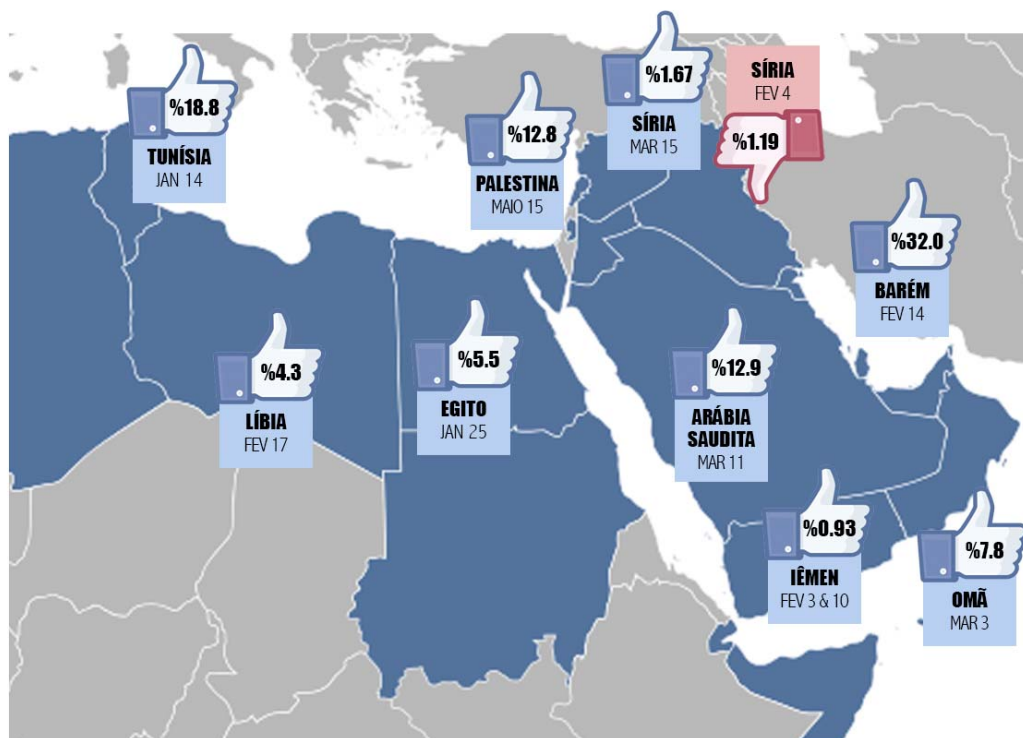


Fonte: DUBAI SCHOOL OF GOVERNMENT, 2012).

Para estabelecer uma relação entre os protestos na rua e a convocação pelas mídias sociais, o relatório apresenta uma pesquisa investigando se os “eventos” criados no Facebook chamando para um protesto realmente se realizaram. Considerando dez países da região e um protesto específico para cada um, o estudo conclui que quase todas as manifestações que foram anunciadas ocorreram. Como se pode ver na FIGURA 5, a única exceção foi um protesto na Síria, o lugar com a menor taxa penetração do Facebook entre os estudados, apenas 1,67%. O relatório deixa claro que a intenção não é afirmar que há uma relação causal nem que o Facebook foi o único fator que fez com que ativistas fossem para a rua naquelas datas, mas apenas por oferecer um espaço para a divulgação pública de um evento, já há um papel para as mídias sociais na

mobilização de movimentos (DUBAI SCHOOL OF GOVERNMENT, maio de 2011, p.5).

Figura 5: correspondência entre os “eventos” criados no facebook para protestos e a sua realização.



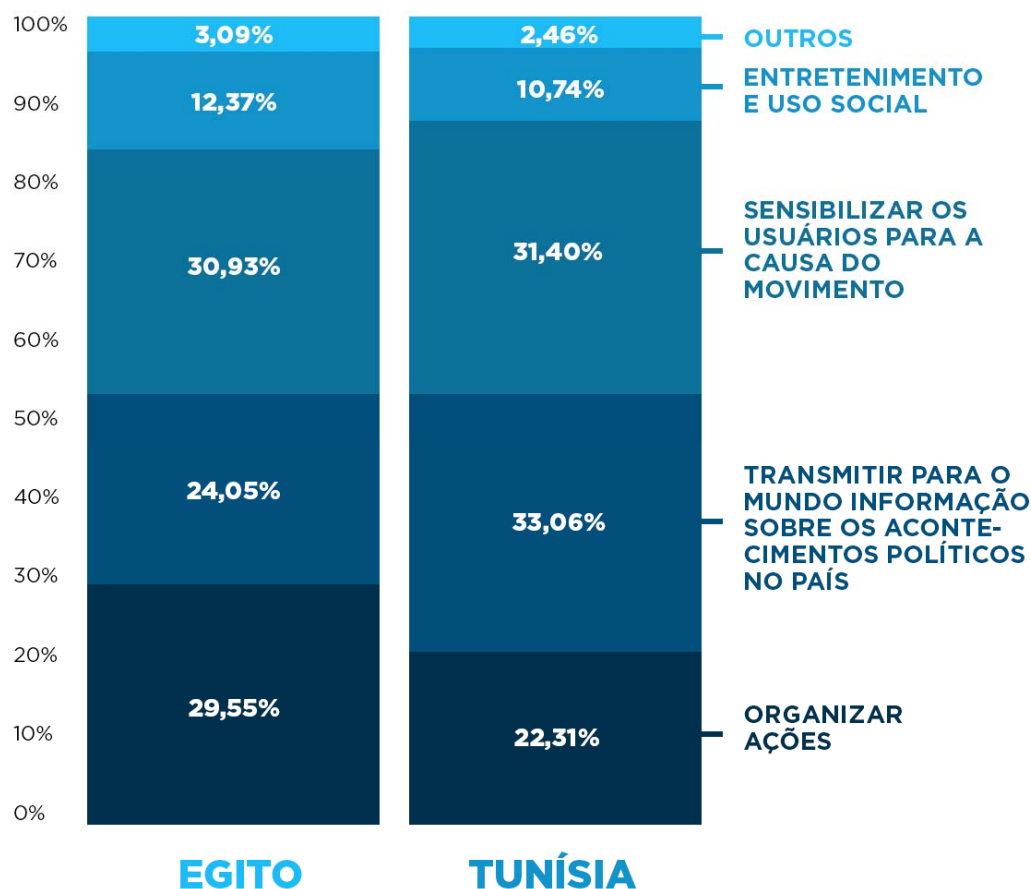
AS PORCENTAGENS CORRESPONDEM À TAXA DE PENETRAÇÃO DO FACEBOOK EM CADA PAÍS; E AS DATAS REFEREM-SE AOS PROTESTOS ANUNCIADOS.

Fonte: Social Arab Media Report, maio 2011 p. 5.

Como representado na FIGURA 6, uma pesquisa feita com tunisianos e egípcios a partir de uma *survey* via web, fez a seguinte pergunta: qual o principal uso do Facebook durante os movimentos civis no início de 2011? A opção mais votada, entre os egípcios, foi “sensibilizar os usuários para a causa do movimento”, seguida por “organizar ações”, e em terceiro, “transmitir para o mundo informação sobre os acontecimentos políticos no país”.²⁷ (DUBAI SCHOOL OF GOVERNMENT, maio de 2011, p.6).

²⁷ Tradução livre.

Figura 6: razões para o uso do facebook durante o movimento civil no egito no início de 2011:



Fonte: DUBAI SCHOOL OF GOVERNMENT, maio de 2011, p.6.

GERBAUDO (2012, p. 49) também sugere uma predominância do Facebook nos protestos do Egito. Ao entrevistar manifestantes que estiveram na Praça Tahrir constatou que 42% utilizavam o Facebook, enquanto 16% preferiam o Twitter. No entanto, o autor destaca que para a grande maioria da população, a mobilização no Egito foi difundida por canais de comunicação mais tradicionais, como as mídias de massa. Para GERBAUDO (2012, p.50), comparado ao Facebook, o Twitter teve um impacto mais limitado, voltado para atrair atenção de outros países, mas também foi usado como canal para comunicação tática entre os ativistas locais.

Quanto a dados do Twitter, o *Arab Social Media Report* de maio de 2011 aponta para uma penetração muito menor que a do Facebook no Egito. Se em 2011, a penetração do Facebook era de 5,5% da população, no caso do Twitter era de 0,15%. Uma outra conclusão do estudo é que há apenas alguns usuários de

“elite”. Desse modo, do total de usuários, apenas uma minoria seria realmente ativa na produção de conteúdo e a maioria estaria utilizando o Twitter como um *feed* de notícias (DUBAI SCHOOL OF GOVERNMENT, maio de 2011, p.15). Por outro lado, o relatório também indica um crescimento dessa mídia social no Egito, com um aumento de 50% em contas novas no final do primeiro trimestre de 2011. Uma explicação possível para a baixa penetração dessa mídia social no país apontada por Wilson e Dunn (2011 p. 1248) seria que diferentemente do Facebook, o Twitter não contava na época com uma interface em árabe.

Como será visto nas seções a seguir, apesar do pouco uso do Twitter em relação ao Facebook foi encontrada uma quantidade enorme de estudos que analisam essa mídia (HOWARD, 2011; HOWARD; HOUSSEIN, 2013; LOTAN, 2011; DUNN; WILSON 2011). Uma razão provável é o fato do Twiter ser completamente público, diferentemente, do Facebook que permite a opção de se publicar conteúdo apenas dentro de uma rede de “amigos”.

3.2.2

Um público

A mobilização no Egito não ocorreu com base em uma organização apenas. Trata-se de uma ação coletiva popular, certamente com algum grau de espontaneidade, mas que também contava com lideranças coordenando iniciativas por meio da comunicação digital (PERON, 2016). Boa parte dos autores que estudam os eventos no Egito apontam para o predomínio de ativistas de classe média nos protestos (GERBAUDO 2011; COTTLE, 2011; BEISSINGER, 2012).

Uma personalidade sempre citada como uma figura importante na articulação dos protestos pelo Facebook é Wael Ghonim.²⁸ Nascido em 1980 no Cairo, filho de um funcionário público e de uma dona de casa, cresceu em uma família de classe média baixa. Mas apesar dos problemas financeiros durante a infância, ele teve acesso a uma boa educação. Formou-se em engenharia elétrica no Cairo e com o dinheiro do próprio trabalho conseguiu financiar um MBA na

²⁸ Sobre o papel de Ghonim ver, Arab spring: Google's Wael Ghonim on the fall of Mubarak. **The Guardian**, 18 de maio de 2011 <https://goo.gl/3lhtS7>; Ativistas da Primavera Árabe são favoritos ao Nobel da Paz. **Veja.com**, 6 de outubro de 2011. <https://goo.gl/7lcyUH>; A Primavera árabe deve influenciar Nobel, dizem especialistas. **Valor Econômico**, 03 de outubro de 2010 <https://goo.gl/XWTn9c>

Universidade Americana do Cairo, uma das mais conceituadas e caras do país. Ele fala bem inglês, já havia passado temporadas nos Estados Unidos e é casado com uma norte-americana. Depois de se formar, passou na seleção de Google e assumiu o cargo de gerente de marketing para o Oriente Médio, posição baseada em Dubai. Foi de lá que ao ver as fotos do corpo de Kahled Said, o jovem espancado pela polícia, que Ghonim disse ter criado sozinho, e sem se identificar, a página em protesto pela morte dele (GHONIM, 2012).²⁹ Na sua bibliografia (2012), Ghonim escreveu que em um dado momento os seguidores da página começaram a especular demais sobre a identidade e a ideologia do administrador, acusando-o de pertencer a algum grupo interessado em explorar a morte de Khaled Said para ganhos políticos. Assim, ele publicou na página uma “entrevista com o administrador”, contando em linhas gerais quem era, mas sem revelar sua identidade:³⁰

Quantos anos você tem?

Não posso dizer de forma exata, mas desde o dia que nasci nosso presidente tem sido o mesmo ... a corrupção tem sido a mesma ... a passividade tem sido a mesma ... e um partido político chamado "Sem Esperança" tem monopolizado os egípcios.

Quem te financia?

Graças a Deus, minhas fontes são muitas.... Minha segunda é a minha educação. Sou grato por ter tido uma boa educação e de ter tido um desempenho acadêmico acima da média. Estou usando minha educação para servir o meu país (GHONIM, 2012, p. 89-90).

Uma outra ativista muito citada na mídia sobre a revolução no Egito é Asmaa Mafouz, uma jovem de 26 anos formada pela Universidade do Cairo e uma das fundadoras do Movimento 6 de Abril, criado em 2008 inicialmente para apoiar greves de trabalhadores no setor têxtil e que teve uma participação importante na convocação dos protestos contra o regime de Hosni Mubarak³¹. Asmaa Mahfouz gravou dezenas de vídeos, sempre falando de perto para a

²⁹ GHONIM, W. Vamos projetar mídias sociais que levem a mudanças reais. **Ted Global**. Genebra, dezembro de 2015. https://www.ted.com/talks/wael_ghonim_let_s_design_social_media_that_drives_real_change?language=pt-br

³⁰ Tradução livre.

³¹ Sexo feminino se destaca nas redes sociais, **Folha de São Paulo**, 19 de março de 2011. <https://goo.gl/3bSfCU>; Prêmio Nobel reconhece papel das mulheres na revolução, **Folha de São Paulo**, 08 de outubro de 2011 <https://goo.gl/F5ELsk>; The Digital Road to Egypt's Revolution, **The New York Times**, 10 de fevereiro de 2012. <https://goo.gl/QK3b5h>

câmera. Em um desses vídeos,³² postado no YouTube em 18 de janeiro e compartilhado pelo Facebook, ela dizia que ela iria para a Praça Tahrir no dia 25 lutar pelos seus direitos e pedia a todos que fizessem o mesmo. A ativista, que foi presa acusada de difamação, mas logo foi solta sob fiança, foi indicada ao prêmio Nobel da Paz de 2011 (WALL; ZAHED, 2012).

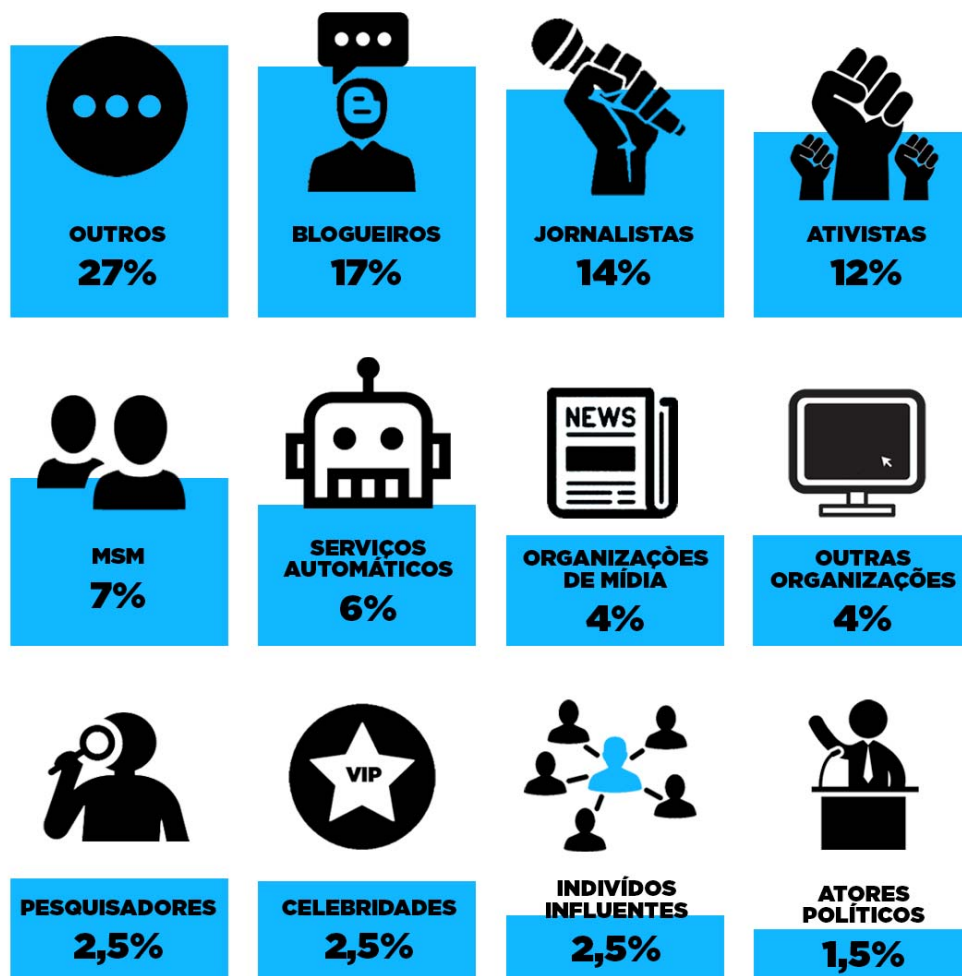
GERBAUDO (2012) define os manifestantes indicando que a grande maioria vive nos bairros nobres, estudou em universidades internacionais ou na exclusiva Universidade Americana do Cairo e costuma viajar para a Europa e os Estados. Em uma pesquisa sobre quem eram os manifestantes no Egito nessa época, Beissinger (2012), utilizando dados da organização *Second Wave Arab Barometer*³³, o que inclui *surveys* aplicados no país logo após os eventos, apontou para o seguinte perfil: os participantes teriam, em sua maioria, acima dos 30 anos e alta escolaridade. Quanto a ocupação, ainda segundo a mesma pesquisa, mais da metade dos manifestantes, 55%, pertenciam ao que o autor chamou de classe-média urbana: profissionais liberais, funcionários ou diretores de instituições, do setor público ou privado. Ou seja, dentro dessa visão, trata-se de um movimento em que a maioria dos participantes tinham ocupações de classe média. Quanto às razões que os levaram aos protestos, as mais apontadas foram a situação econômica (37%), a falta de liberdade civil e política, e o combate a corrupção 17% (BEISSENGER 2012 p.14).

Em uma pesquisa para identificar a ocupação dos usuários do Twitter durante a semana de 24 a 29 de janeiro de 2011, Lotan (2011) faz um mapeamento dos tipos de atores que participaram da conversa política utilizando as hashtags #25jan e #egypt. Como vemos na FIGURA 7, a pesquisa concluiu que a maior porcentagem corresponde ao que o autor chamou de “outros”, ou seja, as contas em que não foram encontradas uma identificação para o usuário. Outras categorias que mais utilizaram essas hashtags foram blogueiros, jornalistas, ativistas e os chamados “bots”, contas de serviços automáticos.

³² https://www.youtube.com/watch?v=SgjIgMdsEuk&feature=player_embedded

³³ <https://arabbarometer.org/content/arab-barometer-ii>

Figura 7: tipos de ator (#jan25 e #egypt).



Fonte: LOTAN, 2011, p. 1385

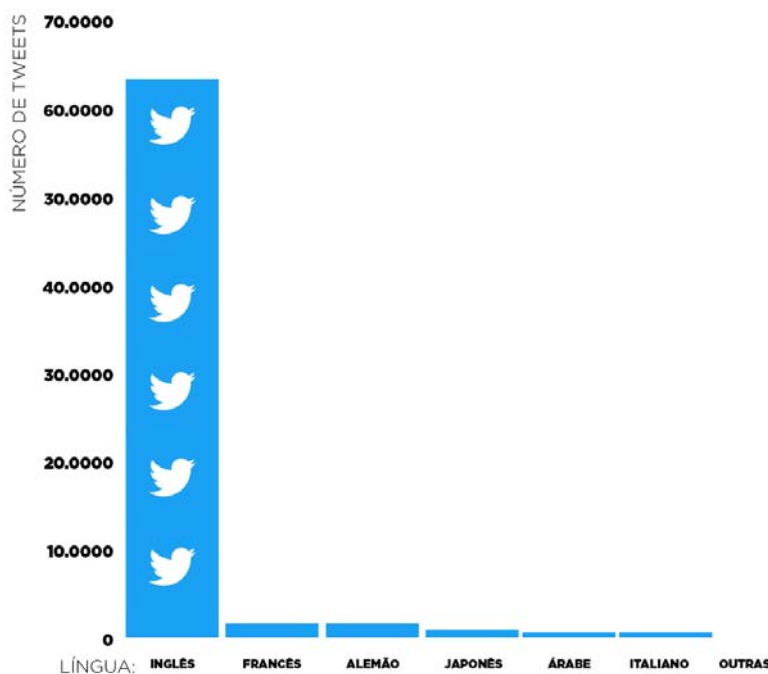
Organizações e movimentos tradicionais já existentes também atuaram online em prol dos levantes. Um exemplo, apontado por Peron (2016), é a Irmandade Muçulmana, um dos maiores opositores do regime de Mubarak. O site oficial da organização teve um papel importante durante os protestos, oferecendo conteúdo em árabe e inglês (PERON, 2016). Howard e Houssein, entretanto, sugerem que os primeiros meses das manifestações tanto no Egito quanto na Tunísia não foram apoiados apenas pelos atores políticos tradicionais, como sindicatos, partidos ou grupos religiosos. Os protestos teriam criado redes de pessoas, muitas delas sem um histórico prévio de ativismo, como jovens empreendedores, funcionários públicos, grupos de mulheres e a classe média urbana (HOWARD; HUSSAIN, 2013, p. 3).

3.2.3

O caráter transnacional

Percebemos ao longo da pesquisa que o Twitter foi a mídia social mais associada aos públicos transnacionais (WILSON; DUNN, 2011; HOWARD et al, 2011; PERON, 2016). Wilson e Dunn (2011 p. 1248) recolheram dados do Twitter entre 21 de janeiro a 11 de fevereiro, dia da renúncia de Mubarak para analisar os tipos de comunicação e redes que se formam nessa mídia social. Utilizando a hashtag #jan25, o dia do maior protesto no Cairo, eles estudaram o fluxo de *tweets* levando em conta as seguintes categorias: a comunicação por parte dos coordenadores, dos ativistas e de um público transnacional. Considerando a baixa penetração do Twitter no Egito, o trabalho sugere que grande parte desses *tweets* foram enviados de fora do país. De acordo com o trabalho, como mostra a FIGURA 8, a grande maioria dos *tweets*, 96%, com a hashtag #jan25 eram em inglês, enquanto apenas 1% eram em árabe.

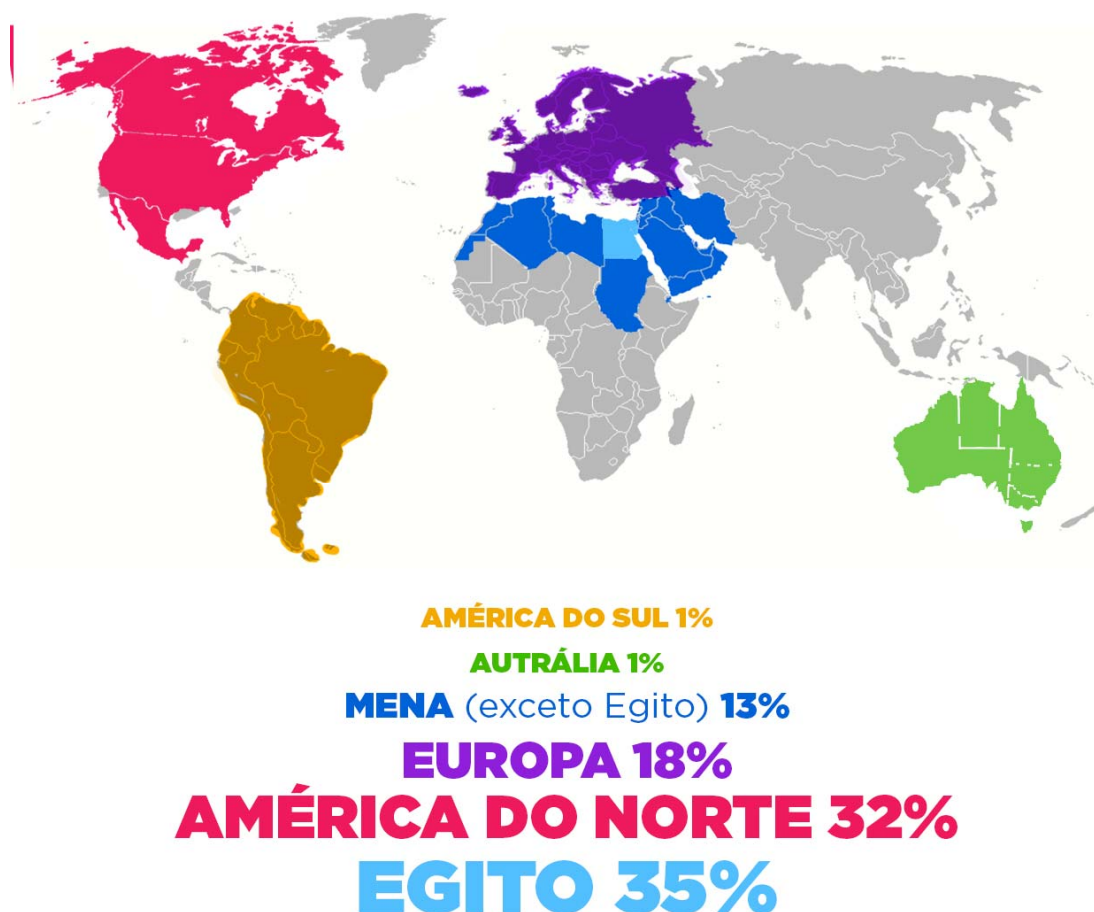
Figura 8: tweets por idioma (#25jan)



Fonte: DUNN; WILSON, 2011, p. 1266.

Considerando apenas os *tweets* em inglês, a pesquisa separou os 200 usuários mais ativos na conversa, e aplicando a ferramenta de geolocalização concluiu que do total 35% tinham uma conta do Egito. Como se pode ver na FIGURA 9, dos 65% restantes, a maioria das contas vinha de países ocidentais e uma minoria de outros países do Oriente-Médio e Norte da África (DUNN; WILSON 2011, p.1250).

Figura 9: distribuição geográfica dos usuários mais ativos do twitter (#25jan).



MENA é a categorização do Banco Mundial³⁴ para países do Oriente Médio e Norte da África. Fonte: DUNN; WILSON 2011, p.1267.

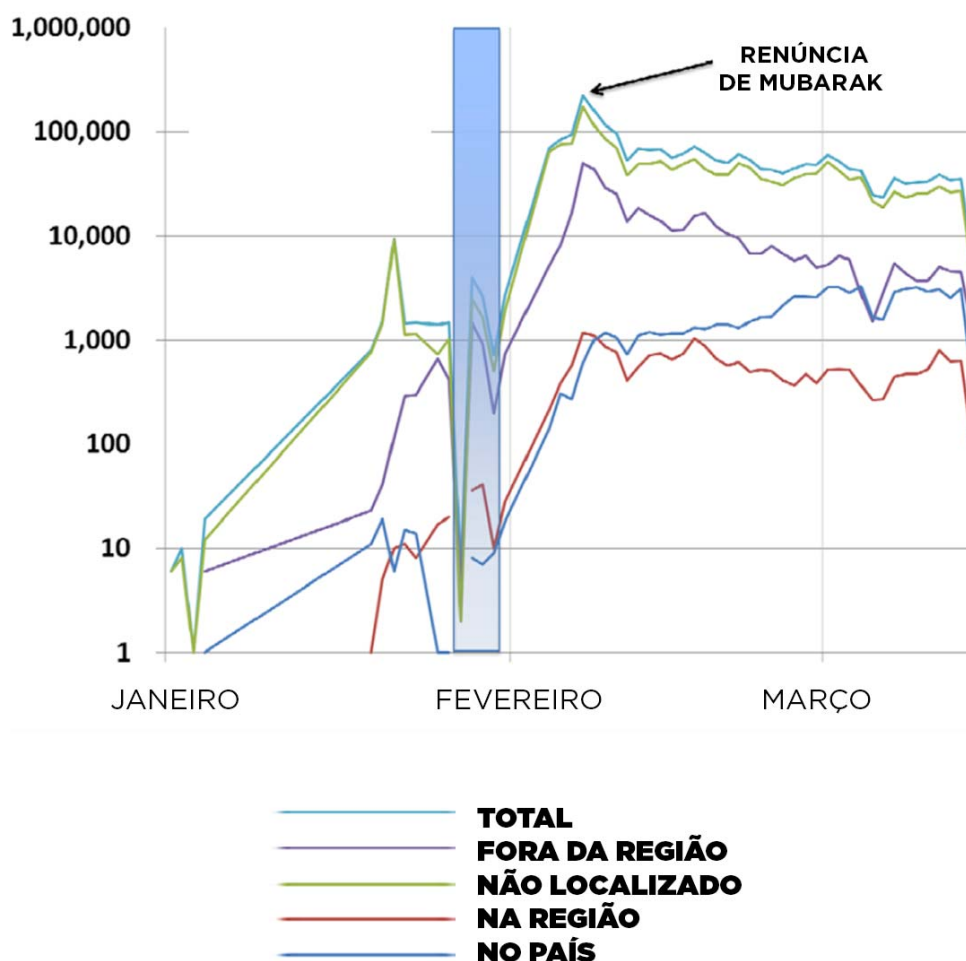
Desse modo, o Twitter teria sido utilizado principalmente para reunir um público transnacional em relação ao levante no Egito e a conversa sobre a questão foi dominada por um grupo relativamente pequeno de usuários assíduos em meio

³⁴ <http://www.worldbank.org/en/region/mena>

a um grupo maior de usuários relativamente “passivos” (DUNN; WILSON 2011, p. 1269). Levando em conta a distribuição geográfica e a frequência de *retweets*, a pesquisa sugere que poucos usuários no Egito, utilizando a ferramenta em inglês, geraram uma quantidade significativa de conteúdo que viria a ser retransmitido também por poucos usuários transnacionais postando dentro de um grupo amplamente passivo. O estudo indica ainda que apesar dos usuários mais assíduos corresponderem a apenas 1/3 do total dos *tweets* escritos em inglês, são uma minoria entre os ativistas da conversa e uma porcentagem ainda mais ínfima se comparada à população do Egito. Mesmo assim, aparentam ter conseguido realizar uma comunicação transnacional e formar uma rede (DUNN; WILSON 2011, p. 1270).

A ideia mais comum sobre a Primavera Árabe – e inclusive o que lhe confere um nome – seria o efeito em cascata dos protestos dentro da região. Caracterizou-se, assim, como um movimento transnacional na medida em que afetou não apenas regimes nacionais, mas também seus vizinhos (PERON 2013, p. 285). Howard (2011) aponta para uma “viralização dos valores democráticos” pelas redes, o que teria ajudado a espalhar as reivindicações pelos países árabes a partir da renúncia de Ben Ali na Tunísia. Quanto ao Twitter, o autor também acredita que os acontecimentos no Egito semearam uma conversa global sobre política e liberdade e ajudaram a formar uma comunidade internacional sobre essa questão. Utilizando a ferramenta de geolocalização para *tweets* postados nas duas semanas que antecederam a renúncia de Mubarak, a pesquisa sugere um volume expressivo da hashtag #egypt - 34% do total - fora da região, como indica a FIGURA 10. No entanto, vale lembrar novamente que a opção da pesquisa pela hashtag possivelmente exclui muitos tweets postados em árabe.

Figura 10: GEOLOCALIZAÇÃO DE TWEETS (#egypt)

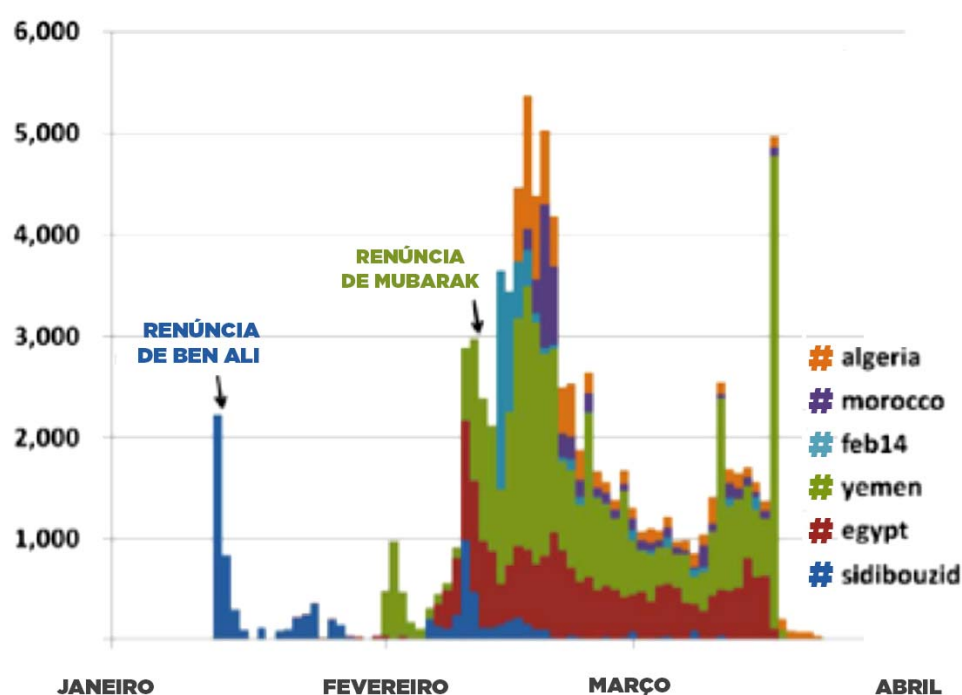


Fonte: HOWARD, 2011 p, 17.

Em um outro teste para identificar a existência de uma conversa transnacional no Twitter entre os países da região, Howard (2011) primeiro selecionou os *tweets* que conseguiu identificar o país da conta a partir da ferramenta de geolocalização. Depois indentificou o uso de hashtags mencionando outros países, que não os de origem da conta. A pesquisa selecionou as hashtags: #argelia, #morocco # feb14 (relativa à Tunísia, dia da saída de Ben Ali) #yemen #egypt e #sidbouzi (cidade natal de Mohamed Bouazizi, o comerciante de rua que se autoimolou). Analisando o uso dessas hashtags, o estudo concluiu que duas semanas após a renúncia de Mubarak, havia um fluxo de cerca de 3.400 tweets diários com a hashtag #egypt por usuários com contas de fora do país, e que nos

dias seguintes à renúncia de Ben Ali, eram postados diariamente 2.200 *tweets* com as hashtags #14fev e #sidbouzi por usuários de fora da Tunísia. Desse modo, como ilustrado na FIGURA 11, de acordo com o estudo, nos meses após as duas renúncias, as hashtgts associadas a conversas sobre mudanças políticas em países específicos eram com frequência utilizadas por usuários em Estados vizinhos (HOWARD, 2011 p.17).

Figura 11: TWEETS DENTRO DA REGIÃO COM HASHTAGS SOBRE PAÍSES VIZINHOS³⁵



Fonte: HOWARD, 2011 p.17.

Certamente, a mídia também tem um papel transnacional no que diz respeito à difusão de notícias. A Al Jazeera costuma ser apontada como um ator importante, inclusive, como fonte para outras organizações como *The New York Times*, *BBC*, *Huffington Post* e *Reuters* (HOWARD; HUSSAIN, 2013; PERON, 2016). A cobertura da Al Jazeera foi considerada marcadamente contrária ao governo de Mubarak, tendo inclusive sido retirada do ar em 30 de janeiro de

³⁵ Por países vizinhos, o estudo considera o grupo de países do Oriente Médio e Norte da África (MENA) definido de acordo com a classificação do Banco Mundial. <http://www.worldbank.org/en/region/mena>

2011 com a justificativa de parcialidade (RAMADAN, 2012). Analisando os blogs políticos no Egito, Howard (2011) concluiu que nenhum dos sites mapeados continham links para fontes de notícia regionais, como *Al Jazeera* e *Al Arabya*, e sim apenas para fontes internacionais, como *BBC*, *CNN* e *The New York Times* (HOWARD, 2011, p. 4). Uma explicação possível, segundo Howard (2011) é que essas fontes contariam com mais credibilidade para os usuários de fora da região.

Considerações finais

Esta pesquisa de mestrado teve como objetivo fundamental identificar a existência de públicos transnacionais que se constituem em determinados momentos por meio da comunicação digital e do ativismo. A partir desta questão central, outros objetivos se desdobraram: a) a natureza desses públicos b) os efeitos das mídias sociais para sua constituição e c) as características que os tornam transnacionais.

Quanto a contribuições possíveis para este trabalho, inclui: (a) contribuir para os estudos sobre os efeitos das mídias sociais no ativismo transnacional, especificamente, quanto ao seu papel na mobilização, possibilidade para criação de conteúdo próprio e utilização como fonte de notícia; b) contribuir para os estudos sobre uma esfera pública transnacional, especialmente em relação aos mecanismos de voz disponíveis nesse âmbito e à ideia de que esta seria a base para iniciativas que visem à democracia global; (c) contribuir para um campo, talvez pouco explorado no Brasil, que relacione comunicação e política internacional.

A revisão da literatura teórica teve a intenção de esclarecer ideias que complementam o panorama traçado pelos estudos dos dois casos. Foram abordadas as bases teóricas sobre a formação de um público por meio de um processo de comunicação e sobre a esfera pública como espaço capaz de gerar mudanças políticas. Em relação ao que se compreende como um público, a pesquisa defendeu que trata-se de todos os que se expressam de alguma maneira sobre determinada questão, seja participando de protestos na rua, produzindo conteúdo próprio, postando links para notícias ou utilizando hashtags específicas.

Prosseguindo com a revisão teórica, foram analisados os aspectos positivos e negativos de uma esfera pública digital. Por um lado, há expectativas geradas devido ao relativo baixo custo, à facilidade de mobilização, acesso à informações fora da grande mídia e à possibilidade de um espaço de encontro para movimentos sociais e grupos que se sentem excluídos. Por outro lado, também foram mencionadas as assimetrias, o acesso desigual à tecnologia, além da pouca representatividade e pluralidade de vozes que podem ser consequências da

exclusão. E na segunda parte teórica bucou-se situar o ativismo transnacional como mais uma dimensão da globalização, abordando os impactos gerados pelas mídias sociais. Ao propor uma revisão sobre o cosmopolitismo, tentou-se trazer à tona a ideia de uma ordem política não tão dependente de Estados, que contemplasse todos os cidadãos da mesma forma. O cosmopolitismo como base para a discussão sobre uma ordem global mais democrática também pode incluir o fortalecimento de uma esfera pública transnacional e uma participação ativa do cidadão na comunicação fora do escopo do Estado.

Ressaltou-se ainda que o ativismo transnacional não é algo novo, uma vez que há registros desde o século XIX. Ao se analisar qual o papel da comunicação digital no ativismo transnacional foram identificadas algumas visões: de um lado o determinismo tecnológico, que vê essa nova possibilidade como um ente autônomo, capaz de alterar sozinho as práticas sociais; de outro lado, a ideia das novas tecnologias como parte da construção da sociedade, reconfigurando assim o ativismo; e há ainda quem veja essas novas possibilidades de um ponto de vista mais prático, como uma ferramenta para a organização de protestos e mobilização.

O caso dos protestos de 15 de fevereiro de 2003 chama a atenção pelo objetivo de se criar um movimento transnacional desde o início, o que foi alcançado devido à articulação entre movimentos sociais de países diferentes, com uma combinação de mídias digitais e encontros físicos. Um público anti-guerra, liderado por movimentos sociais, já existia há tempos, principalmente nos Estados Unidos. A iminiência de uma Guerra contra o Iraque teria sido tratada como uma questão global, cujos efeitos poderiam ter implicações para países diferentes, sejam violações aos direitos humanos no Iraque, gastos excessivos para os Estados Unidos ou o apoio de líderes europeus à ofensiva. Sendo assim, teria se formado um público transnacional para tentar impedi-la.

Na época, início dos anos 2000, apesar da internet já ter sido implementada, as mídias sociais ainda estariam em um estágio inicial. A comunicação digital, entretanto, por meio de e-mail, celulares, sites, blogs e páginas de *crowdsourcing* teria sido fundamental, se não decisiva, para a organização dos protestos. Ao falarmos em um movimento transnacional é preciso levar em conta as questões internas. Coincidentemente ou não os países onde se realizaram os maiores protestos teriam sido aqueles cujos governos apoiavam a

guerra. Desse modo os contextos nacionais, e consequentemente a opinião pública nacional, também podem influenciar na constituição de um público.

Já no caso da mobilização que ocorreu no Egito, nota-se uma forte presença de indivíduos sem organização por trás, apesar dos movimentos sociais e também as mídias locais terem sido apontados como atores indispensáveis. Um público identificado foi o de jovens universitários ou já diplomados, em sua maioria de classe média, alguns agindo nas mídias sociais por conta própria. Uma característica transnacional constantemente associada aos eventos no Egito seria o efeito em cascata dos protestos pela região, o que pode ser deduzido, porém não comprovado. Estudos sugerem, por exemplo, que foi após a saída do ditador tunisiano que se registrou um aumento de atividade das mídias sociais no Egito e tiveram início as convocações para os protestos no Facebook. Também há uma quantidade significativa de estudos já feitos no Twitter, a partir da ferramenta de geolocalização e indexação por hashtags, que indicam a existência de uma conversa transnacional sobre a situação política do país. Como na época o Twitter não contava com uma interface em árabe, uma conclusão possível é que essa mídia social acabou sendo mais utilizada por um público de fora do país, enquanto os egípcios utilizavam o Facebook.

Esta pesquisa é um levantamento sobre o ativismo transnacional, apresenta uma visão dentre as muitas possíveis. Apesar de ter gerado um gama de novas questões que precisarão ser abordadas futuramente, é possível tecer algumas conclusões: 1) conseguimos identificar claramente os três elementos – o público, o transnacional e as mídias digitais – nos casos estudados, o que pode indicar uma característica do ativismo atual; 2) também pode-se concluir que as mídias sociais possibilitaram um ativismo individual. Se no caso dos protestos contra a Guerra do Iraque a organização partiu principalmente de movimentos sociais, no caso do Egito, quando já há Facebook e Twitter, nota-se uma influência forte de indivíduos sem organização que utilizam as mídias sociais para mostrar descontentamento ou divulgar manifestações; 3) percebe-se na literatura revisada dos dois casos uma predominância de indivíduos de classe média e alta escolaridade; 4) conclui-se também que para se pensar o papel das mídias sociais no ativismo é preciso levar em conta seus índices de penetração, uma vez que parecem indicar que o acesso não é de todos; 5) conclui-se ainda que apesar de não ser possível medir efeitos políticos causados diretamente pelas mídias sociais,

tais mídias podem ter uma série de outros efeitos indiretos, como a produção de conteúdo próprio, a diversidade de causas, coordenação mais descentralizada ou a possibilidade de não precisar mais de um espaço físico; 6) por fim, para se analisar públicos transnacionais é preciso considerar o contexto dos países implicados, pois a opinião pública interna pode afetar a constituição desses públicos.

Esta pesquisa esbarra em alguns limitadores. Além dos poucos trabalhos sobre ativismo encontrados em português, a grande maioria da bibliografia utilizada foi produzida por pesquisadores da Europa e Estados Unidos, o que certamente confere um olhar específico sobre o ativismo e os casos estudados. No decorrer da pesquisa, aspectos como o papel da mídia *mainstream*, os movimentos sociais ou o caráter comercial das mídias sociais mostraram-se relevantes para a constituição de públicos, mas por uma questão de escopo acabaram não se desenvolvendo com profundidade. Desse modo, seriam objetos interessantes para pesquisas futuras. Também seriam necessárias mais pesquisas especificamente sobre o uso da internet por celular, um dado que não foi encontrado e que poderia aumentar a perspectiva do acesso. Um limitador encontrado no caso do Egito foi a questão da língua. Como a maior parte dos estudos disponíveis foram feitos em inglês por pesquisadores norte-americanos ou europeus, o conteúdo em árabe postado nas redes sociais não foi considerado, o que limita a percepção sobre o público.

Referências bibliográficas

AGGIO, Camilo. **Campanhas políticas e sites para redes sociais**: um estudo sobre o uso do Twitter na eleição presidencial brasileira de 2010. Tese (doutorado) - Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Comunicação, Salvador, 2015

ALBERT, M; Kopp-Malek. The pragmatism of Global and European Governance: Emerging forms of the political “beyond westphalia”. **Millenium: Journal of International Studies**, 2002.

ALMEIDA, G. Liberdade e moralidade segundo Kant. **Analytica** vol 2 n 1 1997. UFRJ, Rio de Janeiro, 1997.

ANTOUN, H. Web 2.0 e o Futuro da Sociedade Ciber cultural. **Lugar Comum**, n 37, 2008.

http://uninomade.net/wp-content/files_mf/110810120855Web%202.0%20e%20o%20Futuro%20da%20Sociedade%20Cibercultural%20-%20Henrique%20Antoun.pdf

BARKHAM, P. Iraq war 10 years on: mass protest that defined a generation. **The Guardian**. 15 de fevereiro de 2013.

Disponível em <https://www.theguardian.com/world/2013/feb/15/iraq-war-mass-protest>

BENNETT, L. Social Movements beyond Borders: Organization, Communication, and Political Capacity. In: Della Porta, D.; TARROW, S. **Two eras of transnational activism**, Rowman & Littlefield Publishers, Kindle Edition, 2005.

———; GIVEN. T; BREUNING, C. In: WALGRAVE; RUCHT, D. **The world says no to war**, University of Minnesota Press, 2010.

———; SERGERBERG, A. Social Media and the Organization of Collective Action: Using Twitter to Explore the Ecologies of Two Climate Change Protests. **The Communication Review**, vol. 14, n. 3, 2011

———; SERGERBERG, A. **The Logic of connective action**: Digital media and the personalization of contentious politics. In: DUTTON, W. The handbook of internet, Oxford Press, 2012.

BESSEIGER, M; Jamal, M; Mazur, K. **Who Participated in the Arab Spring? A Comparison of Egyptian and Tunisian Revolutions**. Princeton University, APSA conference paper, 2012.
<http://www.princeton.edu/~mbeissin/beissinger.tunisiaegyptcoalitions.pdf>

BODE, L et al; Agenda Setting in a Digital Age: Tracking Attention to California Proposition 8 in Social Media, Online News, and Conventional News. **Policy & Internet**, vol. 2: Iss. 2, 2010.

BOHMAN, J. **Democracy across borders**. The MIT Press Cambridge, Massachusetts London, England. 2007

BRUNS, A; Highfield, T; Burgess, J. The Arab Spring and Social Media Audiences: English and Arabic Twitter Users and Their Networks. **American Behavioral Scientist**, 57(7), pp. 871-898. Queensland Univesrity of Technology: Brisbane, Australia. Sage publications, 2013.
 Disponível em <http://eprints.qut.edu.au/63322/>

BUSH, G. 2002. **State of the Union address**. January 29, Washington D.C. Disponível em <https://georgewbush-whitehouse.archives.gov/news/releases/2002/01/20020129-11.html>

CALHOUN, Graig (editor). **Habermas and the Public Sphere**. Massachusetts Institute of Technology, 1992.

CAMMAERTS, B; AUDENHOVE, L. Online Political Debate, Unbounded Citizenship, and the Problematic Nature of a Transnational Public Sphere. **Political Communication**, 22(2), 179–196, 2005.

CASTELLS, M. **Redes de indignação e esperança: Movimentos sociais na era da internet**, Editora Zahar, 2013.

———. The New Public Sphere: Global Civil Society, Communication Networks, and Global Governance. **The Annals of the American Academy of Political and Social Science**, 616(1), 78-93, 2008.

———. **The Rise of the Network Society**. Malden, MA: Blackwell, 1996.

CAREY, J. **Communication as Culture: Essays on Media and Society**. New York, Routledge, 1992.

CHADWICK, Andrew. Web 2.0: New Challenges for the Study of E-Democracy in an Era of Informational Exuberance. **Journal of Law and Policy for the Information Society**, v. 5, n. 1, p. 9-41, 2009.

COLEMAN, S. The lonely citizen: Indirect representation in a age of networks. **Political Communication**, 22(2), 197-214, 2005.

COULDRY, N. What and Where is the Transnationalized Public Sphere? In: FRASER, N. **Transnationalizing the Public Sphere**. Wiley. Kindle Edition, 2014.

———. **Why voice matters**. Sage Publications, London 2010.

CRACK, A. **Global Communication and Transnational Public Spheres**. Palgrave McMillian, 2008.

DAHLBERG, L. Re-constructing digital democracy: An outline of four 'positions'. **New Media and Society**, Sage publications, 2011.

DAHLGREN, Peter. The Internet, Public Spheres, and Political Communication: Dispersion and Deliberation. **Political Communication**, v. 22, n. 2, p. 147-162, 2005.

DIANI, M. Promoting the Protest: The Organizational Embeddedness of the Demonstrators. In: WALGRAVE; RUCHT, D. **The world says no to war**, University of Minnesota Press, 2010.

DERRIDA, J; HABERMAS, J. Core Europe as Counterpower? Follow-up Questions. In: HABERMAS, J. **The Divided West**, Wiley, Kindle Edition, 2006.

DEWEY, J. **The public and its problems**. New York: Henry Holt, 2012.

DELLA PORTA, D; TARROW, S. **Transnational Protest and Global Activism**. Rowman e Littlefield, 2005.

DUBAI SCHOOL OF GOVERNMENT. Facebook Usage: Factors and Analysis. Arab Social Medi Report vol. 1 n1, janeiro de 2011.
<http://unpan1.un.org/intradoc/groups/public/documents/dsg/unpan044212.pdf>

_____. Civil Movements: The Impact of Facebook and Twitter. Arab Social Media Report, vol. 1 n2, maio de 2011.

<http://unpan1.un.org/intradoc/groups/public/documents/dsg/unpan050860.pdf>

_____. Social Media in the Arab World: Influencing Societal and Cultural Change? Arab Social Media Report vol. 2 n2, julho de 2012.

<http://unpan1.un.org/intradoc/groups/public/documents/dsg/unpan044212.pdf>

ENGELHARDT, T. The march that wasn't to be. **TomDispatch**, 16 de fevereiro de 2003.

http://www.tomdispatch.com/post/410/the_march_that_wasn_t_to_be

EPSTEIN 2003, Notes on the Antiwar Movement. Monthly review Volume 55, Issue 03 (July-August) 2003. Disponível em <http://monthlyreview.org/2003/07/01/notes-on-the-antiwar-movement/>

EUROPEAN SOCIAL FORUM. 2002. "Anti-War Call." November 12. European Social Forum, Florence. Disponível em <https://iahp-online.wordpress.com/2002/11/12/anti-war-call-to-all-citizens-of-europe/>

FARRELL, Henry. The Consequences of the Internet for Politics. **Annual Review of Political Science**. 15:35–52, 2012.

FERREE, Myra et al. Four models of the public sphere in modern democracies. **Theory and Society**, Vol. 31, No. 3, jun, 2002, pp. 289-324.

FRASER, N. Rethinking the public sphere: A contribution to the critique of actually existing democracy. In C. Calhoun (Ed.), **Habermas and the public sphere** (pp. 109–142). Cambridge, MA: MIT Press, 1992.

_____. Transnationalizing the Public Sphere: On the Legitimacy and Efficacy of Public Opinion in a Post-Westphalian World. **Theory, Culture and Society**, vol. 24, 2007.

GERBAUDO, P. **Tweets and the Streets: Social Media and Contemporary Activism**. Londres, Pluto press. 2012.

GERHARDS, J Jürgen; Shafer, M. Is the internet a better public sphere? Comparing old and new media in the USA and Germany. **New Media e Society**, 2010.

GUIMARAES, F. O debate entre comunitaristas e cosmopolitas e as teorias de Relações Internacionais: Rawls como uma via média*. Contexto Internacional **Contexto internacional** vol.30 no.3 Rio de Janeiro, Sept./Dec., 2008
<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-85292008000300001>

GHONIM, W. **Revolution 2.0**: The power of people is greater than people's on power. Houghton Mifflin Harcourt, 2012.

GOKAY, B; SHAIN, F. Revoltas Populares Contemporâneas numa Perspectiva Comparada: Entendendo o sentido dos protestos na Turquia (e no Brasil): a contestação do urbanismo neoliberal nas "Cidades Rebeldes" **Estudos Ibero-Americanos**, Porto Alegre, v. 41, n. 2, p. 242-260, jul.-dez. 2015.

GOMES, Wilson. Internet e participação política. In: **Comunicação e democracia**: problemas e perspectivas. São Paulo: Paulus, 2008.

GUINNESS BOOK 2004.
https://web.archive.org/web/20040904214302/http://www.guinnessworldrecords.com/content_pages/record.asp?recordid=54365

HABERMAS, J. Further Reflections on the Public Sphere. Em Calhoun, Greig (ed.). Habermas and the Public Sphere, The MIT Press, 1992.

_____. **Mudança Estrutural da Esfera Pública**. Tempo Brasileiro. Rio de Janeiro, 2001.

_____. **The Divided West**. Wiley, Kindle Edition, 2006.

_____; Derrida, J. February 15, or what binds europeans. In: HABERMAS, J. **The Divided West**. Wiley. Kindle Edition, 2006.

HELD DAVID. **Democracy and the Global Order: From the Modern State to Cosmopolitan governance**. São Francisco: Stanford University Press, 1995.

HOWARD, P et al. Opening Closed Regimes: What Was the Role of Social Media During the Arab Spring? **Project of Information Technology and Political Islam**. University of Washington, 2011.
Disponível em
http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2595096

_____; Hussain, M. Democracy's Fourth Wave? Digital Media and the Arab Spring. **Oxford studies in digital politics**. Oxford University Press, 2013.

KAHN, R. KELLNER, D. New media and internet activism: from the 'Battle of Seattle' to blogging. **New Media and Society**, 2004

KANT, I. **A Paz Perpétua. Um Projecto Filosófico. [1795]**
Tradutor: Artur Morão. Textos Clássicos de Filosofia. LusoSofia Press
Universidade da Beira Interior, 2008.

KALDOR, M. **Global Civil Society: An Answer to War**. Massachusetts: Polity Press, 2003.

KELLNER, D. **Habermas, the Public Sphere, and Democracy: A Critical Intervention**, 2000.
<https://pages.gseis.ucla.edu/faculty/kellner/papers/habermas.htm>.

KUEHL, D. From **Cyberspace to Cyberpower**: Defining the Problem. In: Franklin D. Kramer, Stuart H. Starr and Larry K. Wentz (eds): **Cyberpower**

and National Security, Washington, DC: National Defense University Press, 24-42, 2009.

LIMA, M. "Do 'direito à voz' à 'voz como valor': cultura e política no neoliberalismo" **Intercom, Revista Brasileira de Ciências da Comunicação** . vol.35 no.1 São Paulo Jan./June 2012. Disponível em <http://dx.doi.org/10.1590/S1809-58442012000100017>

LINKLATER, A. Cosmopolitan Citizenship. In: Hutchings, K; Danheuter, R. **Cosmopolitan Citizenship** New York: Palgrave Macmillan, 1999.

LOTAN, G et al. The Revolutions Were Tweeted: Information Flows During the 2011 Tunisian and Egyptian Revolutions. **International Journal of Communication**, 2011.

MAIA, R. Visibilidade midiática e deliberação pública. In: **Comunicação e democracia: problemas e perspectivas**. São Paulo: Paulus, 2008b.

MASON, P. **Why it's Kiking off everywhere: The new global revolutions**. Verso. London 2012

MARQUES, J. Democracia on-line e o problema da exclusão digital. **Intexto**, Porto Alegre, UFRGS, n. 30, p. 93-113, jul. 2014. Disponível em <http://www.seer.ufrgs.br/intexto/article/download/41269/30388>

MORRIS, N; WAISBORD, S. **Media and Globalization: Why States Matter**. Nova York: Rowman e Littlefield, 2001.

MOROZOV, E. The Brave New World of Slacktivism, **Foreign Policy** (blog), 19 de maio de 2009. [http:// neteffect.foreignpolicy.com/ posts/ 2009/ 05/ 19/](http://neteffect.foreignpolicy.com/posts/2009/05/19/)

_____. **The Net Delusion: The Dark Side of Internet Freedom.**
New York: PublicAffairs, 2011.

NORRIS, P. **Digital Divide:** Civic Engagement, Information Poverty, and the Internet Worldwide. Nova York: Cambridge University Press, 2001.

PAPACHARISSI, Z. **The Virtual Sphere:** The Internet as a Public Sphere. In: CHADIWICK, A; HOWARD, P. Handbook of Internet Politics, Routledge, 2009.

_____; OLIVEIRA, M. Affective News and Networked Publics: The Rhythms of News Storytelling on #Egypt. **Journal of Communication.** International Communication Association, 2012.

PAVLIK, John V. A tecnologia digital e o jornalismo: As implicações para a Democracia. **Brazilian Journalism Research.** V.7, n.2, 2011.
<https://bjr.sbpjor.org.br/bjr/article/view/340/314>

PERON, V. O papel da comunicação digital na arena internacional: Mobilização política online e a Primavera Árabe. **Boletim Meridiano** 47. Vol.14 n.139. Brasília, 2013.

PEREIRA, B. **O Gigante fora do Tempo:** A Guerra do Iraque e o sistema global.

PERON, V. **Os efeitos da comunicação digital na dinâmica do ativismo transnacional contemporâneo:** um estudo sobre a Al Qaeda, o Wickileaks e a Primavera árabe. Dissertação de doutorado, Universidade de Brasília, 2016.
http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/20904/1/2016_VivianPatriciaPeronVieira.pdf

PEW RESEARCH CENTRE. **Arab American Media: Bringing News to a Diverse Community**. Pew Research Center's Project for Excellence in Journalism <http://www.journalism.org/2012/11/28/arabamerican-media/>

PIPER, N; UHLIN, A. New perspectives on transnational activism. In: PIPER, Nicola; UHLIN, Anders. (Org.). **Transnational Activism in Asia: Problems of power and democracy**. New York: Routledge, 2004.

POGREBINSCHI, T. A democracia do homem comum: resgatando a teoria política de John Dewey. **Revista de Sociologia e Política**, n. 23, p. 43-53, 2004. Disponível em: <
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttextepid=S0104-44782004000200005&nrm=iso >.

RAMADAN, Tariq. **The arab awakening**: Islam and the new Middle East. Nova York: Penguin Group, 2012.

SASSI, S; The transformation of the public sphere? The internet as a new medium of civic engagement. In: AXFORD, B; **New Media and Politics**. London Sage Publications 2001.

SHIRKY, C. **Here Comes Everybody**: The Power of Organizing Without Organizations. New York: Penguin Press, 2008.

SIMONSON, K. 2003. **The Anti-War Movement**: Waging Peace on the Brink of War. Paper prepared for the Programme on NGOs and Civil Society, Centre for Applied Studies in International Negotiation, Geneva. Disponível em <https://www.files.ethz.ch/isn/20302/03.2003.pdf>

SIKKING, K. From Pariah State to Global Protagonist: Argentina and the Struggle for International Human Rights. **Latin America Politics and Society**. Volume 50, Issue 1 Spring 2008. <http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1548-2456.2008.00002.x/epdf>

SOUZA, E. A Escola Inglesa de Relações Internacionais e o Direito Internacional. **Mural Internacional**. Ano IV numero 1. 2013

TARROW, S; McAdam, D. Scale Shift in Transnational Contention. In: TARROW, S; DELLA PORTA, D. **Transnational Protest and Global Activism: People, Passions, and Power: Social Movements, Interest Organizations**. Rowman & Littlefield Publishers. Kindle Edition. 2005.

_____. The New Transnational Activism. Cambridge University Press, 2005.

TARROW, S. Preface. In WALGRAVE; RUCHT. **The World Says No to War: Demonstrations against the War on Iraq**. University of Minnesota Press 2010.

TOEPFL, F; PIWONI, E. Public Spheres in Interaction: Comment Sections of News Websites as Counterpublic Spaces. **Journal of Communication**, Wiley, 2015.

VALTYSSON, B. Facebook as a Digital Public Sphere: Processes of Colonization and Emancipation. Triple C. **Journal for a sustainable information society**, 2012.

VERHLUST; J; WALGRAVE, S. **Politics, Public Opinion, and the Media: The Issues and Context Behind the Demonstrations**. In: _____. The World Says No to War.

VOLKMER, Ingrid. **The Global Public Sphere**. Wiley Press, 2014

VRIES, H. **Insiders and Outsiders: Global Social Movements: Party, Politics and Democracy**. Tese (doutorado). University of Maryland, College Park, 2007. <http://drum.lib.umd.edu/handle/1903/7678>

WALGRAVE, S; RUCHT, D. **The World Says No to War**. Introduction. University of Minnesota Press. Minneapolis, 2010.

WALL, M; ZAHED, S. I'll Be Waiting for You Guys: A YouTube Call to Action in the Egyptian Revolution. **International Journal of Communication** 5, 2011.

WALKER, R. **Out of Line**: Essays on the politics of boundaries and the limits of modern politics. Routledge, 2016.

WHIPPLE, M. The Lippmann-Dewey Debate Today: Communication Distortions, Reflective Agency, and Participatory Democracy. **Sociological Theory**, vol. 23, n. 2, June 2005.

WILSON, C; DUNN, A. Digital Media in the Egyptian Revolution: Descriptive Analysis from the Tahrir Data Sets. **International Journal of Communication** 5, 2011. <http://ijoc.org/index.php/ijoc/article/view/1180>
From Arab Street to Social Movements

WILSON, R. Prosecuting Pinochet: International Crimes in Spanish Domestic Law. **Human Rights Quarterly**, vol 21 n 4, November 1999.]